

Bernadette Beber Campestrini

**APRENDER E ENSINAR NOS ESPAÇOS PRISIONAIS:
UMA ALTERNATIVA PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, INCLUIR
JOVENS E ADULTOS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO**

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em
Engenharia de Produção**

Orientador: Prof. Francisco Antonio Pereira Fialho, Dr.

**Florianópolis
2002**

FICHA CATALOGRÁFICA
Campestrini, Bernadette Beber,
C154a 1961-
Aprender e ensinar nos espaços
prisionais : uma alternativa para a
educação a distância, incluir jovens
e adultos no processo de
escolarização. / Bernadette Beber
Campestrini.-- Florianópolis, 2002.
114p. : color.
Bibliografia.
Anexos
Orientador: Prof. Francisco Antônio
Pereira Fialho, Dr.
Dissertação (Mestrado) –
Universidade Federal de Santa
Catarina – Engenharia de Produção.
Educação a distância. 2. Prisões. 3.
Educação de adultos. 4.
Prisioneiros. I. Título.
CDU: 37.018.43
Iraci de Fátima Pereira CRB 14ª /444

Bernadette Beber Campestrini

**APRENDER E ENSINAR NOS ESPAÇOS PRISIONAIS:
UMA ALTERNATIVA PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, INCLUIR
JOVENS E ADULTOS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO.**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para a
obtenção do grau de **Mestre em Engenharia de
Produção** no programa de Pós – Graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 20 de maio de 2002

Prof. Ricardo Miranda Barcia, Dr.
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

Prof. Eugenio A. D. Merino, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Francisco A. P. Fialho, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientador

Prof^a Christianne C. de S. R. Coelho, Dr^a .
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedicatória

A meu amado irmão Fúlvio Aleandro Beber (in memorian)

A meus pais Aleandro e Eli

A meu esposo Artino

A meus filhos Jean Carlo, Diovana Manolita e Maykel Artino

A meu Orientador Francisco Antonio Pereira Fialho

***A todos que acreditam ser a educação o viés norteador para a
igualdade de oportunidades, de inclusão e cidadania.***

Agradecimentos

A Deus pela graça da vida;

A meus pais Aleandro e Eli pela confiança;

A meu esposo Artino pela paciência;

A meus filhos Jean Carlo, Diovana Manolita e Maykel Artino por entenderem minha ausência;

A meu filho Jean Carlo pela ajuda na construção do tema da dissertação e estar sempre a meu lado;

A minha irmã Zenaide por ouvir minhas angústias;

A meu cunhado Prof MSc. Danilo pela parceria;

A meus sobrinhos Leandro e Cláudia Mara pela acolhida;

A minha amiga Neuza pelo companheirismo nesta caminhada;

A Marli pela coragem;

A Prof^a MSc. Marisa Marquese pelas palavras amigas, confiança e valorização;

A Prof^a MSc. Janae pelo incentivo e amizade;

A equipe CEADU pelo coleguismo;

A meus alunos da Pedagogia – UNIVALI-Tijucas por acreditarem no meu profissionalismo e amizade;

Ao Coordenador do Curso de Pedagogia Prof. MSc. José Domingos de Andrade pela colaboração;

Ao Diretor Prof. MSc. Valério Cristofolini pela confiança;

Ao Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca de Tijucas MSc. Vilson Fontana por incentivar e oportunizar o contato com os reeducandos do Presídio Regional de Tijucas (SC), para a efetivação da pesquisa e acreditar na proposta elencada;

*Ao Antonio, Diretor do Presídio Regional de Tijucas (SC), pela
viabilização da pesquisa;*

*As professoras/coordenadora e aos Agentes Prisionais do Presídio
Regional de Tijucas (SC), pela colaboração;*

*Aos Reeducandos do Presídio Regional de Tijucas (SC), por
aceitarem ser partícipes de minha pesquisa;*

A meus Professores do Mestrado pelo conhecimento oportunizado;

*Ao Prof Dr. Eugênio Merino por alavancar um novo olhar na minha
caminhada profissional;*

A Prof. Dr^a Christianne pela força energizante;

*A meu Orientador Prof. Dr. Francisco A. P. Fialho por acreditar que
atingiria a vitória, ser Mestre.*

*“Cuidado com a emergência? Cuidado por quê?
A vida toda lutei pelo estrutural. Para quê? Para
chegar aos 58 anos (1993) e ver que temos 32
milhões de miseráveis? Tenho medo de
soluções que não enfrentamos desafios do
emergencial. Reinvindico o direito de repensar o
Brasil, mesmo sem ter a solução. A
responsabilidade das mudanças é nossa.
Façamos com energia, com força, com
entusiasmo, com alegria, superando as
dificuldades, inventando formas,
MAS FAZENDO!!!”.*
Betinho

Resumo

CAMPESTRINI, Bernadette Beber. **APRENDER E ENSINAR NOS ESPAÇOS PRISIONAIS: Uma Alternativa para a Educação a Distância Incluir Jovens e Adultos no Processo de Escolarização.** 2002. 114f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

Este estudo, se configurou na investigação das causas de jovens e adultos reeducandos do Presídio Regional de Tijucas (SC) terem sido excluídos do processo formal de ensino e cogitar a possibilidade da Educação a Distância, gerenciar o processo de inclusão destes atores sociais na sociedade do conhecimento. Para tanto, consideramos que o fenômeno social afeta diretamente o ser humano em seus espaços de cidadania podendo, evidenciar situações facilitadoras para a delinqüência que leva a criminalidade, instaurando assim, a necessidade dos espaços prisionais ou oportunizar-lhes condições de aprendizagem que os promovam como seres humanos. No universo dos ambientes de reclusão, o Presídio Regional de Tijucas, destaque pela administração que prioriza a elaboração / execução de projetos de reeducação e reinserção, certificando a valorização do apenado como ser humano, promovendo acesso a informação, ao conhecimento, ao saber, ao profissionalismo para que, ao retornarem à sociedade, não reincidam ao mundo do crime pela falta de educação básica, requisito mínimo para o exercício da cidadania no convívio social.

Palavras-chave:

Presídio – Educação a Distância – Reeducação – Reinserção – Educação Formal

Abstract

CAMPESTRINI, Bernadette Beber. **TO LEARN AND TO TEACH IN THE PRISONS SPACES: An Alternative for the Education the Distance to Include Young and Adults in the Process of Scholarion.** 2002. 114f. Dissertation (Master's degree in Engineering of Production) - Program of Masters degree in Engineering of Production, UFSC, Florianópolis.

This study, was configured in the investigation of the youths' causes and adults reeducandos of the Regional Prison of Tijucas (SC) they have been excluded of the formal process of teaching and to cogitate the possibility of the Education the Distance management the process of these social actors' inclusion in the society of the knowledge. For so much, we considered that the social phenomenon affects the human being directly in your citizenship spaces being able to, to evidence facilitative situations for the delinquency that takes the criminality, establishing like this, the need of the spaces prisons or opportunity-them learning conditions that promote them as human beings. In the universe of the reclusion atmospheres, the Regional Prison of Tijucas, stands out for the administration that prioritizes the elaboration / execution of re-education projects and reinsert, certifying the valorization of the prisoner as human being, promoting access the information, to the knowledge, to the knowledge, to the professionalism so that, to the they come back to the society, non to repeat once again to the world of the crime for the lack of basic education, request minimum for the exercise of the citizenship in the social conviviality.

Key-words:

Prison - Education the Distance – Re-education - reinsert – Education Solemn

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	p.11
Lista de Abreviaturas, siglas e símbolos.....	p.13
CAPÍTULO 1	
1 INTRODUÇÃO	p.14
1.1 Apresentação do tema de pesquisa.....	p.14
1.2 Formulação do problema de pesquisa.....	p.16
1.3 Justificativa.....	p.17
1.4 Hipótese de pesquisa.....	p.19
1.5 Objetivos da pesquisa	p.20
1.5.1 Objetivo geral.....	p.20
1.5.2 Objetivos específicos.....	p.20
1.6 Metodologia da pesquisa.....	p.21
1.6.1 A natureza da pesquisa.....	p.21
1.6.2 Caracterização da pesquisa.....	p.22
1.6.3 Abrangência da pesquisa e os atores sociais.....	p.23
1.6.4 A seleção dos atores sociais.....	p.23
1.6.5 A coleta de dados.....	p.24
1.6.6 Registro e tratamento dos dados coletados.....	p.25
1.6.7 Delimitações do trabalho.....	p.26
1.6.8 Descrição dos capítulos.....	p.27
CAPÍTULO 2	
2 O CAMPO DO CONHECIMENTO	p.29
2.1 CIÊNCIA e TECNOLOGIA: O binômio das transformações sociais.....	p.29
2.2 INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE JOVENS E ADULTOS NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO: um desafio para este século.....	p.34
2.3 JOVENS E ADULTOS NO PROCESSO EDUCACIONAL: um olhar evolutivo.....	p.38
2.4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: caminho para a inclusão no processo de escolarização.....	p.46
2.5 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: uma modalidade de ensino para ampliar a inserção de jovens e adultos excluídos do processo educacional.....	p.52
CAPÍTULO 3	
3 O CAMPO DO CONHECIMENTO: DOS ESPAÇOS PRISIONAIS	p.60
3.1 Breve olhar sobre os espaços prisionais.....	p.60
3.1.1 O sistema prisional John Howard (1720- 1796).....	p.62
3.1.2 O sistema prisional Panótico.....	p.63
3.1.3 O sistema prisional de Filadélfia.....	p.63
3.1.4 O sistema prisional de Auburn.....	p.64
3.1.5 O sistema prisional de Montesinos.....	p.64
3.1.6 O sistema prisional Progressivo Inglês.....	p.65
3.1.7 O sistema prisional Progressivo Irlandês.....	p.65
3.1.8 O sistema de prisão Semi-Aberta e Aberta.....	p.66

3.1.8.1 A prisão Semi-Aberta.....	p.66
3.1.8.2 Prisão Aberta.....	p.66
3.1.9 Os sistemas prisionais sob o contexto de penas alternativas à prisão.....	p.67
3.1.10 As escolas penais.....	p.68
3.1.11 O DIREITO DE PUNIR: as teorias.....	p.69
3.2 RESSOCIALIZAR - REEDUCAR: um caminho para a reconquista de direitos e oportunidades igualitárias no contexto prisional.....	p.70
3.3 Um universo diferenciado.....	p.73
CAPÍTULO 4	
4 EXPOSIÇÃO QUALITATIVA DA PESQUISA	p.77
4.1 Resultado da pesquisa, discussão e análise dos dados.....	p.77
4.2 Dados gerais dos atores sociais.....	p.77
4.3 Dos atores sociais (Reeducandos).....	p.78
4.4 A importância da escolarização.....	p.79
4.5 As oportunidades sócio-educacionais no presídio.....	p.88
4.6 A possibilidade de gerenciamento do saber sistematizado através da Educação a Distância.....	p.103
CAPÍTULO 5	
5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	p.107
REFERÊNCIAS.....	p.115
ANEXO 1 – Autorização.....	p.122
ANEXO 2 – Termo de Compromisso Ético.....	p.123
ANEXO 3 – Pesquisa educacional semi-estruturada.....	p.124

Listas de Figuras

Figura 1:	Indicadores de inclusão	p.14
Figura 2:	Interferência do capitalismo	p.14
Figura 3:	A garantia do acesso e permanência	p.15
Figura 4:	Universalização do saber	p.16
Figura 5:	Em busca do conhecimento	p.17
Figura 6:	Políticas públicas excludentes	p.19
Figura 7:	O olhar direcional	p.19
Figura 8:	O caminho em construção	p.21
Figura 9:	A busca do saber	p.22
Figura 10:	Sustentabilidade estabelecida	p.23
Figura 11:	Tripé dimensional	p.25
Figura 12:	Caminho para a interação	p.26
Figura 13:	O percurso para a construção	p.27
Figura 14:	A trajetória de articulação	p.29
Figura 15:	O condicionamento capitalista	p.30
Figura 16:	Ascendência técnico-social	p.32
Figura 17:	O avanço tecnológico	p.33
Figura 18:	Indicador qualitativo	p.34
Figura 19:	Tendência educacional	p.37
Figura 20:	Visão perceptiva	p.39
Figura 21:	Jovens e adultos – inclusão nacional	p.39
Figura 22:	Trajetória pedagógica	p.40
Figura 23:	O BE A BA nacional	p.42
Figura 24:	Novas diretrizes	p.43
Figura 25:	Disponibilidade dos instrumentos de aprendizagem	p.45
Figura 26:	Reflexão introspectiva	p.46
Figura 27:	A restrição dos saberes	p.47
Figura 28:	Obrigatoriedade	p.48
Figura 29:	Indicadores organizacionais	p.49
Figura 30:	Perspectiva educacional	p.51
Figura 31:	A ruptura paradigmática	p.54
Figura 32:	Multiplicidade de ferramentas	p.56
Figura 33:	Reestruturação	p.57
Figura 34:	Redesenho educacional	p.59
Figura 35:	Exclusão social	p.60
Figura 36:	Evolução contextual	p.61
Figura 37:	Punição X alcance da liberdade	p.62
Figura 38:	Espaços observados	p.63
Figura 39:	Tortura	p.64
Figura 40:	Subsistência pelo trabalho	p.64
Figura 41:	Cultivo da liberdade	p.65
Figura 42:	Prática agrícola	p.66
Figura 43:	Caminho em construção	p.66
Figura 44:	Perspectiva inovadora	p.67

Figura 45: Ascendência social	p.69
Figura 46: A busca de novos paradigmas	p.69
Figura 47: Convergências	p.70
Figura 48: Sofrimento cristalizado	p.70
Figura 49: A revolta	p.71
Figura 50: Garantias de valorização	p.72
Figura 51: Variadas direções	p.73
Figura 52: Oportunidades	p.74
Figura 53: A direção	p.75
Figura 54: Direcionamento	p.77
Figura 55: Formação educacional	p.78
Figura 56: Aquisição	p.79
Figura 57: Embricamento sócio-educacional	p.80
Figura 58: Objetividade	p.81
Figura 59: Intencionalidades	p.82
Figura 60: Reconhecimento do processo	p.83
Figura 61: Realidade transmutante	p.83
Figura 62: Diversidade de fazeres	p.84
Figura 63: Prospectivas	p.86
Figura 64: Reconhecimento legal	p.88
Figura 65: O saber redimensionado	p.89
Figura 66: Princípio construtivo	p.89
Figura 67: Opções	p.90
Figura 68: Efetiva concretização	p.91
Figura 69: Integração	p.92
Figura 70: Múltiplas tendências	p.93
Figura 71: Continuidade	p.94
Figura 72: Confirmação	p.95
Figura 73: Oportunidades / escolhas	p.95
Figura 74: Agrupamento de opções	p.96
Figura 75: Interação: vida-escola	p.97
Figura 76: Ramificações	p.98
Figura 77: Ascensão	p.99
Figura 78: Força propulsora	p.100
Figura 79: Convivência	p.101
Figura 80: Interatividade	p.102
Figura 81: Rede conectiva	p.103
Figura 82: Modalidade emergente	p.105
Figura 83: A inclusão	p.106
Figura 84: Projeção 1	p.109
Figura 85: Projeção 2	p.110
Figura 86: Projeção 3	p.110
Figura 87: Projeção 4	p.110
Figura 88: Projeção 5	p.111
Figura 89: Inovação	p.112
Figura 90: Reinserção	p.112
Figura 91: Novos horizontes	p.113
Figura 92: Reeducação mediatizada	p.114

Lista de abreviaturas, siglas e símbolos

Abreviaturas

Org =	Organizador
Cord =	Coordenador
Art =	Artigo

Siglas

SC	Santa Catarina
EAD	Educação a Distância
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization
LEP	Lei de Execução Penal
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
BBEducar	Banco do Brasil Educar
AA	Alcoólatras Anônimos
A,B,C [...]	Pseudônimo do Reeducando pesquisado.
AIDS	Síndrome da Deficiência Imunológica
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UFSC	Universidade federal de Santa Catarina

Símbolos

&	e
©	Copyright

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema de pesquisa

As crescentes exigências da sociedade moderna, as inovações tecnológicas, as instituições científicas, refletem e modelam com grande intensidade as estruturas de gerenciamento do sistema educacional brasileiro, que nas últimas décadas tem sido palco de expressivos indicadores de desenvolvimento social bem como, de análises reflexivas sobre a inclusão e permanência de jovens e adultos na sociedade do conhecimento.

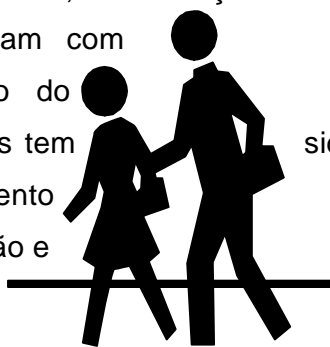


Figura 1. Indicadores de inclusão

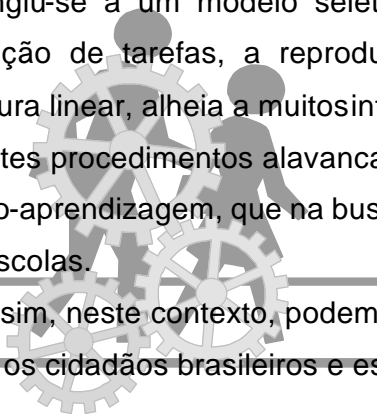
Diante desta realidade, encontram-se configurados problemas de ordem sócio-político-econômico e cultural que implicam diretamente nos paradigmas educacionais, nas metodologias de ensino, conseqüentemente refletindo na identidade dos indivíduos, no exercício da cidadania.

Deste modo, a aplicabilidade do ensino, devido à interferência do capitalismo restringiu-se a um modelo seletivo, buscando a retenção do conhecimento, a execução de tarefas, a reprodução de idéias, transformando a escola numa estrutura linear, alheia a muitos interesses e necessidades individuais.

Estes procedimentos alavancaram a exclusão de jovens e adultos do processo ensino-aprendizagem, que na busca do trabalho para a sobrevivência, evadiram-se das escolas.

Assim, neste contexto, podemos observar o ampar legal que é oportunizado a todos os cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes em nosso país:

Figura 2. Interferência do capitalismo





Garantia de educação como um direito de todo cidadão e um dever do Estado

Figura 3. A garantia do acesso e permanência

A Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1999) no artigo 205 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (Brasil, 1996) no artigo 2º, garantem a educação como um direito de todo cidadão e um dever do Estado. No entanto, os efeitos excludentes das políticas econômicas, causam déficits educacionais e culturais, como podem ser contemplados no censo 2000 onde estão registrados percentuais elevados de jovens e adultos analfabetos literais e funcionais, bem como, a não conclusão do Ensino Fundamental, o Ensino Médio e muito menos a Educação Superior.

Tal cenário educacional onde a marca da exclusão ainda é premente, requer à educação ser partícipe das formas multifacetadas do desenvolvimento, transformação e inovação apresentadas pela sociedade global. Sociedade esta que se encontra envolta exacerbadamente pela megaevolução das tecnologias de informação e comunicação podendo ser apresentadas como mais um recurso à formação do cidadão voltando-se para a construção de uma sociedade em que a 'inclusão social seja prioridade absoluta', como aborda Neves: (2000, p.xxviii)

Inclusão social pressupõe formação para a cidadania, o que significa que as tecnologias da informação e da comunicação devem ser utilizadas também para a democratização dos processos sociais para fomentar a transparência de políticas e ações de governo e para incentivar a mobilização dos cidadãos e sua participação ativa nas instâncias cabíveis. As tecnologias de informação e comunicação devem ser utilizadas para integrar a escola e a comunidade, de tal sorte que a educação mobilize a sociedade [...]

De fato, a evolução das tecnologias de informação e comunicação em modificou a participação do ser humano na sociedade e suscitou transformações no sistema do conhecimento formal, uma educação que incorpore e compreenda as dimensões da inclusão e permanência dos jovens e adultos relegados do sistema escolar como necessidade e possibilidade de constituir-se como cidadãos.

Nesta problemática complexa a Educação a Distância como modalidade de ensino poderá contribuir diretamente como diz Estepa (apud PRETI 2000, p.63) "al diseño de un sistema eficaz de educación" e como aborda Neder (1999, p. 108) "[...] ser compreendida como uma dimensão de uma pedagogia que possa contribuir para a (re) significação do processo educativo e, até mesmo, para mudanças paradigmáticas que superem a escola tradicional".

Nesta perspectiva se insere a presente proposta de dissertação que procura discutir a associação da Educação a Distância à inclusão e permanência dos jovens e adultos excluídos do processo educacional como forma de universalizar e democratizar o acesso à educação sistematizada, a partir de uma abordagem educacional, enfatizando características sócioeducacionais.

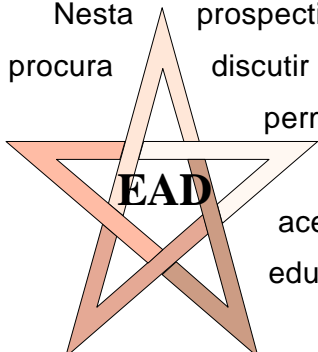


Figura 4. Universalização do saber

1.2 Formulação do problema de pesquisa

A revolução tecnológica, cujo impacto evolutivo que não é possível mensurar, está transformando de maneira profunda os rumos da civilização. Definitivamente o mundo tecnológico engloba uma diversidade de oportunidades, preocupações e questionamentos que permeiam a vida dos seres humanos no seu profissionalismo, como também no processo de ensino para alcançar o conhecimento.

Movidos pelo paradigma tecnológico que focalizam inúmeras descobertas e impulsionados a incorporar novas políticas educacionais julgase necessário associar ao processo de ensino a modalidade de Educação a Distância para a inclusão de jovens e adultos afastados do saber sistematizado como mediação para superar práticas educacionais ultrapassadas.

Sendo o ser humano o patrimônio de maior riqueza e componente decisivo para a eclosão de um consciente desenvolvimento social, político e econômico buscase resposta para a questão de pesquisa:

Por que grande número de jovens e adultos são excluídos do processo de escolarização, visto que é assegurado por lei o acesso e permanência na educação sistematizada 'a todos os cidadãos brasileiros'?

Como consequência a estes aspectos, cabe salientar que o cenário educacional, seja constituído por lutas para a democratização escolar e estabelecer uma ruptura com a cultura dominante, para as novas mediações entre educação – homem - sociedade, acentuem ações para novos caminhos assim, “a construção de um presente e um futuro mais justos e dignos de serem vividos”. (Gentili 1995, p.269).

Não se trata pois, de examinar aqui, a infinidade de problemas derivados da Educação Básica Nacional, mas, analisar a 'desescolarização ou escolarização mínima' marcada pela multiplicidade de fatores negativos ocasionados pela estrutura social opressora, não na sua totalidade, mas, pelos estereótipos de exclusão social despojando assim, uma parcela da sociedade da inserção no processo educacional existente.

Contudo, para (re) incluir jovens e adultos aos sistemas educativos, é necessário não apenas o desenvolvimento dos sistemas educacionais existentes mas, conceder, aperfeiçoar desenhos e sistemas educativos que oportunizem educação pertinente e de qualidade, assim:

O papel da educação, nesse sentido, é o de formar o cidadão apto a tomar decisões e a fazer escolhas bem informadas acerca de todos os aspectos da vida em sociedade que o afetam. Isso exige acesso a informação e a capacidade de processá-la judiciosamente, sem se deixar levar pelo poder econômico ou político. (Neves, 2000 p.xxix).

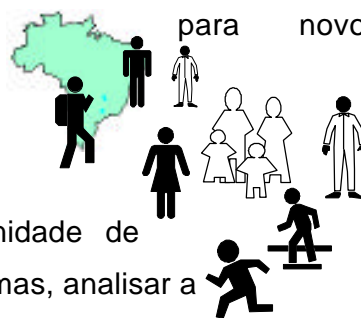


Figura 5. Em busca do conhecimento

1.3 Justificativa

Tornaram-se valores fundamentais de sobrevivência a globalização dos mercados, os sistemas de produção atingindo alto nível de satisfação, o

predomínio do espírito de parceria entre as pessoas e entidades, a inovação e a criatividade, a aquisição constante do saber sistematizado e a apropriação das tecnologias de informação e comunicação. Estas realidades, a luz das inovações e descobertas científicas demonstram que as práticas escolares em qualquer nível de ensino devem estar acompanhadas de reflexões sobre as mudanças nas concepções de aprendizagem assim, adaptar-se as novas necessidades da sociedade do conhecimento como, assumir papel de destaque neste processo em constante evolução.

Certamente, o desenvolvimento acirrado das novas tecnologias vem ao encontro de mudanças necessárias e importantes no processo de ensino aprendizagem que, por longos anos o sistema educacional, apropriouse de metodologias conservadoras, padronizadas, estáticas priorizando a permanência nas escolas a uma parcela determinada de indivíduos, levando muitos ao 'insucesso escolar', a exclusão.

Este imperativo, decorrente da opressão estabelecida pelo mercado de trabalho e pelas políticas educacionais e sociais como nos coloca Delors (2000, p.cxlvi):

Atinge todas as classes sociais, embora os jovens oriundos de meios desfavorecidos lhe sofram as conseqüências de uma maneira especial. São múltiplas as suas formas: sucessivas repetências, abandono durante os estudos, marginalização para cursos que não oferecem reais perspectivas e, no fim de contas, reconhecidas. O insucesso escolar constitui, em qualquer dos abandonos da escola sem qualificações nem competências casos, uma pecha profundamente inquietante no plano moral, humano e social; é muitas vezes, gerador de situações de exclusão que marcam os jovens para toda a vida.

Neste contexto em que a 'desescolarização ou escolarização mínima' é premente neste início de milênio justifica-se pesquisar por que grande número de jovens e adultos são excluídos do processo de escolarização, visto que é assegurado por lei o acesso e permanência na educação sistematizada 'a todos os cidadãos brasileiros'?

Neste enfoque, a **exclusão do processo de escolarização** pode ser caracterizada segundo Freire (1987, p.30) "[...] pelo racionalismo entre o ser e o ter, o poder e a submissão, a liberdade e a opressão, a oportunidade e a desigualdade social"; o **sistema presencial de ensino** "na necessidade de reformar a escola, pois seria contraditório ensinar a democracia, no seio de instituições de caráter autoritário" (Delors 2000, p.62), visto que as dimensões oportunizadas pelos vultuosos recursos oferecidos pelas tecnologias de informação

e comunicação e a **Educação a Distância** para atender as diferentes necessidades individuais, superar as limitações de tempo e espaço flexibilizando um intercâmbio entre o conhecimento sistematizado e a possibilidade de uma (re)significação escolar, como diz Martins (1996) (apud PRETI 2000, p.38): "A educação a distância é um dos poderosos instrumentos de cidadania e integração social pois permite ao trabalhador continuar sua educação e formação".

Com base nesta concepção, a educação a distância poderá superar as estruturas de dominação e alienação da educação presencial favorecendo a educação sistematizada, contribuir para a igualdade de oportunidades, anexando direitos individuais levando em conta o contexto social que os indivíduos estão inseridos, erradicar oportunidade de efetivo avanço à democratização do acesso e garantia de permanência dos jovens e adultos no processo de escolarização assim, desenvolver uma consciência de classe para construir uma sociedade em que todos se sintam efetivamente cidadãos.

Figura 6. Políticas públicas excludentes



1.4 Hipótese de pesquisa

Em consonância com a teoria de Triviños (1987) e Minayo (1999) a hipótese engloba uma possível verdade, um provável resultado. Assim, uma verdade pré estabelecida, apoiada teoricamente, em que os dados coletados na pesquisa poderão validar ou não as hipóteses estabelecidas.

Para este estudo tem-se como hipótese **a Possibilidade da Educação a Distância como modalidade de ensino para superar as estruturas de dominação e alienação, favorecendo a inclusão e permanência à educação sistematizada aos jovens e adultos Reeducandos do Presídio Regional de Tijucas (SC) excluídos do sistema formal de ensino.**

Figura 7. Olhar direcional

1.5 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.5.1 Objetivo geral

Investigar a associação da Educação a Distância à inclusão de jovens e adultos do Presídio Regional de Tijucas (SC), excluídos do processo educacional como forma de universalizar e democratizar o acesso à educação sistematizada, tendo como objetivo geral para esta dissertação.

1.5.2 Objetivos específicos

- Levantar junto à literatura embasamento teórico sobre o campo do conhecimento;
- Identificar aspectos relevantes que levaram os jovens e adultos Reeducandos do Presídio Regional de Tijucas (SC) a se afastarem do processo de escolarização;
- Investigar junto aos atores sociais - Reeducandos do Presídio Regional de Tijucas (SC), a possibilidade da construção do saber sistematizado através da Educação a Distância;
- Analisar como e quais práticas pedagógicas que os atores sociais encontram se inseridos;
- Verificar no campo de pesquisa quais recursos e projetos estão disponibilizados para oportunizar aos atores sociais a produção do saber sistematizado;
- Diagnosticar, junto aos responsáveis pelos projetos e recursos sócio pedagógicos como se dá o gerenciamento e o desempenho de suas funções.

1.6 METODOLOGIA DA PESQUISA

1.6.1 A natureza da pesquisa

Historicamente as pesquisas sociais buscaram analisar quantitativamente os referenciais de análise, onde a percepção da realidade era vista com um olhar técnico, empirista, isto é, positivista. Atualmente, a pesquisa qualitativa expressa maior significado pois de acordo com Minayo (1999, p.24) "propõe a subjetividade como o fundamento do sentido da vida social e defende-a como constitutiva do social e inerente à construção da objetividade nas ciências sociais".

Neste quadro, a pesquisa qualitativa reconhece a complexidade dos fatos pois, está no contexto da episteme, oportunizando a pesquisadora observar, ouvir, perceber, compreender e descrever a realidade à luz do contexto social, pois preconiza Patrício (1999, p.iii) que:

O ser humano procura interpretar o mundo em que vive atribuindo conceitos significativos à realidade. Esse conhecimento pode ter várias representações para a humanidade, dependendo do modo como é percebido. A compreensão desse fenômeno nos mostra que existem diferentes caminhos para se produzir conhecimentos.

Assim, para esta pesquisa a ser realizada com os Reeducandos do Presídio Regional de Tijucas (SC), utilizouse o método da pesquisa-ação pois, de acordo com Thiollent (1998, p.24) "Pesquisa-ação é uma proposta metodológica e técnica que oferece subsídios para organizar a pesquisa social [...] e com ela introduz uma maior flexibilidade na concepção e na aplicação dos meios de investigação concreta".

A pesquisa-ação oportuniza técnicas para 'coletar e interpretar dados', resolver problemas e organizar ações, assim, um controle detalhado para se chegar com maior precisão a elaboração dos resultados e interpretações.



Figura 8. O caminho em construção

1.6.2 Caracterização da pesquisa

Considerando o objetivo desta pesquisa, o estudo necessário para este contexto, caracteriza-se nas investigações de cunho bibliográfico, documental e investigativo.



Bibliográfico pois, a revisão da literatura oferece suporte para o embasamento dos conhecimentos teóricos à luz da teoria do conhecimento. Documental, para a certificação de dados previamente constituídos que de acordo com Guba e Lincoln (apud, LÜDKE E ANDRÉ 1996, p.xxxix):

[...] destacam o fato de que os documentos constituem uma fonte estável e rica [...] constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte 'natural' de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornece informação sobre esse mesmo conhecimento.

Investigativo, para possibilitar as pessoas pesquisadas exporem suas idéias, angústias e necessidades que na concepção de Thiollent (1998, p.29) busca "oferecer ao pesquisador melhor condição de compreensão, decifração, interpretação, análise e sínteses do 'material qualitativo' gerado na situação investigativa".

No entanto, o encontro com os atores sociais, os fatos e a pesquisadora articularam uma trajetória importante para a realização da pesquisa citada.

1.6.3 Abrangência da pesquisa e os atores sociais

A opção da pesquisa ser realizada no Presídio Regional de Tijucas (SC), sobreveio pelo relevante trabalho desenvolvido no processo de reeducação dos apenados, através do Projeto de ressocialização existente, que objetiva oferecer ao reeducando preso condições mínimas de inserção social.

O projeto de Ressocialização é desenvolvido no Presídio acima citado, em parceria com o Programa BBeducar, a Prefeitura Municipal de Tijucas e a Universidade do Vale do Itajaí pois, o "processo de humanização" de acordo com o Meritíssimo Juiz da Comarca de Tijucas deve "Priorizar métodos inovadores que mantenham o apenado dentro do mais alto limite possível de dignidade humana e criar condições efetivas de recuperação e ressocialização".

Neste sentido, a realização da pesquisa está fundamentada:

- na investigação do projeto educacional para a reeducação dos apenados;
- na investigação do trabalho de ressocialização dos apenados através de oficinas educacionais;
- na possibilidade de implantação da Educação a Distância no presídio para seqüenciar o processo de escolarização.

1.6.4 A seleção dos atores sociais

Os atores sociais da presente pesquisa consistem em um grupo de Reeducandos do Presídio Regional de Tijucas (SC), pela pesquisadora entender ser esta a parcela da população que se encontra mais alijada do acesso e permanência das etapas de Educação Básica, dos espaços de cidadania, edeste modo, observar, ouvir e perceber a importância da participação nos projetos de reeducação existentes no Presídio e o interesse dos reeducandos em participarem de novos projetos como o gerenciamento da educação sistematizada através da Educação a Distância.

Para a realização da pesquisa obteve-se autorização (anexo 1) do Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca de Tijucas para a coleta de informações com os reeducandos nas dependências do Presídio e fazer análise documental dos projetos e relatórios existentes.

1.6.5 A coleta de dados

Para Thiollent (1998, p.64) "A coleta de dados é efetuada por grupos de observação e pesquisadores [...] As principais técnicas utilizadas são a entrevista coletiva e a entrevista individual aplicada de modo aprofundado", e para a pesquisa dessa dissertação fez-se uso de observações, entrevistas e análise documental. As observações permitiram analisar:

- os espaços pedagógicos como sala-de-aula, laboratório de informática e biblioteca;
- as salas para oficinas sócio-educacionais;
- o relacionamento entre os reeducandos e os envolvidos no gerenciamento das funções específicas;
- o envolvimento dos reeducandos nas atividades sócio-pedagógicas.

Neste contexto pode-se considerar como coloca Triviños (1987, p.141) que a observação na pesquisa é: "uma das situações mais difíceis que se apresentam ao pesquisador que quer estudar a realidade social que se está processando, que está ocorrendo [...]".

Para a pesquisa semi-estruturada firmou-se com o Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca de Tijucas um compromisso ético (anexo 2) garantindo o anonimato dos reeducandos entrevistados para evitar constrangimentos e assim dar maior veracidade as informações.

A entrevista semi-estruturada colocou a pesquisadora in-loco com um grupo de reeducandos e com os responsáveis do Presídio Regional de Tijucas (SC), de forma individual e coletiva, que oportunizou coletar dados atendendo as três grandes categorias estabelecidas: a importância da escolarização, as

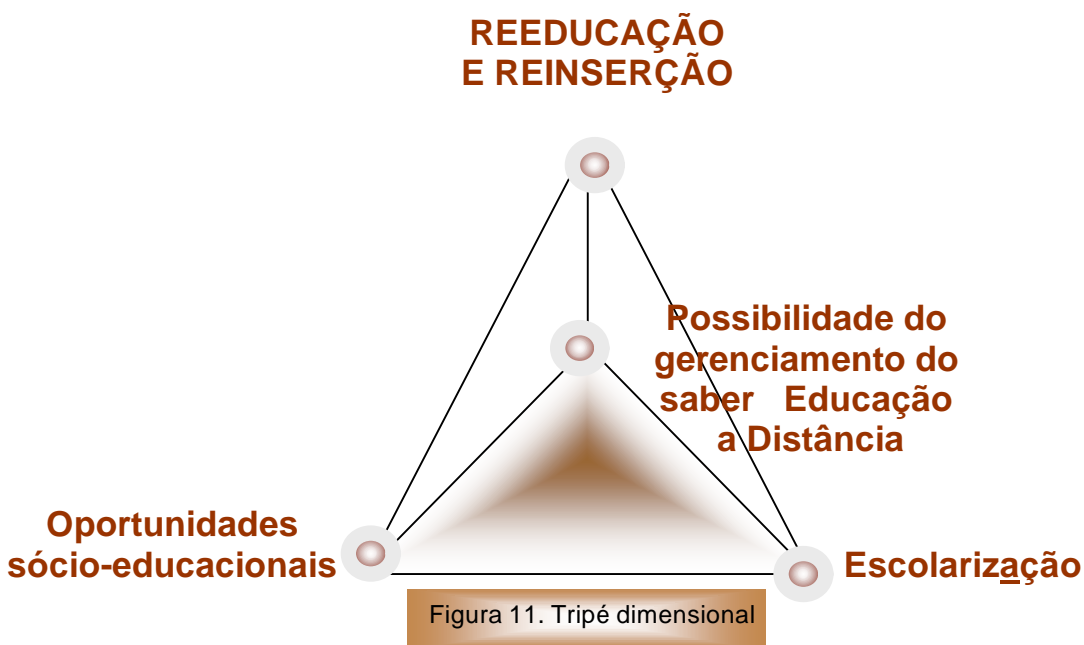
oportunidades sócio-educacionais no presídio e a possibilidade de gerenciamento do saber sistematizado através da Educação a Distância.

Assim, pode-se entender que uma entrevista semi-estruturada como diz Triviños (1987, p.146) "[...] oferece amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante".

A análise documental realizada no setor administrativo do Presídio Regional de Tijucas objetivou complementar as informações, bem como desvelar novos aspectos em relevância ao tema pesquisado que, segundo Caulley (apud LÜDKE & ANDRÉ 1996, p.38) "a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse".

1.6.6 Registro e tratamento dos dados coletados

Os dados coletados entre o grupo de reeducandos e os envolvidos no projeto de Ressocialização no Presídio Regional de Tijucas (SC) configurou-se em três grandes categorias de análise denominadas nesta pesquisa de 'tripé dimensional': a importância da escolarização, as oportunidades sócioeducacionais no presídio e a possibilidade de gerenciamento do saber sistematizado através da Educação a Distância.



A coleta dos dados realizada através da observação, entrevista semi estruturada e análise documental terão um 'tratamento qualitativo' por se basear na subjetividade do conhecimento produzido pelos atores sociais, visando garantir veracidade e abrangência dos resultados.

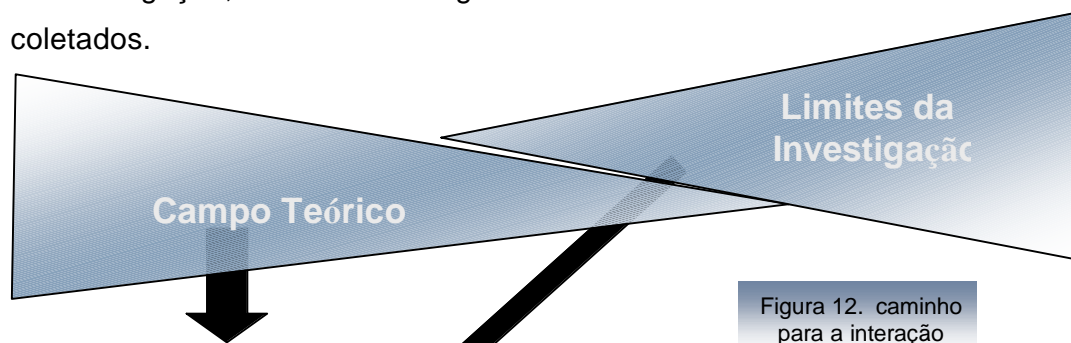
Por sua vez, para a análise das respostas, farse-á leitura, registro e ordenação dos dados coletados com o objetivo de descrever, interpretar e analisar estes dados para validar ou não a hipótese levantada.

Após a interpretação e análise dos dados coletados será oportunizado retorno dos resultados da pesquisa aos atores sociais que segundo Thiollent (1998, p.lxxi) considera em seus escritos que:

O retorno é importante para estender o conhecimento e fortalecer a convicção [...]. Trata-se de fazer conhecer os resultados de uma pesquisa que, por sua vez, poderá gerar reações e contribuir para a dinâmica da tomada de consciência e, eventualmente, sugerir o início de mais um ciclo de ação e de investigação.

1.6.7 Delimitações do trabalho

A presente pesquisa de mestrado, apresenta delimitações no campo teórico, e na investigação, como forma de garantir a veracidade e a confiabilidade dos dados coletados.



No campo teórico as delimitações surgem na necessidade da pesquisadora em direcionar as bibliografias que deverão ser sistematicamente exploradas para os estudos de forma clara e precisa para atingir os objetivos do estudo.

Na investigação não abordamos aspectos jurídicos (tipo-tempo-porque da pena), psicológicos ou de relacionamento inter e intrapessoais dos atores sociais.

Esta pesquisa delimita-se focalizar estudos no processo da educação sistematizada, configurando-se no tripé dimensional: a importância da

escolarização, as oportunidades sócioeducacionais no presídio Regional de Tijuca (SC) e o gerenciamento do saber sistematizado através da Educação a Distância.

Assim, possibilitar aos reeducandos o acesso e a permanência na Educação Básica é possibilitar a estes atores sociais fazerem parte da metamorfose educacional, resignificando a compreensão de valores, interesses e ideologias para que estes mesmos autores se constituam como cidadãos, sobretudo como seres humanos.

1.6.8 Descrição dos capítulos

A presente dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos que assim se configuram:

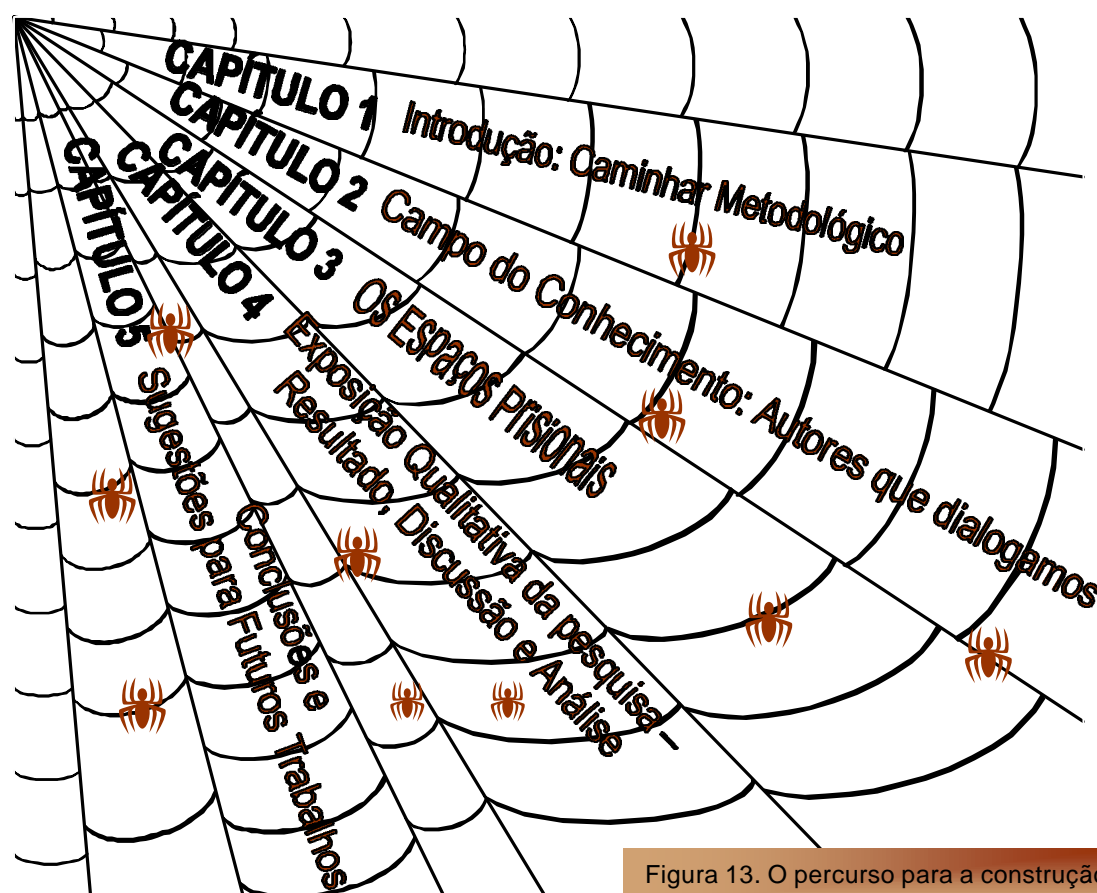


Figura 13. O percurso para a construção

No Capítulo I, a Introdução apresenta como está organizada a questão de pesquisa, a justificativa dos estudos, os objetivos, a hipótese, a metodologia de pesquisa como também, as limitações do trabalho.

O Capítulo II, apresenta o campo do conhecimento isto é, os atores com que vamos dialogar, constituindo deste modo, a revisão teórica do termo em questão: A ciência e a tecnologia, como um grande desafio para a sociedade e conseqüentemente para a educação; jovens e adultos no processo educacional, contemplando um olhar evolutivo da trajetória que a educação brasileira tem traçado para oportunizar a estes educandos uma negociação no processo de escolarização; a inclusão de Jovens e Adultos pelo processo de escolarização, versando sobre o amparo legal e a necessidade de novas políticas educacionais para a inserção e permanência dos mesmos; a Educação a Distância como modalidade de ensino para a inserção de jovens e adultos, buscando mostrar a oportunidade de avanço e consolidação do processo de inclusão dos cidadãos relegados ao saber sistematizado num processo interativo, otimizando o aprender, o ser, o fazer e o viver juntos.

O capítulo III discorre sobre o campo da aplicação da pesquisa, o Presídio Regional de Tijucas (SC) onde se encontram os atores sociais pesquisados.

No Capítulo IV expõem-se qualitativamente a análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa de campo no Presídio Regional de Tijucas (SC).

O Capítulo V, aborda as conclusões e sugestões para futuros trabalhos.

Para finalizar esta dissertação serão apresentados os anexos como informações adicionais no que concerne a pesquisa de campo e as referências bibliográficas que fundamentaram os estudos para o desenvolvimento desta dissertação.

CAPÍTULO 2

2 O CAMPO DO CONHECIMENTO

2.1 CIÊNCIA E TECNOLOGIA: o binômio das transformações sociais

A tecnologia de forma acelerada trouxe consigo a tendência para a mudança e ao mesmo tempo o desafio do envolvimento de toda população. A utilização de meios tecnológicos suprimiram o processo complexo do desenvolvimento abalando os alicerces da sociedade, propiciando constantes transformações no mercado de trabalho, na cultura organizacional e no processo educacional enfocando olhares significativos na evolução histórica da ciência e da tecnologia.

Ao observar a história da sociedade forças e ferramentas experienciadas pelo homem influenciaram diretamente na manipulação das gerações humanas, pois desde a antiguidade a ciência desempenhou um processo evolucionar considerando-se como raiz do desenvolvimento e conseqüentemente o progresso.

No decorrer deste processo evolutivo são identificados entre o século XV e XVI o desenvolvimento comercial e a centralização do poder atingindo seu auge no absolutismo, fortalecendo a hegemonia burocrática, a padronização monetária e fiscal, estabelecendo padrões de controle que interferiram na vida de cada pessoa, nas suas escolhas de onde viver, como viver, em que trabalhar, como e educar.



Figura 14. A trajetória de articulação

Estes procedimentos não criaram e nem inovaram caminhos para a tecnologia, porém, iniciaram uma profunda reestruturação e descentralização do poder, ruralizando o emprego da mão-de-obra servil com a finalidade de gerar uma

relação de dependência social, que pela fidelidade e troca dos trabalhos garantiram um lugar no sistema de produção.

Deste modo, a classe social, produto do desenvolvimento comercial e urbano na idade média, tinha o papel fundamental no processo de acumulação de riquezas que dominava, controlava e manipulava a sociedade.

Esse conjunto de dominação político-social, influenciou diretamente no processo educacional dando sustentabilidade a educação, especialmente a educação jesuítica, que mantinha uma escola conservadora, alheia à revolução intelectual, visando apenas à formação humanística nos padrões da política da religião católica, rejeitando as ciências físicas ou naturais, a técnica e as artes.

Frente a este entendimento Piletti, (1988, p.cvxi) contextualiza afirmando que:

Esta identificação da escola com a educação persistirá enquanto não se consolide a idéia de uma educação que impregne o futuro dos indivíduos de forma mais ou menos contínuas ou prolongadas, ou a intervalos ao longo de toda sua existência, ao mesmo tempo em que aparecerá cada vez mais nítida a imagem da educação com o projeto contínuo de toda a sociedade.

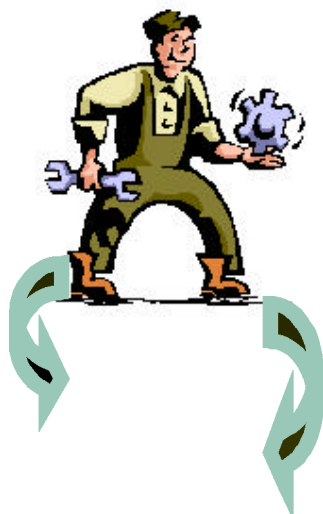


Figura 15. O condicionamento capitalista

A partir deste contexto, as reformas sociais e tecnológicas advindas dos padrões europeus, no início do século XVIII pela Revolução Industrial, surgiram às novas teorias econômicas, fisiocratas e liberais, que afetaram diretamente os padrões sociais, gerando uma nova classe social, a dos trabalhadores que, em troca de salários e conseqüentemente pela necessidade de sobrevivência, levaram o homem a aculturar-se nestes padrões, ocasionando assim, a mudança do caráter social sobre o equilíbrio de riquezas, da centralização dos padrões de poder, gerando o aumento da desigualdade social, desenvolvendo uma situação opressora, face a concepção materialista da existência, do ser humano.

Este conjunto evolutivo, reflete efetivamente nas reformas educacionais centradas nas demandas de mercado que sobrecarregam o ser humano condicionando-o ao sistema capitalista onde a concentração dos trabalhadores nas fábricas, o desenvolvimento urbano, a mudança radical no caráter do trabalho e a produção dividida em operação alienam o trabalhador, desqualificando e reduzindo-o a aceitar passivamente as imposições e limitações adjacentes ao sistema de trabalho, processando desta forma, um afastamento significativo das atividades escolares, onde o trabalho como condicionante para o progresso e estabilidade social, mascara as diretrizes educacionais, as propostas pedagógicas das instituições de ensino, afastando muitos cidadãos da apropriação do saber sistematizado em detrimento as transformações e necessidades do mercado de trabalho.

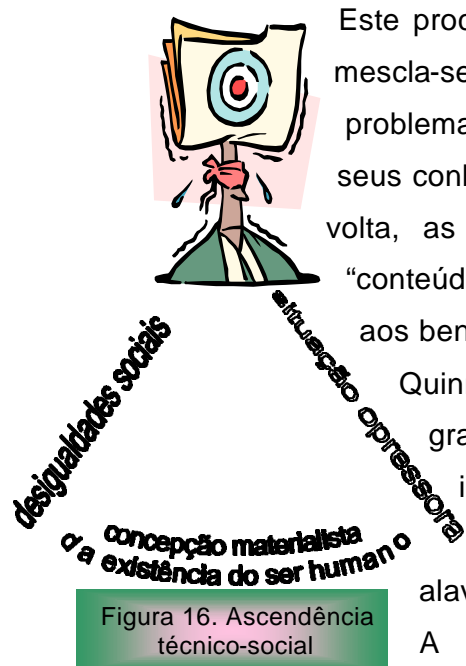
Estas situações favoreceram positiva ou negativamente o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, resultando transformações notáveis: da disponibilidade de mão-de-obra para o aumento de capital; da manufatura a robotização, da substituição da madeira pelo metal, do ferro pelo aço; da máquina a vapor pela locomotiva, do automóvel pelos transportes rápidos ou ultra-rápidos; do fogo a eletricidade; do petróleo aos produtos químicos, o PVC, o laser; da escrita pictórica a comunicação eletrônica; da catapulta as bombas químicas e biológicas, do ser humano a sua própria clonagem, tudo isto e muito mais para assegurar o desenvolvimento da sociedade, o progresso.

Pacey (apud BAZZO, 1998, p.cxxix) em La cultura de la tecnologia reportanos a analisar tal evolução dizendo que:

na tentativa de mostrar que apesar do comportamento cultural as coisas não se estabelecem desta maneira, propõe uma interessante inversão de análise quanto faz uma radiologia rápida da Revolução Industrial, e argumenta que não foi a máquina a vapor que introduziu esta Revolução Industrial. Foi sim um ambiente humano que propiciou a utilização do vapor para se produzir uma verdadeira revolução nos costumes da época, através da imposição dos novos rumos na produção humana. Apresenta se, portanto, como o central fato de que a utilização e a repercussão da ciência e da tecnologia estão sempre estreitamente relacionados aos aspectos humanos produzidos. Produzidos ao longo dos tempos pelos homens, e para os homens elas têm um largo espaço na história da civilização.

Neste contexto, a evolução da ciência e da tecnologia foi impondo à sociedade, teorias, conceitos, normas, padrões supervalorizando a cientificidade de seus próprios paradigmas, plastificando direta ou indiretamente os conceitos de homem,

de cidadão, isto é a ‘experiência sensível’ como nos colocava Platão na sua obra A República.



Este processo de integração do homem na sociedade, mescla-se de fatores humanos e técnicos, identifica problemas gerenciados de acordo com sua cultura e seus conhecimentos. O conhecimento que está a nossa volta, as máquinas, são um exemplo de como o “conteúdo do conhecimento” vem sendo incorporado aos bens e serviços de nosso dia-a-dia, pois segundo Quinn (1996, p. 12), “[...] a causa básica da grande transformação é a emergência do intelecto e da tecnologia – sobretudo em serviços – com os bens altamente alavancáveis”.

A ciência e a tecnologia formam o binômio tecnológico onde a união e fusão são necessárias para funcionar um sistema de conhecimentos, orientações e discernimentos. Todavia, é importante considerar e refletir sobre os efeitos e influências positivas e negativas do processo tecnológico. Portanto, ter-se um conhecimento tecnológico sobre estas ferramentas, (‘meios tecnológicos’), é não permitir o reducionismo da vida humana enquanto multiplicadores dos triunfos tecnológicos, porém, conhecer e compreender a totalidade de forma cada vez mais ampla e integral, é termos o controle da utilidade destes meios para que estes desmistifiquem a supervalorização das potencialidades da tecnologia em detrimento dos valores do SER, e valer-se destes meios de maneira equilibrada para não permanecer no sonambulismo e no analfabetismo tecnológico como afirma Munford (apud BAZZO 1998, p.cxxvi) em seus escritos:

Se todos os inventos mecânicos dos últimos cinco mil anos fossem apagados de repente, haveria uma catastrófica perda de vida; mas o homem continuaria sendo humano. Por sua vez, se se eliminasse a faculdade de interpretar [...] a terra inteira desapareceria mais depressa que a visão de Próspero e o homem sumiria num estado mais desamparado e brutal que o de qualquer animal: próximo a paralisia.

Diante do impacto que as transformações tecnológicas têm exercido sobre a vida dos seres humanos, tem-se a considerar que a utilização e a repercussão da ciência e da tecnologia são componentes duplamente relevantes. De um lado

otimizam os 'recursos intelectuais' que multiplicam o conhecimento e facilitam o saber; de outro, oportunizam a melhoria da performance dos programas de formação, de interação e aplicabilidade de conhecimentos, introduzindo o componente da modernização e atualização para qualificar as instâncias formadoras.

Moraes & Santos (apud Martins & Polak, 2000, p.iv) abordam este contexto com perspicácia ao relatarem que:

[...] a tecnologia está relacionada com a produção de aparatos materiais ou intelectuais suscetíveis de oferecerem soluções a problemas práticos de nossa vida cotidiana. A tecnologia é um construto humano e ao humano deve servir, mediando interações com o meio ambiente, com o conhecimento e entre os seres humanos.



Figura 17. O avanço tecnológico

Sob este enfoque, as tecnologias engendram contribuições efetivas no contexto social, conseqüentemente no processo educacional promovendo e estimulando transformações nos paradigmas educacionais, o repensar da prática pedagógica pois, “[...] a tecnologia é o resultado da ação da imaginação, intuição, e criatividade associados às ferramentas das ciências e das engenharias” como nos coloca Marchiori (apud SANTOS 2000, p.4).

Na medida em que a sociedade visa a realização do ser humano, a educação necessita apoiar-se em conhecimentos e possibilidades de informação e comunicação para corresponder aos anseios e perspectivas de englobar o desenvolvimento e o bem estar humano.

Nesta concepção, transcender as fronteiras da sociedade pósmoderna instala-se na necessidade da escola formal modificar suas concepções de educação no que diz respeito as relações de aprendizagem, bem como, desempenhar um papel de troca de informação atribuindo às novas tecnologias uma atitude de parceria buscando novas formas de cooperação rompendo as fronteiras geográficas para flexibilizar o desenvolvimento e a ruptura da desigualdade social.

Assim, nos diz Alonso (apud PRETI 2000, p.ciii) em seus escritos

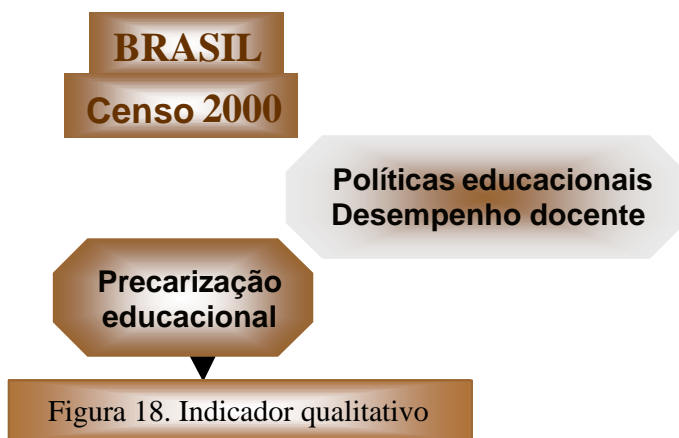
Quanto mais rompermos com a idéia de uma escola fechada, desvinculada dos processos que movem tecnologicamente as sociedades

neste momento, com programas que não contribuam para uma identificação institucional do espaço educativo, estaremos limitando, uma vez mais, a possibilidade de tornar a escola algo integrado à vivência e às experiências da maior parte da população.

É de fundamental importância definirmos ações que interfiram e contribuam neste processo complexo da escola formal, para oportunizar uma escolarização ‘emancipatória’, ‘libertadora’, com compromisso ‘ético-profissional’ para a autonomia e satisfação dos interesses e necessidades pessoais, e assim, podermos dizer que:

O homem que se liberta dos grilhões é [...] capaz de atingir o verdadeiro conhecimento, a episteme, ‘ciência’, quando a razão ultrapassa o mundo sensível e atinge o mundo das idéias, lugar da essência imutável de todas as coisas, dos verdadeiros modelos ou arquétipos [...] Platão (Apud. ARANHA, 1998: p.xlv).

2.2 INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE JOVENS E ADULTOS NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO: um desafio para este século



O mundo de hoje com as mais variadas tecnologias avançam exacerbadamente nas empresas, lares e escolas, globalizando economias, ampliando divisas, oferecendo conhecimentos quase como a velocidade da luz. É uma forma fantástica de

evolução para atingir os quatro pólos do planeta Terra. Esta maravilha que surpreende, promove, revoluciona a cada instante o ser humano pelas modernas tecnologias de informação e comunicação gerenciadas de forma acelerada, têm em contrapartida seres humanos não socializados, desvalorizados, excluídos.

O último censo realizado no Brasil no ano de 2000, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou uma mostra constrangedora no cenário

educacional, revelando acentuado índice de jovens e adultos analfabetos liberais e funcionais e elevado número de evasão escolar na educação brasileira.

Esta precarização educacional espelhada no censo 2000 faz-nos refletir as políticas educacionais e o desempenho docente, em que a oferta de educação para todos e o atendimento aos alunos dispersos implica em recuperar as condições de aprendizagem inerente aos seres humanos e permitir-lhes a adaptação à realidade e não uma atividade passiva perante ela pois, superar as desigualdades e traçar desafios para a educação é falar da importância da integração social sem segregações em que, a universalização do saber atenda sem restrições os jovens e adultos desprovidos de oportunidades e direitos de acesso e permanência na escola.

Paiva (1997, p.xcviii), é sutil quando aponta questões da temática de inclusão chamando-nos atenção para o compromisso educacional e social com os jovens e adultos ressaltando que:

Compreender a educação como um fenômeno humano produzido em situações sócio-históricas, num processo de conquistas e elaborações sociais de significados, permite apostar numa 'educação de jovens e adultos' como direito e, não apenas a idéia de resgate da oportunidade perdida.

A sociedade atual apóia-se na organização do trabalho e da escola despertando e desenvolvendo atribuições de cooperação, potencialidades e aperfeiçoamentos teórico-científicos. Estas e outras preocupações com a modernidade enfatizam de acordo com Manacorda (1999, p.cccxxvii) que:

Todos os homens de qualquer raça, condição e idade, por força de dignidade de pessoa humana têm o direito inalienável a uma educação que corresponda o seu próprio fim, seja adequada à sua índole, à diferença de sexo, à cultura e as tradições de seus pais e ao mesmo tempo seja aberta a uma convivência fraterna com os demais povos [...]

Por assim dizer, essencialmente pela injusta distribuição de riquezas e pela influência exercida sobre a realidade sócio-cultural, percebe-se que os padrões técnicos ainda distanciam o processo educacional das necessidades básicas entre o processo de humanização/ hominização e profissionalismo, pois enquanto a competição de mercado assume elevada tensão social, muitos cidadãos brasileiros estão na busca de um melhor 'lugar ao sol', surgindo o conflito, a desigualdade social, a exclusão, o distanciamento dos sujeitos na busca do conhecimento sistematizado.

Um dos grandes problemas da modernidade, justificase na ordem das conquistas relacionadas a ciência e a tecnologia, como instrumentos de oportunidades e progressos que passaram a ser considerados como o universo das conquistas industriais, as limitações pedagógicas do sistema de instrução em que num primeiro momento monopolizava, agora, busca um modelo explicativo do real, em oposição ao anterior, tornando-se uma necessidade, uma obrigatoriedade, onde a instrução faz parte do pensamento do século, e sua meta objetiva uma prática social que propicie o saber e o desenvolvimento das potencialidades para a auto realização e o exercício consciente da cidadania.

Diante destas transformações e dos diversos antagonismos estabelecidos pela sociedade, o homem necessita ter uma proximidade 'espaço temporal' para garantir o 'direito a ter direitos' e possibilidades de desenvolver a capacidade de inovar, produzir novos conhecimentos adequados às necessidades sociais, exigindo como considera Geraldini (1993, 155) "[...] não apenas a inspiração ideológica do direito a palavra, mas uma relação intersubjetiva contida no próprio processo de enunciação marcada pela temporalidade e suas dimensões".

Embora as inovações tecnológicas terem sido e ainda o são o ponto de culminância para o desenvolvimento da sociedade, notase que uma grande parcela da sociedade brasileira encontra-se numa contínua crise de discernimento da própria ciência e da tecnologia, pois, os complexos industriais, as empresas multinacionais, a automação, a informática, a engenharia genética, a mão-de-obra qualificada, a poluição ambiental, as usinas nucleares, envolvem o ser humano em formas artificiais de novos padrões sociais, concentrando um caráter radical onde a tecnologia que ajuda, é a que domina, e este mesmo ser passa a ser visto como uma incerteza tornando-se um ser estático e controlado.

Dentro deste contexto, as colocações abordadas por Winner (1987: p.xli) nos alerta que:

A tecnologia inclui somente categorias relacionadas com ferramenta e usos, e não inclui certa atenção ao significado dos desenhos e das disposições de nossos artefatos, e neste caso estaremos cegos a muitas coisas que são intelectuais e praticamente cruciais. (minha tradução).

Neste horizonte aberto pela sociedade global homens individualistas, modernos, satelizados, midiáticos, computadorizados, encontram-se nas esferas impenetráveis de supremacia enquanto, uma grande parcela destes mesmos homens encontram-se alijados dos benefícios e direitos do processo de

conhecimento, de escolarização associando desta maneira, a falta de melhor qualidade de vida.

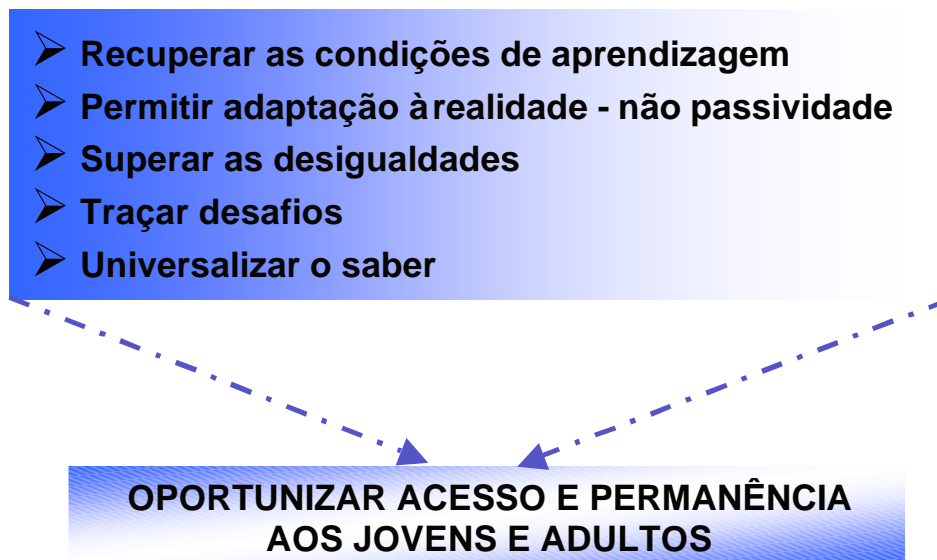


Figura 19. Tendência educacional

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI (Delors:2000) desenvolveu uma significativa reflexão sobre o compromisso de garantir às pessoas os conhecimentos básicos necessários para uma vida digna e mais justa, onde se redimensionou o significado do desenvolvimento humano que a princípio visava ‘ampliar as possibilidades oferecidas às pessoas’ para um novo significado:

O conceito de desenvolvimento humano...analisa todas as questões relativas a sociedade – crescimento econômico, trocas, emprego, liberdades políticas, valores culturais, etc – na perspectiva da pessoa humana. Concentra-se, pois, na ampliação das possibilidades de escolha [...] (Delors 2000, p.lxxxii).

A ampliação do conceito de desenvolvimento humano orientou a reflexão sobre Educação definindo que “A educação básica para todos é, pois, absolutamente vital” (Delors, p.2000) para atender o ‘déficit de conhecimento’, de valorização do ser humano, de sua ligação com o subdesenvolvimento.

No Artigo I da Declaração Mundial sobre Educação para Todos e no Quadro de Ação para Responder às Necessidades Educativas Fundamentais em 1990, na

Conferência de Jomtien (apud DELORS, 2000, p.cxxvi) adotouse a concepção que:

Toda a pessoa – criança, adolescente ou adulto – deve poder beneficiar de uma formação concebida para responder as suas necessidades educativas fundamentais. Estas necessidades dizem respeito tanto aos instrumentos essenciais de aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas), como aos conteúdos educativos fundamentais (conhecimentos, aptidões, valores e atitudes) de que o ser humano tem necessidade para sobreviver, desenvolver todas as suas faculdades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua existência, tomar decisões esclarecidas e continuar a aprender.

Sob esta perspectiva o retorno dos excluídos ao sistema educacional está intrinsecamente ligado a novas concepções e tendências educativas que compreendam a necessidade dos educandos, e que as propostas das políticas educacionais sejam voltadas à transformação social, num processo educativo democrático olhando simultaneamente o acesso, a garantia de permanência e o sucesso no crescimento intelectual e pessoal bem como, o papel social voltado as ‘competências’ e ‘habilidades’ para a construção da cidadania. Neste contexto, buscamos destacar que ‘habilidades’ de acordo com a arquitetura de Richard (1990) são os comportamentos automatizados, o fazer. As competências, referem-se ao conhecimento das regras, levando para a qualificação, o processo de construção.

2.3 JOVENS E ADULTOS NO PROCESSO EDUCACIONAL: um olhar evolutivo

Os sistemas de educação para adultos surgiram e se desenvolveram na América Latina sob o signo de modernização da reforma da democratização tanto pedagógicas como sociais, e com isto, o aparecimento de teses antitradicionalistas fragmentadas em múltiplas tendências internas. Tanto no discurso quanto na prática da educação para adultos era possível identificar que embora heterogêneas, se uniram para contestar severamente a ordem tradicional. Tais oposições modernizantes incluíam, de acordo com as peculiaridades sócio políticas e os momentos históricos dos diversos países, as tendências reformistas no plano social, perspectivas democráticas vinculadas à instituição programada e a

distância, bem como, a promoção do estudante livre, propostas populistas e outras modalidades de enfoque militantes.

Acreditou-se que a resposta correta era aumentar a oferta de oportunidades educacionais para adultos, tanto por meio formais quanto não formais. Em diversas instâncias ligadas à ideologia desenvolvimentista imperante na América Latina nas últimas décadas, procedeu-se como se a mera expansão dos serviços bastasse para resolver quase magicamente a problemática em foco.



Figura 20. Visão perceptiva

A trajetória histórica da Educação de adultos no Brasil é um desafio extremamente complexo, pois essa oferta compreende uma pluralidade de experiências, podendo se observar um caráter de reposição e suplência, em busca do tempo perdido, abrangendo os processos de escolarização, profissionalização e de organização popular.

Os primeiros trabalhos desenvolvidos no Brasil voltado a ações de educação para adultos ocorreram em 1549 com a vinda dos jesuítas que se dedicaram a duas tarefas principais: a pregação da fé católica e o trabalho educativo que primeiramente os ofícios eram ensinados aos indígenas e mais tarde, aos escravos. Piletti (1988, p.166), nos apresenta com clareza o trabalho jesuítico dizendo que: “Os jesuítas [...] com seu trabalho educativo, ao mesmo tempo em que ensinavam as primeiras letras e a gramática latina, ensinavam a doutrina e os costumes europeus”.

A partir de 1930 a educação de adultos foi incluída no rol das reivindicações educacionais, com a transformação da estrutura econômica urbano– agrícola – comercial em um modelo industrial emergente, exigido como qualificação de mão-de-obra, principalmente no que se refere à decifrar o código escrito de mensagens nos manuais de funcionamento do maquinário, ordens e outros textos de utilidade para a indústria e até mesmo como mudança radical na vida da população.

A constituição de 1934 estabeleceu novas atribuições educacionais sendo traçada nas diretrizes da Educação Nacional pontos importantes destacandose dentre eles ‘a educação como direito de todos e a assistência aos estudantes necessitados’. Tais considerações que, de um lado iniciaram um Sistema Nacional de Educação, do outro assinalou uma profunda centralização de poder e controle.

Figura 21. Jovens e adultos – inclusão nacional

Em 1947, inicia-se no âmbito do Ministério da Educação a campanha de Educação de Adultos em função da necessidade de aumentar as bases eleitorais para sustentação do governo central que prevê a alfabetização em três meses e a condensação do curso primário em sete meses.

Num curto espaço de tempo, foram criadas várias Escolas Supletivas com cursos noturnos para alunos trabalhadores. Nesse momento, o analfabetismo era concebido como causa e não efeito da situação econômica, social e cultural do



país. Foram realizadas ações concretas no sentido de possibilitar a escolarização dos excluídos e as idéias de alfabetização de adultos com um sentido de conscientização e leitura de mundo proposta por Paulo Freire, ganharam consistência e força.

Entre o período de 1961 a 1965 multiplicam-se os programas de alfabetização e educação popular, orientados pelas idéias de Paulo Freire e a partir de então, surgem organizações de luta pelos problemas sociais e educacionais como:

O Movimento de Educação de Base (MEB) patrocinado pelo Governo Federal que foi articulado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e disponibilizado na modalidade de Educação a Distância através da 'Educação radiofônica' nas regiões do nordeste pelas dioceses de Natal e Aracaju; os Centros Populares de Cultura da União dos estudantes; a Campanha Pé noChão Também se Aprende a Ler, da Secretaria de Educação de Natal; e outras iniciativas de caráter regional ou local.

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi estruturado para efetivarse nos anos de 1961 a 1965 e ser instalado no seu primeiro ano 15000 escolas radiofônicas para atender a demanda de mercado porém, somente em julho de 1963 sua estruturação foi iniciada mas, instituída oficialmente em janeiro de 1964, estabelecida de acordo com o Artigo 4º do Decreto nº 53 465 de 21 de janeiro de 1964 relatando que: O programa convocaria e utilizaria a cooperação e os serviços de agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, sociedade de bairro e municipalistas, entidades religiosas, organizações civis e militares,

associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão, o magistério e todos os setores mobiliáveis.

Atendendo o Decreto instituído, determinouse que a alfabetização de adultos dar-se-ia sob a aplicabilidade do método Paulo Freire e Fiori (Freire 1987, p.xxi) com propriedade, em seus escritos, descreve a abrangência do caráter social que o método traz em sua essência:

[...] um método de cultura popular: conscientiza e politiza. Não absorve o político no pedagógico, mas também não põe inimidade entre educação e política. Distingue-as, sim, mas na unidade do mesmo movimento em que o homem se historiciza e busca se reencontrarse, isto é, busca ser livre. Não tem a ingenuidade de supor que a educação, só ela, decidirá dos rumos da história, mas tem, contudo, coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano, sejam estruturais, superestruturais ou interestruturais, contradições que impelem o homem a ir adiante[...]. Um método pedagógico de conscientização alcança as últimas fronteiras do humano. E como o homem sempre se excede, o método também o acompanha. É 'a educação como prática da liberdade'.

Sem dúvidas, a tomada de consciência, a busca de liberdade proposta por Paulo Freire, aproximaria os envolvidos— excluídos a descoberta do conhecimento como base sustentadora para as 'relações homem mundo, para a conscientização, a criação, interpretação dos problemas existentes, a reflexão, superação de conflitos através de idéias não como consumo, mas produzilas e transformá-las em ação por meio da comunicação.

Concomitante a essas práticas Paulo Freire (1987, p.ci) focaliza que:

Sendo os homens seres em "situação", se encontram enraizados em condições tempo-espaciais que os marcam e a que eles igualmente marcam. Sua tendência é refletir sobre sua própria situacionalidade, na medida em que, desafiados põe ela, agem sobre ela. Esta reflexão implica, por isto mesmo, algo mais que estar em situacionalidade, que é a sua posição fundamental. Os homens são porque estão em situação. E serão tanto mais quanto não só pensem criticamente sobre sua forma de estar, mas criticamente atuem sobre a situação em que estão.

Todos estes programas de alfabetização/escolarização são extintos e seus organizadores são presos ou exilados devido o Golpe Militar de 1964, em que o governo/militares de forma autoritária instalam no país reformas reacionárias a todos os níveis de ensino, impondo de forma vertical as diretrizes educacionais, sem a participação dos maiores interessados – alunos, professores e outros segmentos sociais, freando os avanços e as conquistas populares.

Neste período o governo lança o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), tendo caráter assistencialista e conservador, com o objetivo

centrado apenas na alfabetização de adultos, mediante um intenso controle Federal.

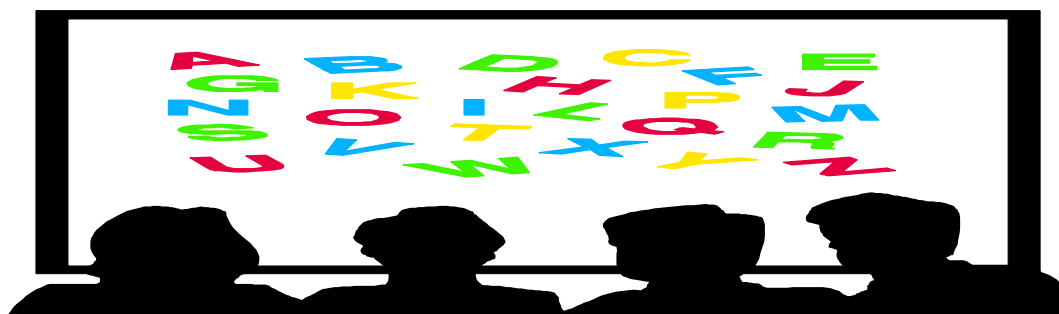


Figura 23. O B A BÃ nacional

A partir de 1971 somase ao MOBRAL o Ensino Supletivo com a tarefa de escolarização correspondente ao Ensino Primário, permanecendo em vigor até a década de 80.

Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1971 (LDB nº 5692/71), acrescentase à Educação de Adultos a idéia de ‘aceleração escolar’, incorporando o caráter tecnicista. Mediante isso Paiva (1997, p.xcv) nos diz que:

[...] alentada pelos “sucessos” do milagre econômico que florescia, à causa dos direitos humanos, da exclusão [...] havia que se fazer, do jovem e do adulto não escolarizados, trabalhadores qualificados, pelo uso da leitura, da escrita e do cálculo, conformando o novo conceito de alfabetização. Havia que fazê-los produtivos, capazes de, valorizadas suas potencialidades pela educação, tornaremse um capital necessário e engajado no sistema capitalista. Para os que conseguiam vencer as barreiras de serem trabalhadores e estudantes em seu tempo não apropriado pelo capital, o modelo acenava com a “ascensão social” e atribuía, aos que não conseguiam, a culpa pelo próprio fracasso.

Em 1985, o MOBRAL foi substituído pela Fundação Educar com apoio técnico e financeiro de entidades civis e de Prefeituras Municipais para fomentar apoio aos que não tiveram acesso a escola ou seja, os excluídos.

A partir de 1986, devido a crise econômica estes grupos ampliaram seus projetos/ou iniciaram novos projetos firmando convênios com a mesma fundação.

A década de 90 foi marcada pela extinção da Fundação Educar pois, o atual Ministro da Educação cortou as verbas destinadas a este projeto criando assim, um distanciamento com relação às políticas e pesquisas sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil e desarticulando os programas municipais e estaduais existentes embora a Constituição de 1988, (Brasil: 1999) no artigo 208 havia

ampliado e garantindo importantes avanços no campo da Educação de Jovens e Adultos.

No artigo 208 da Constituição constatase que: O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria.

Embora a Constituição Brasileira assegurasse a obrigatoriedade de 'Educação para todos', houve retrocesso no processo da Educação de Jovens e Adultos pelas esferas governamentais permanecendo em níveis inferiores aos demais níveis educacionais.



Figura 24. Novas diretrizes

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 promulgada e sancionada em 20. 12. 1996 pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso determina na Seção V da Educação de Jovens e Adultos dois artigos que promovem uma ligeira recuperação:

*Art. 37 A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiverem acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

* Art. 38 Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de 15 anos;

II No nível de conclusão do ensino médio para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos e pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Embora seja a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional 9394/96 o suporte norteador das Bases Educacionais que asseguram o direito a escolaridade a todos os cidadãos, a própria lei apresenta a Educação de Jovens e Adultos como modelo supletivo e assim, descomprometendo o estado da obrigatoriedade de criar condições de permanência dos jovens e adultos trabalhadores no Sistema Educacional, reservando ao Sistema Público, no que concerne ao Exame Supletivo apenas a avaliação do produto, restringindo-se a certificação.

Em 10 de maio de 2000, o Conselho de Educação Básica emite o Parecer Nº 11/ 2000 para a Educação de Jovens e Adultos que relata:

Do Brasil e de suas identidades muitos já se disse. São bastante conhecidos os conceitos operatórios de análise baseados em pares opostos: 'Dois Brasis', o tradicional e o moderno, capital e interior, urbano e rural, litoral e sertão assim como os respectivos 'tipos' que os habitariam e os constituiriam. A esta tipificação em pares opostos, não seria fora de propósito acrescentar outros ligados à esfera do acesso e domínio da leitura e escrita que ainda constituem linha divisória entre brasileiros: alfabetizados / analfabetos, letrados / iletrados. Muitos continuam não tendo acesso à escrita e leitura, mesmo minimamente; outros têm iniciação de tal modo precária nestes recursos, que são mesmo incapazes de fazer uso rotineiro e funcional da escrita e da leitura no dia a dia.

Nesse Parecer, a Educação de Jovens e Adultos é compreendida como:

[...] dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela [...] a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto [...] (Parecer Nº 11/ 2000).

De acordo com o Parecer acima mencionado, são estabelecidas quatro funções próprias da Educação de Jovens e Adultos, divididas em:

1. Função Reparadora: "é uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola [...] é por isso que a Educação de Jovens e Adultos necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio".

2. Função Equalizadora: "Para tanto são necessárias mais vagas para estes novos alunos e novas alunas, demandantes de uma nova oportunidade de equalização".

3. Função Permanente: “[...] atualização de conhecimentos por toda a vida [...] é o próprio sentido da Educação de Jovens e Adultos”.

4. Função Qualificadora: “É um apelo para as instituições de ensino e pesquisa no sentido da produção [...]”.

Neste sentido cabe enfatizar que a organização curricular da Educação de Jovens e Adultos de acordo com o Parecer Nº 11/ 2000, possui um perfil diferenciado dos demais educandos devendo ser considerado que:

[...] o importante a considerar é que os alunos da Educação de Jovens e Adultos são diferentes dos alunos presentes nos anos adequados à faixa etária. São jovens e adultos trabalhadores, maduros com larga experiência profissional [...] com um olhar diferenciado sobre as coisas [...] logo, aos limites impostos pela vida, não se podem acrescentar outros que signifiquem uma nova discriminação destes estudantes como a de banalização da regra comum da Lei de Diretrizes e Bases.

Neste contexto, cabe frisar as colocações estabelecidas no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (Delors: 2000) quando salienta que os programas de educação básica e de alfabetização para adultos serão mais atraentes se associados a aquisição de competências e se forem utilizados os meios de comunicação social para contribuir no desenvolvimento da aprendizagem.

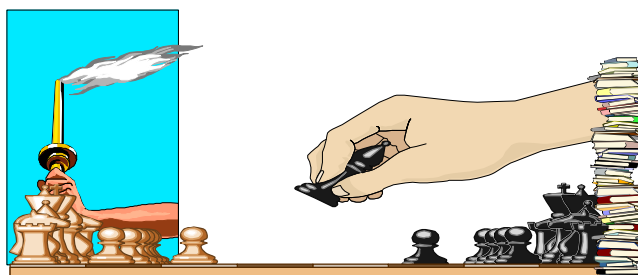


Figura 25. Disponibilidade dos instrumentos de aprendizagem

Assim, Delors (2000, p.cxxxiii) aponta que:

É preciso ter em conta as especificidades da vida no meio rural e urbano, decidindo qual a língua de ensino e analisando com cuidado, as adaptações a fazer nos programas, conteúdos, formação de professores e materiais.

Delors (2000, p.133) também faz menção à responsabilidade e ação vigorosa do Estado em relação ao processo de educação destacando que: “Os adultos tenham acesso às possibilidades de aprender para melhorar a sua atividade profissional como a qualidade de suas vidas”.

Deste modo, para que se desenvolva um projeto sustentável na Educação de Jovens e Adultos a prática pedagógica deverá oportunizar o desenvolvimento de competências e permitir a estes alunos jovens e adultos, avanços qualitativos que impliquem vivenciar e interpretar sua vida, seus projetos, sua história.

2.4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: caminho para a inclusão no processo de escolarização

Ao longo de sua história o homem, busca constantemente respostas sobre sua espécie, seu papel no mundo e seu processo de interação ente os sujeitos. Busca neste sistema complexo, explicações que possibilitem um ponto de partida sobre o 'fenômeno vida' e, explicação sobre o ser, o viver, o conhecer, o relacionar-se, o conviver.

Neste ato de coragem, de buscas, de conquistas, derrotas e vitórias

D'Ambrósio (1993, p.xvi) diz que:

Na procura de entender quem é, o que é, como é, o homem construiu história, religião, ciência, arte. E na explicação do quanto pode, concebe o poder. Essas explicações determinam a construção de modos de comportamento e de modos de conhecimento.

Frente a esta realidade o homem, tem necessidade de apropriar-se da herança cultural, do relacionamento inter e intrapessoal, organizar-se enquanto coletividade e ser partícipe da apropriação e construção do conhecimento sistematizado, para facilitar sua sobrevivência e ao mesmo tempo dar sentido a sua própria natureza humana-social.

Moran (2000, p.II), ao reportar-se as 'interações entre os indivíduos' relata que:

A complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentido de pertencer à espécie humana.

Figura 26. Reflexão introspectiva

O ser humano é um 'ser complexo'; um ser que caminha constantemente em 'busca da luz'; que seguidamente caminha até a 'portada caverna' para conhecer o mundo, 'fazer parte' do mundo, estar presente no mundo desenvolver-se e apropriar-se do mundo mas, pelos despotismos existentes nas esferas políticas e sociais, muitos seres humanos sentem-se 'oprimidos', 'excluídos',

'desumanizados'. Freire (1987, p.30) relata em seus escritos que: [...] a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma "ordem" injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos". Um ser menosimpulsionado possivelmente, pelo racionalismo estabelecido entre o **ser** e o **ter**, o **poder** e a **submissão**, a **liberdade** e a **opressão**, a **oportunidade** e a **desigualdade social**. Para ser melhor focado estes termos, cabe-nos refletir novamente as palavras de Freire (1987, p.xxxi) quando nos diz:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparada para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se opõe ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida.



Figura 27. A restrição dos saberes

A Constituição Brasileira de 1988 que contém o conjunto de normas reguladoras referente, entre outras questões, os direitos e deveres dos cidadãos brasileiros traz no capítulo I, Art 5º que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]

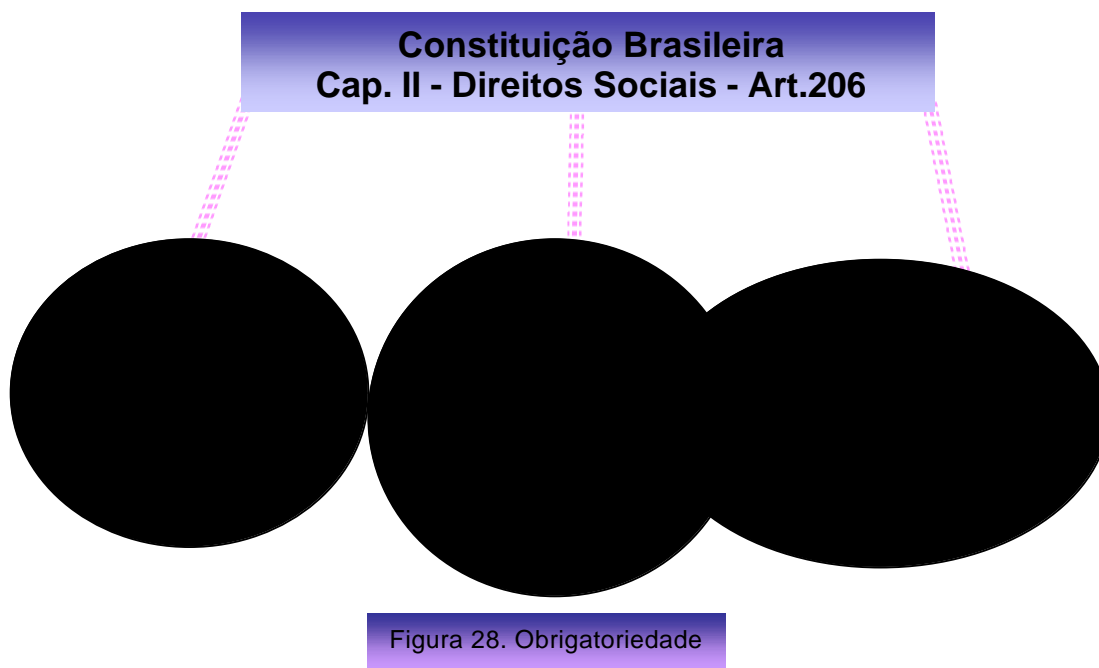
No entanto, ao navegarmos na história, deparamo-nos com milhares de cidadãos brasileiros que se encontram alijados deste processo de igualdade. Encontram-se sim, num processo de cristalização em que as estruturas dominantes, as características de poder, a soberania direcionam linhas de dependência que são polarizadas na sociedade, em que 'ao oprimido se impõe silêncio'.

Os estudos realizados por McLaren (1997, p.xvi) frente às reformas educacionais evidenciam que:

As prescrições resultantes para a reforma do ensino são gravemente restritas. Na presente corrida por esquemas de responsabilidade, gerenciamento corporativista e currículos ordenados pelo Estado, um silêncio premonitório existe com relação às maneiras pelas quais estas novas tentativas hegemônicas de modelar adequadamente o ensino

representam tanto um ataque às possibilidades democráticas do mesmo quanto às verdadeiras condições que tornam possível o ensino crítico.

Este posicionamento, onde é dado ao opressor a 'supervalorização do fenômeno de liderança', sobrepuja o oprimido à dependência. Dependência das mais variadas 'categorias sociais', e em relevância o direito a escolarização. Escolarização esta, que a Constituição Brasileira no capítulo II Dos Direitos Sociais, Art.206, reporta-se exclusivamente ao ensino que deveriam ser ministrados nos princípios dentre eles, de I a III que se seguem:



As obrigatoriedades educacionais descritas na Constituição, possibilitam flexibilizar de forma democrática, condições concretas de aprendizagem e interação social adquirindo conhecimento sistematizado, como forma de instituir um inventário de saberes num processo contínuo e permanente. Mas, Brzezinski (apud SERBINO, 1998, p.clxii) nos seus escritos considera que:

[...] não basta declarar que a educação escolar visa preencher as condições básicas para a humanização do homem (cf. Saviani, 1984). Deve-se primeiro levar em conta que este homem, historicamente, vem reconhecendo a função social e política da escola e está envolvido, nas sociedades modernas, "num espaço social e num tempo histórico, sua existência se dando num tecido histórico social" (Severino, 1991:31). Logo, o homem a que nos referimos está circunscrito a uma sociedade concreta e historicamente determinada.

Uma história que é marcada pela 'evolução dos sistemas de normas e códigos, e instrumentos de correção e punição', de entrelaçamento da necessidade de mão

de-obra servil e dos delineáveis contornos de poder que oportunizaram o distanciamento, a exclusão dos cidadãos do processo da aquisição do saber sistematizado e da interação entre os sujeitos.

Percebe-se neste enfoque, um desequilíbrio das concepções humanísticas, um processo de neutralidade política-econômica e social como diz Freire (1987, p.xix):

[...] a neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. Este medo quase sempre resulta de um 'compromisso' contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros.

Considera-se deste modo que, a hegemonia dos sistemas dominantes desenvolvem práticas sociais repressoras, limitando e ocultando os espaços evolutivos do saber, dos valores humanos, de práticas sociais conscientes. Este 'não-espaço', fornece representações tácitas pelas quais o conhecimento e o comportamento dos oprimidos passa a ser construídos nos moldes padronizados, assim, os interesses individuais passam a ser 'despossuídos' e deste modo segrega-se ao próprio indivíduo o fracasso escolar e sua evasão.

Sob este prisma cabe refletir os escritos de McLaren (1997, 2401) que diz: "Nós procuramos a vítima, em vez de procurar os meios pelos quais os sistemas de classe e educacionais militam contra o sucesso daqueles que não possuam poder econômico e estão em desvantagens[...]".

Neste enfoque, considera-se que as políticas públicas educacionais existentes em nosso país, de acordo com os índices percentuais apresentados pelo Censo 2000, no que concerne ao número de jovens e adultos analfabetos, evadidos ou excluídos do sistema educacional brasileiro implica, redimensionamentos, reformulações, novas diretrizes as propostas existentes.

Propostas que avancem para a consolidação da cidadania, acesso à cultura erudita e ao conhecimento científico fundamentado em pressupostos voltados a perspectiva histórico-social; alcançar e desenvolver uma maior qualidade educativa significa retomar e reorientar o processo educativo para desenvolver saberes diferentes sobre o mundo, num processo dialético. Implica também, a observação dos conhecimentos já apropriados por estes cidadãos e ação conjunta entre os educadores para resgatar a credibilidade, a autoconfiança e desmistificar o sentimento de inferioridade e insegurança que estes cidadãos trazem consigo para que a aprendizagem aconteça.

Oportunizar a apropriação do conhecimento científico implica também, observar os conhecimentos já apropriados como diz Magda Soares (1995, p.9) que “[...] não basta apenas ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente”. e como estes cidadãos lidam com esses conhecimentos. Para isso, Laffin (1996, p.92) recomenda a necessidade de que: “[...] é preciso que o currículo e o professor contemplem uma ampla formação, para que esta prepare o homem numa visão abrangente do mundo”, como uma forma de promoção humana que lhe permita usufruir e compreender os fundamentos educacionais para novas formas de viver e transformar o mundo, ter melhor qualidade de vida.

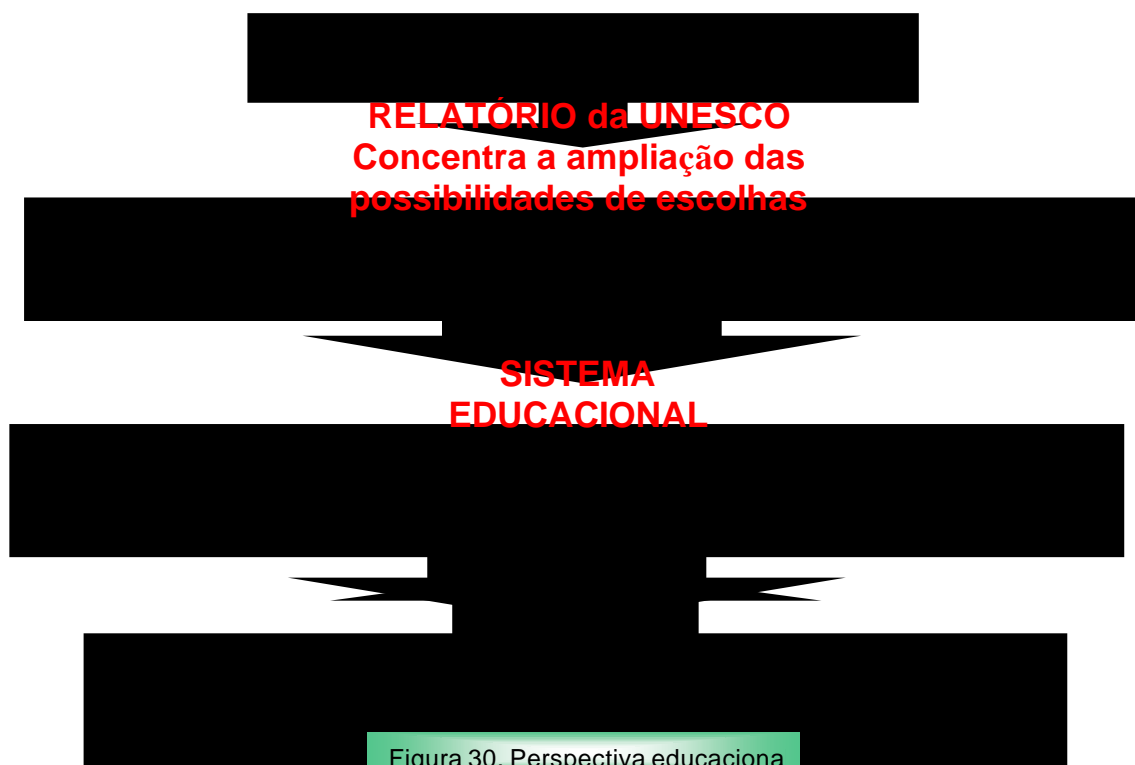
Qualidade de vida vista como processo dinâmico e emancipatório no sentido de valorização e que o ‘fator humano’ seja um diferencial, assim, dinamizar as vertentes educacionais como se encontra descrito na Declaração de Hamburgo (apud CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 11/2000), foi o marco diferencial para novas políticas, afirmando que:

[...] o conhecimento básico, necessário a todos, num mundo em transformação, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades[...]. O desafio é oferecer-lhe esse direito [...] A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito básico para a educação continuada durante a vida.

Deste modo, com o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos no parecer nº 11/2000, aprovado em 01 de maio de 2000 a Educação de Jovens e Adultos passou a ser considerada como sendo: “[...] uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas”. Funções estas que devem ser o imperativo para contribuir na aplicabilidade dos quatro pilares básicos essenciais a um novo conceito de educação referenciados no Relatório para a UNESCO, descritos por Delors (2000, p.cii) que devem configurar-se como mola propulsora no desenvolvimento e desempenho educacional pois, a educação deverá acontecer ‘ao longo de toda vida’: ‘Aprender a conhecer, Aprender a viver juntos, Aprender a fazer e Aprender a ser’:

Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalharem profundamente [...] o aprender a aprender; Aprender a fazer, a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional mas, [...] competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe [...] no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho; Aprender a viver juntos,

desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz; Aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Para isso, não negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão ao comunicar-se, [...] conceber a educação como um todo[...] Inspirar e orientar as reformas educativas, tanto em nível da elaboração de programas como da definição de novas políticas pedagógicas.



Paralelamente a esta concepção de educação, encontramos as distorções das políticas educacionais que ora almejam quali e quantitativamente melhores espaços e direcionamentos a ‘educação ao longo da vida’, traçando diretrizes para atender aos não-escolarizados e/ou os pouco escolarizados; ora, surge a problemática de insuficiência de oferecer e oportunizar a formação para além do mínimo obrigatório.

A estes fatores cabe salientar que as relações e os fenômenos sociais, a qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho e a valorização do EU estão, ‘num momento de transição’. Transição esta que se constitui pela

possibilidade de reconhecer através da conscientização e do acesso a escolarização ser de acordo com D'Ambrósio (1993, p.liiv):

O argumento em favor de uma reconstrução social que esbarra necessariamente na reconstrução do próprio conhecimento científico e conseqüentemente da conceituação de progresso, modernização e de desenvolvimento, sobre os quais repousa toda estrutura social vigente [...], levar adiante um programa de justiça, de valorização da dignidade do indivíduo enquanto procurando uma interdependência equalitária. Não será mediante práticas “ducativas” (de ducare = conduzir), que se atingirá isso, mas através de práticas verdadeiras (educativas), tirando para fora de cada indivíduo o que seu potencial criativo oferece” [...] é um momento de transição. Não só pelo efeito psicológico [...] mas, efetivamente pelo fato de estarmos [...] em uma era de domínio absoluto da ciência e da tecnologia, modificando profundamente as relações entre indivíduos, alterando o comportamento social e o relacionamento entre os vários povos pelo avanço notável dos meios de comunicação e informação.

Neste contexto, percebe-se a necessidade de metodologias alternativas ou novas modalidades de ensino para prover a inclusão dos que estão afastados do processo educacional. Há necessidade também, de incorporar às políticas educacionais um ‘corpus’ de conhecimento voltados a práticas associativas entre homem, natureza e sociedade, sendo refletidas e analisadas pra integrar coletivamente a unidade na diversidade para, como diz Morin (2000, p.lv):

Compreende o ser humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo e multiplicidade do uno” e a “educação deverá ilustrar este princípio de unidade/diversidade em todas as esferas

Toma-se assim, na ampla esfera entre o conhecimento e as oportunidades oferecidas para a sua apropriação a possibilidade de integrar à educação formal a utilização das tecnologias de informação e comunicação através da Educação a Distância que inclui ‘importantes estratégias de ação’ para provocar mudanças nos paradigmas da escola formal, assim, auxiliar na superação de diversos problemas como o analfabetismo, a exclusão e a evasão escolar.

2.5 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: uma modalidade de ensino para ampliar a inserção de jovens e adultos excluídos do processo educacional

O vertiginoso desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas tem induzido profundas reflexões nos avanços e progressos causados pelo impacto da

inserção das tecnologias de informação e comunicação na sociedade bem como nas instituições de ensino.

Estes avanços que geram continuamente novos instrumentos de informação e comunicação para diferentes fins e para diferentes formas de utilização, expandem-se nas mais variadas vertentes, rompendo mitos e questionando verdades estabelecidas, ultrapassando os limites dos espaços geográficos e sociais, gerando múltiplas formas de assimilação pelo ser humano. Esta assimilação 'obriga' as pessoas a se atualizarem continuamente para poderem acompanhar e interagir no processo evolutivo em que se encontram inseridas.

Este processo de inserção versa sobre o processo de transformação pela rápida 'obsolescência do conhecimento' e pela necessidade de qualificação, consolidando a idéia de que o ser humano precisa ser um eterno aprendiz. Aprender para realizar de maneira coletiva, uma visão ampla do mundo a sua volta; para poder executar 'atividades de abstração' com 'linguagens diversificadas'; para cooperar, participar e intervir nas práticas que a sociedade oferece.

Em decorrência desta evolução a educação assume o patamar de suplência com a importante tarefa de dar consistência, significado e verdadeira 'democratização de oportunidades' a todos os cidadãos brasileiros.

Neste contexto, onde a educação é vista como a maior vertente para a reestruturação social, o processo educacional necessita estar aberto e incorporar novas concepções, para atender a diversidade cultural e acoplar a solidariedade no compromisso social para a construção da cidadania.

Este contexto educacional, advindo das mudanças oportunizadas pelas tecnologias de informação e comunicação operacionalizam uma educação voltada às necessidades da educação brasileira provocando uma intensificação na formação continuada e permanente em especial aos jovens e adultos relegados do ensino formal.

Junto a esta concepção, delimita-se intercambiar a modalidade de educação a distância, para favorecer o conhecimento e o processo de uma gestão democrática, como via de acesso aos jovens e adultos que necessitam da busca do conhecimento para inserir-se e/ou aperfeiçoar-se, assim, enfrentar a 'sociedade do conhecimento'. "O conhecimento do conhecimento, que, comporta a integração

do conhecedor em seu conhecimento deve ser, para a educação, um princípio e uma necessidade permanentes”, afirma Morin (2000, p.xxxi).



Figura 31. A ruptura paradigmática

Como decorrência de um processo integrador e globalizador a educação a distância, surge como uma modalidade educativa para gerar oportunidades de democratização do ensino em face ao agravamento do quadro de desigualdades sociais existentes. Neste contexto, Neder (apud MARTINS, 2000, p.cxxxvii) relata que:

A Educação a Distância é compreendida como um 'meio', uma 'forma' de se possibilitar o ensino ou como possibilidade de evolução do sistema educativo, seja porque permite ampliação do acesso à escola, o atendimento a adultos, ou o uso de novas tecnologias de comunicação.

Sem dúvida, a construção do saber, pela vertiginosa evolução do conhecimento não poderá mais ser entendida de forma linear e hierarquizada mas, numa concepção subjetiva que expresse, desenvolva e incorpore novos hábitos, comportamentos, percepções participar do processo de transformação de forma autônoma e competente.

Observando a escola presencial, como se conhece atualmente, inserida no contexto mecanicista, departamentalista, priorizando a mera reprodução de conhecimentos encontra-se com dificuldades de considerar as reais necessidades,

os interesses, o estilo e o ritmo próprio de aprendizagem de cada aluno, pois ainda, encontra-se estruturada nos padrões “conteúdo-cêntrico” e “magistro-cêntrico”, ou seja, segue um modelo préestabelecido onde todos começam a trabalhar na mesma hora, desenvolvem atividades em seqüência préespecificada em plano e cronograma de produção, pára de trabalhar na mesma hora, e não tem ‘liberdade’ para decidir se preferível, desenvolver diferentes alternativas de aprendizagem, buscando uma aproximação holística e sistêmica.

Em contrapartida a Educação a Distância, embora tenha programas predominantemente padronizados consegue flexibilizar horário de ~~a~~ rendimento, espaço, local, utiliza variados ambientes e diferentes mídias de aprendizagem oportunizando auto e hetero-aprendizagem.

Sendo a aprendizagem um processo que ocorre dentro do indivíduo, Paulo Freire, no livro *Pedagogia do Oprimido* (1987, p.56), afirma que “[...] ninguém educa ninguém’ embora acrescente que ‘ninguém se educa sozinho”, percebese então que, a educação como a aprendizagem são decorrentes de um processo intrínseco portanto, norteia a satisfação das necessidades permitindo o indivíduo evoluir constantemente, observando uma lógica própria que valorize seu desenvolvimento, suas relações, sua complexidade, e a interação de múltiplos saberes estabelecem as múltiplas relações entre um dos principais papéis reservados à educação, o educar para o desenvolvimento humano em que a relação educativa define-se como uma ‘dinâmica comunicacional’ entre os indivíduos, e favorecer o passaporte para a compreensão de si mesmo e dos outros, assim, uma melhor vida em sociedade.

Vygotsky (1993, p.57) afirma que “A aprendizagem cria uma área ativa de processos internos no marco das interações, que se transforma em aquisições internas”, assim, a concepção dialética da aprendizagem e do desenvolvimento são suporte ao reconhecimento de competências e potencialidades de cada aluno e as alternativas de ensino devem possibilitar a produção, a construção do saber.

Nesta perspectiva dialética, “o conhecimento tem sentido quando possibilita o compreender, o usufruir ou o transformar a realidade” como nos coloca Vasconcellos (1999, p.340), não caindo num abstratismo estéril, mas dando sentido a todas as manifestações.

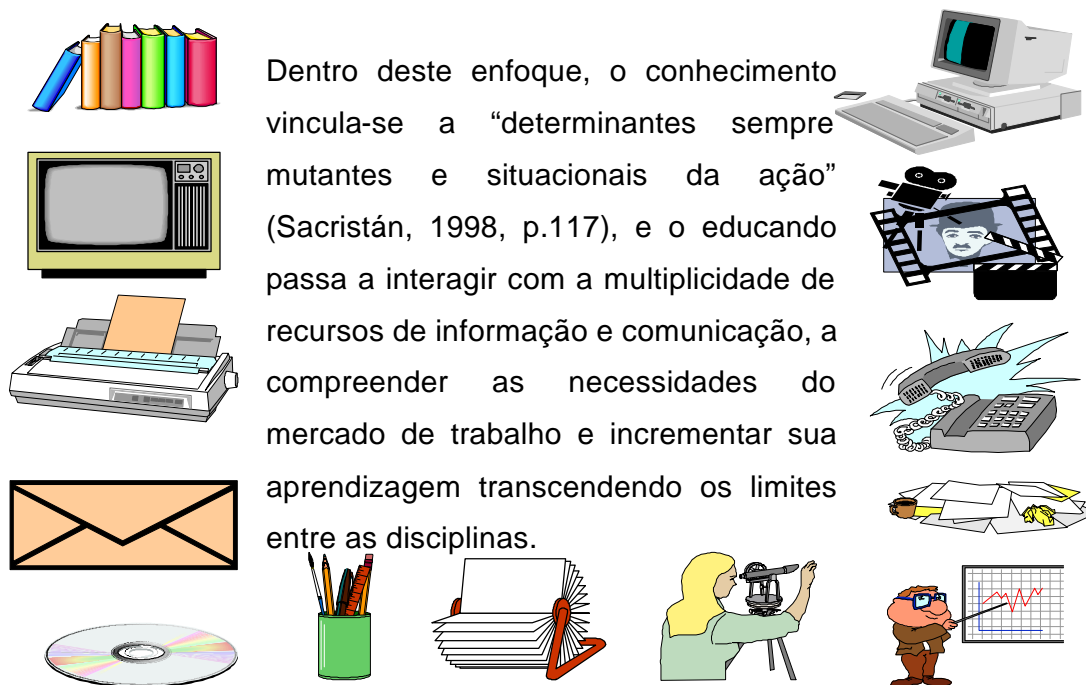


Figura 32. Multiplicidade de ferramentas

Neste sentido, considera-se que a Educação a Distância administra mecanismos de informação e comunicação múltiplas, permitindo enriquecer os recursos de aprendizagem e eliminar a dependência do ensino face a face, garantindo ao aluno a permanência em seu meio cultural e natural, respeitando seu ritmo de rendimento e gerando autonomia na aprendizagem pois, só se aprende aquilo que se quer aprender e é através da experimentação, da manipulação que se aprende a fazer e conseqüentemente se aprende a aprender pois, a busca incessante, a investigação exercita a ‘atenção, a memória e o pensamento’, tornando os sujeitos envolvidos compromissados em transformar seus próprios ambientes e os ambientes onde atuam. Sancho (1998: p.clxxxv) aborda que:

[...] já existe a consciência de que cada pessoa é diferenciada das outras, que cada um tem suas necessidades próprias, seus objetivos pessoais, um estilo cognitivo determinado, que cada pessoa usa as estratégias de aprendizagem que lhe são mais positivas, possuem um ritmo de aprendizagem específico, etc. Além disso, quando se trata de estudantes adolescentes e adultos, é preciso acrescentar novos elementos como as diferentes disponibilidades horárias, as responsabilidades adquiridas ou o aumento da capacidade de determinação pessoal de necessidades e objetivos. Assim parece óbvio que é preciso adaptar o ensino a todos estes fatores [...] As capacidades de cada pessoa representam uma grande riqueza que é conveniente aproveitar.



Figura 33. Reestruturação

A oferta de educação para todos e o atendimento aos alunos dispersos implica em recuperar as condições de aprendizagem inerente aos seres humanos e permitir-lhes a adaptação à realidade e não uma atividade passiva perante ela, pois de acordo com Paiva (1997, p.xcviii):

Compreender a educação como um fenômeno humano produzido em situações sócio históricas, num processo de conquistas e elaborações sociais de significados, permite apostar numa 'educação de jovens e adultos como direito' e, não apenas a idéia de resgate da oportunidade perdida - e perdida, na lógica do senso comum, por lógica própria. Não mais o argumento de suprir a escolaridade não obtida como definia a função suplência, mas a que traz a concepção de que para aprender não há idade, e que a todos devem ser assegurados direitos iguais.

Neste contexto, a educação de jovens e adultos, mediada pelas tecnologias de informação e comunicação pode traduzir um conjunto de oportunidades que oportunize mudanças nos paradigmas educacionais existentes. Mudanças estas, que não mais serão unidirecionais mas, pluridirecionais permitindo o aprendizado por meios de múltiplos acessos e condições em que o sujeito passa a interagir com o seu próprio processo de aprendizagem, estabelecendo assim, um novo perfil do 'sujeito do saber' o aprender significativamente, tornando a informação um 'reconhecimento de pertença' característico do ser humano. Estas mudanças educacionais necessitam impulsionar habilidades e atitudes que construam e reconstruam uma ação pedagógica de melhor qualidade, de forma contínua e permanente.

Deste modo, as mudanças deverão constituir-se de maneira evolutiva como aponta Gadotti (1984, p.lxxxv) em seus escritos dizendo que:

[...] a evolução contínua exige uma aprendizagem contínua; numa sociedade em rápida mutação, o estudo deve ocupar necessariamente a vida toda. A obrigação de se instruir sem parar, precede, por assim dizer o direito de se instruir também sem cessar. Essa obrigação é motivada, em parte pelo medo de ser esquecido, manipulado, alienado, medo provocado por uma sociedade onde o conhecimento inovador é cada vez mais necessário para o trabalho e para todas as atividades cotidianas.

Neste contexto, atribui-se a educação a distância o cenário para delinear a busca da interatividade autêntica, não atrelada à dependência da utilização da informática como único recurso mediador mas, fundada na capacidade de lidar com diversas tecnologias para favorecer a ambientes de verdadeira aprendizagem. Assim, a aplicação de recursos como a multimídia, os vídeos, os áudios, os materiais impressos tornam-se ferramentas interativas, abrindo uma dimensão sócio-educativa-comunicativa para alicerçar e transformar as práticas pedagógicas, numa construção pluridimensional onde a educação passa assumir um compromisso voltado às competências essenciais para que as pessoas, possam exercer com sucesso suas atividades na sociedade do conhecimento.

Esta dimensão busca também, uma educação concebida na participação, criatividade, expressividade, interatividade, que favoreça uma aprendizagem ao 'longo de toda vida', fundamentada nos quatro pilares da educação como aponta Delors (2000, p.101-2) "aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos e a ser".

A partir desta visão, o processo ensino aprendizagem que baseava-se na 'absorção do conhecimento', deverá redesenhar o processo educacional dar lugar ao ensinar a pensar, a pesquisar, a investigar, a raciocinar, e desenvolver habilidades e competências, a autoaprendizagem.

A partir de então, observa-se que qualquer que seja o processo de aprendizagem ou o tipo de aprendizagem, no que diz respeito a educação a distância, deve-se levar em consideração o novo perfil do sujeito do saber, em função da mediação tecnológica que estão à disposição do educador e o sistema educacional.

O superdesenvolvimento tecnológico apropriase das novas ferramentas de informação e comunicação rompendo os grilhões da linearidade, reelaborando e redesenhando um novo contexto comunicacional, possibilitando aos sujeitos como diz Catapan (1999) "[...] a fazer o seu mergulho, a tecer a sua rede, na qual nem

autor nem leitor são o centro, e sim apenas pontos e fios sensíveis em infinita conexão”.

Este novo sentido no ‘jogo da comunicação’ oportunizado pelos avanços tecnológicos consolidam os horizontes da educação a distância que de acordo com o MEC (1997) retrata-se como sendo:

Uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizando isoladamente ou combinados, e veiculados através de diversos meios de comunicação”, e o processo de aprendizagem deverá ser como diz Lévy (1990) que “o ato de comunicação define a situação que vai dar sentido às mensagens trocadas.



Figura 34. Redesenho educacional

Deste modo, a educação a distância deverá configurar na sua essência a otimização de diferentes tipos de linguagens, permitir o aprender a aprender, oportunizar o desenvolvimento de competências, integrar o ser humano à formação humana transcendendo a ‘racionalidade técnico-instrumental’ para, como diz Fialho (1998, p.20) “[...] modificar os padrões comportamentais nos quais estamos inseridos, reinventando maneiras de ser, nos ‘estratos subjetivos’ da existência individual e coletiva”.

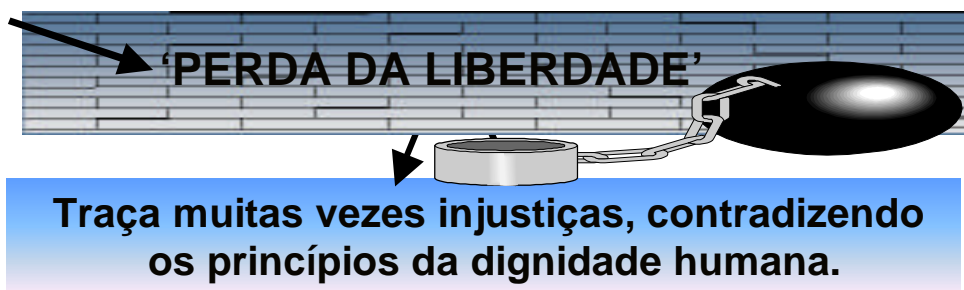
CAPÍTULO 3

3 O CAMPO DO CONHECIMENTO: DOS ESPAÇOS PRISIONAIS

3.1 Breve olhar sobre os espaços prisionais

Quando um ser humano se encontra recluso num espaço prisional, configuramos variados questionamentos, ou seja, listamos em nossa mente como, onde, de que forma, etc, acontecem o relacionamento entre os indivíduos que dividem o mesmo espaço com histórias de vida divergentes, a utilização do tempo (dias), e a possibilidade de existir algum tipo de educação, seja formal ou informal.

Dentro deste enfoque, os escritos de Oliveira (1996), Foucault (1998) e Mirabete (1993) buscam configurar como se constituíram, num olhar evolutivo, os espaços prisionais apoiados na diversidade onde deter, julgar, punir tem na sua trajetória histórica situações complexas e diferenciadas em que a



O sistema prisional estabeleceu e desenvolveu

**Padrões de
reclusão**

Que

classificaram e sedimentaram

determinado

número de seres humanos a não se perceberem como cidadãos, mas sim, como objetos ligados ao acaso, a mercê das possibilidades de

ressocialização

, onde a formação educacional, seja ela de forma presencial ou a distância, mantiveram-se distantes por muitos anos, praticamente inexistentes.

Figura 35. Exclusão social

Desde tempos remotos, o sistema prisional estruturouse num sistema coercitivo e judiciário punindo de modos diferenciados os indivíduos que cometem delitos.



Figura 36. Evolução contextual

Os povos primitivos utilizavam a pena de morte como 'medida suprema pura e simples' e para crimes mais graves e atrozes acrescentavam 'suplícios adicionais' (pena corporal, dolorosa, mais ou menos atroz. "é um fenômeno inexplicável a extensão da imaginação dos homens para a barbárie) Vaux, Robert (apud FOUCAULT, 1998, p.31). Nestes povos, o sistema de apisionamento basicamente era inexistente, mas quando utilizavam valiam-se para tal, de buracos em forma de fossas, aplicando ao preso suplícios até a morte.

Paralelo a evolução da sociedade, a 'formaprisão', surgiu antes da utilização sistemática da legislação penal, como forma de 'evitar a fuga dos indivíduos que tivessem cometido delitos' e as primeiras prisões surgiram em locais específicos, como aborda Oliveira (1996, p.xliii):

A prisão aparece localizada nos palácios dos reis, nas dependências dos templos, nas muralhas que cercavam as cidades. Em Roma, é na fortaleza real que se encontrava a mais velha prisão; na Idade Média, se encontrava no castelo senhorial e nas torres das muralhas que rodeavam as cidades; na Judéia, em fossas baixas; no antigo México, em gaiolas de madeiras onde eram amarrados os acusados.

Já na era cristã, surgem as primeiras prisões com aprovação legal, baseada no 'recolhimento celular'. Inicialmente como detenção perpétua e solitária, aplicada nos mosteiros, excluindo progressivamente a pena de morte, surgindo a

'segregação', favorecendo a 'penitência'. Segundo Oliveira (1996, p.45 apud Mariano Ruiz Nunes), "A Igreja instaura com a prisão canônica o sistema da solidão e do silêncio. A sua reforma tem profundas raízes espirituais. A prisão eclesiástica é para os clérigos e se inspira nos princípios da moral católica: o resgate do pecado pela dor, o remorso pela má ação, o arrependimento da alma manchada pela culpa. Todos esses fins de reintegração moral se alcançam com a solidão, a meditação e a prece".

Obviamente, este contexto prisional, toma formas de 'reclusão' gerando no campo da 'punidade' um caráter misto e decisivo, à 'privação de liberdade'.

Embora ainda eram utilizadas as mais variadas formas de tortura, no final do século XVIII e início do século XIX, configurou-se a 'passagem de uma penalidade de detenção' para o contexto 'prisão', 'seu acesso a humanização', em que a nova legislação atribuiu "o poder de punir como uma função geral da sociedade (...) sobre todos os seus membros" (Foucault, 1998: p.195), e mesmo a forma prisão ter sido institucionalizada, ainda era premente a 'dominação dos indivíduos' pelos gerenciadores prisionais.

As medidas correcionais para indivíduos que cometeram delitos, no decorrer histórico do contexto criminal abordam diversos sistemas prisionais e, neste contexto, os estudos de Oliveira (1996), apresentam os variados sistemas prisionais, no qual cabe nos neste capítulo ressaltar pois, estes relatos nos aproximarm de uma realidade histórica conduzindo-nos a pensar e repensar os espaços prisionais que se fizeram presentes e os que encontram-se atualmente em nossa sociedade.

Figura 37. Punição X alcance de liberdade

3.1.1 O sistema prisional John Howard (1720 - 1796)

Howard, dá início ao período da 'humanização da pena' para melhorar as condições carcerárias baseado no "recolhimento celular, reforma moral pela religião, trabalho diário, com as necessidades e condições higiênicas e alimentares", aborda Oliveira, (1996, p.47).

Embora seus projetos tenham tido êxito entre 1775 e 1781, contribuiu significativamente para libertar indivíduos que não pagavam as taxas carcerárias.

3.1.2 O sistema prisional Panótico

Este sistema prisional foi idealizado por Geremias Bentham (1748 - 1832), que buscava vigiar o prisioneiro com maior segurança e economia, pautado em 'reforma moral, boa conduta e educação', e que ao privar o homem de sua liberdade, o preveniria de cometer novos crimes. Em 1800, nos Estados Unidos a primeira penitenciária Panótica foi constituída para atender a demanda de indivíduos infratores.

Assim, no que concerne este sistema prisional Oliveira (1996, p.xlix) afirma que:

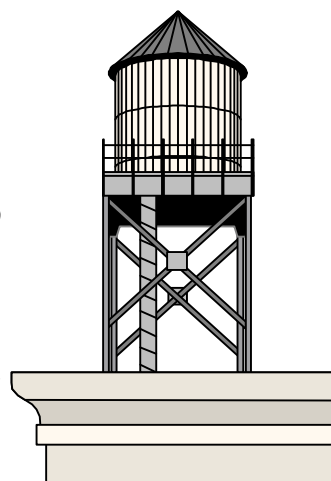


Figura 38. Espaços observados

Neste sistema restava o prisioneiro trancado em sua cela, onde era espionado de frente pelo vigia, as paredes laterais impediam o contato com seus companheiros. Era visto e observado anonimamente, sem cessar, porém, nada podia ver. Não havia o perigo de evasão, de projeto de novos crimes, más influências, contágios, roubos, violências, etc.

3.1.3 O sistema prisional de Filadélfia

No ano de 1790 na Filadélfia foi criado o Sistema Prisional Filadélfia (ou pensilvânico ou celular), com regime extremamente severo, determinando o 'isolamento absoluto e constante, sem trabalho ou visita', permitindo somente leituras bíblicas e Foucault (1978, p.xliii) aborda que:

Sozinho em sua cela o detento está entregue a si mesmo; no silêncio de sua paixões e do mundo que o cerca, ele desce à sua consciência, interrogando-a e sente despertar em si o sentimento moral que nunca perece inteiramente no coração do homem.

3.1.4 O sistema prisional de Auburn



Figura 39. Tortura

Este sistema surgiu em New York na cidade de Auburn no ano de 1821, tendo como objetivo "condicionar o apenado pelo trabalho, disciplina e mutismo", onde o silêncio era determinante e a comunicação efetivava-se por sinais, pela gesticulação das mãos, através de sons por batidas em canos d'água, paredes, sanitários[...].

Este modelo de prisão exigia do apenado, silêncio absoluto, isolamento noturno e no período diurno um regime comunitário, onde as refeições e o trabalho eram em comum, havendo vigilância rigorosa para haver maior controle de forma ininterrupta.

Nos escritos de Oliveira (1996, p.liii apud Junior) pode-se considerar os princípios fundamentais que regem este sistema prisional:

- a) o condenado ingressava no estabelecimento, tomava banho, recebia uniforme, e após o corte da barba e do cabelo era conduzido à cela com isolamento durante a noite;
- b) acordava às 5:30 horas, ao som da alvorada;
- c) [...] limpava a cela e fazia sua higiene;
- d) alimentava-se e ia para as oficinas, onde trabalhava até a tarde, podendo permanecer até as 20 horas, no mais absoluto silêncio [...];
- e) regime de total silêncio de dia e de noite;
- f) após o jantar, o condenado era recolhido;
- g) as refeições eram feitas no mais completo mutismo em salões comuns;
- h) a quebra do silêncio era motivo de castigo corporal. O chicote era o instrumento usado [...];
- i) aos domingos e feriados o condenado podia passear em lugar apropriado, com a obrigação de se conservar incomunicável.

3.1.5 O sistema prisional de Montesinos



A partir de 1834, foi criado na Espanha o Sistema de Montesinos pelo Coronel Manoel Montesinos y Molina. Foi introduzido no sistema prisional um novo sistema, que buscava através do trabalho regenerar os apenados. Este sistema propunha trabalho remunerado para a não exploração dos apenados, a extinção dos castigos corporais e seu sistema de segurança era considerado mínimo, assim, de forma surpreendente havia baixo índice de evasão de detentos.

Figura 40. Subsistência pelo trabalho

3.1.6 O sistema prisional Progressivo Inglês

O inglês Alexandre Maconochie, em 1846 introduziu medidas novas no sistema penitenciário conhecido como 'Mark System'- 'Sistema de Vales', onde o apenado de acordo com a gravidade do delito, era beneficiado através de sua boa conduta, o trabalho desenvolvido e, sendo favorecido ou não de acordo com seu comportamento.

Embora este sistema tenha surgido na Austrália, foi na Inglaterra sua primeira aplicabilidade, por isso o nome estabelecido. O sistema obedecia a três períodos básicos: a) período de prova, com isolamento celular completo, do tipo pensilvânico; b) período com isolamento celular noturno e trabalho comum durante o dia, com rigoroso silêncio, do tipo auburniano; c) período da comunidade, com benefício da liberdade condicional.

3.1.7 O sistema prisional Progressivo Irlandês

Em 1853, Walter Crofton implantou no sistema penitenciário um novo modelo de reclusão, 'o Sistema de Vales'.

Este sistema tinha como primazia a transferência dos apenados para 'prisões intermediárias', vigilância com menor rigor, o não uso de uniforme, autorização para conversar, 'exercer trabalho externo no campo' (prisões/colônias agrícolas). Estas mudanças tinham como objetivo reintegrar os reclusos à vida em sociedade.

Este sistema foi incluído no Código Penal Brasileiro de forma parcial, sendo estabelecido a não implantação do 'uso de marcas ou vales'.

Oliveira (1996, p.lvi) descreve com precisão as etapas de como este sistema foi implantado no Brasil:



Figura 41. Cultivo da liberdade

No primeiro período, o prisioneiro fica sujeito à observação, durante o máximo de três meses; no segundo período, é submetido ao trabalho comum, mantido o isolamento noturno; no terceiro período, o preso é encaminhado para um estabelecimento semiaberto ou colônia agrícola e no quarto período, recebe a concessão da liberdade condicional.

3.1.8 O Sistema de Prisão Semi-Aberta e Aberta

3.1.8.1 A Prisão Semi-Aberta



A prisão Semi-Aberta teve seu início na França, na Cadeia de Witzwill. Esta forma de detenção era aplicada em prisões de zona rural, oportunizando aos detentos trabalharem como colonos, ao ar livre, com remuneração e vigilância reduzida.

Por enquadrar-se no contexto do Sistema Progressivo das Prisões, teve adesão praticamente universal, pois os sistemas existentes apresentavam inúmeras inconveniências

proporcionando um forte descompasso nos mecanismos de detenção. Sob este enfoque Foucault (1998, p.221) aborda: "A detenção provoca reincidência: depois de sair da prisão se tem mais chances que antes de voltar para ela", demonstrando assim que, os sistemas de prisão fechada e de segurança máxima comprovam sua ineficácia e um alarmante número de reincidências.

A prisão Semi-Aberta, oportuniza aos seus detentos, de acordo com o dito, 'substituições de penas curtas por outros tipos de pena', como a prisão domiciliar, pagamento de multas, prestação de serviços, etc. No Brasil, este sistema também é adotado.

3.1.8.2 Prisão Aberta

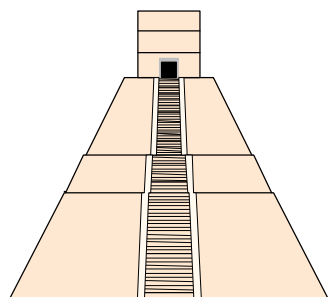


Figura 43. Caminho em construção

Através da Lei nº 6416 de 24 de maio de 1977, o Brasil oficialmente passou a adotar o Regime de Prisão Aberta ou Comunitária (prisão albergue). A Prisão Albergue ou Comunitária devido ao descaso governamental (a não

construção de residências e recursos materiais), leva os Juizes a substituírem a 'pena de prisão' (Albergue ou Comunitária) pela pena de prisão domiciliar.

3.1.9 Os sistemas prisionais sob o contexto de penas alternativas à prisão

No decorrer da história prisional, vários tipos de pena foram aplicadas aos detentos. Estas penas, variavam desde a pena de morte até as penas alternativas de prisão.

Nas últimas décadas, diversos países como Espanha, Portugal, Argentina, etc., autorizaram o Direito de Execução Penal. No Brasil em 1933, aparece a primeira manifestação a respeito das normas de Execução Penal e em 1981 são impulsionadas normatizações frente os direitos e deveres do preso; estes direitos e deveres são pontuados com precisão por Oliveira (1996, p.60) quando relata que: "[...] as questões relativas aos direitos e deveres dos presos, tornaram-se realidade, através da Lei nº 210, de 11 de julho de 1984, que instituiu a Lei de Execução Penal, em nosso país, encontrandose em vigor".

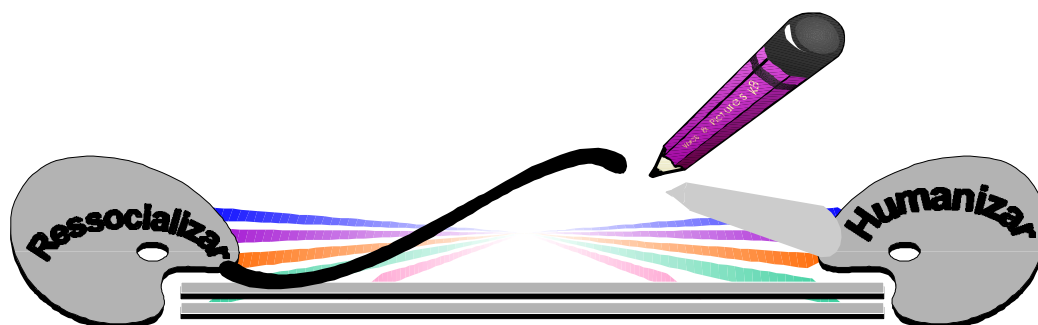


Figura 44. Perspectiva inovadora

Baseado no contexto legal, percebe-se que a ressocialização está intrinsecamente ligada ao processo de humanização, através de políticas de educação e assistência ao presos, acesso a meios capazes de oportunizar seu retorno à sociedade, bem como, condições de convívio social.

Mirabete (1993, p.xxxv) coloca que:

A tendência moderna é a de que a Execução de pena deve estar programada de molde a corresponder à idéia de humanizar, além de punir. Deve afastar-se a pretensão de reduzir o cumprimento da pena a um processo de transformação científica do criminoso em não criminoso. Nem por isso, diz Miguel Reale Junior, deve deixar-se de visar à educação do condenado, criando-se condições por meio das quais possa, em liberdade, resolver os conflitos próprios da vida social, sem recorrer ao caminho do delito.

Os sistemas de Penas Alternativas de prisão são abordadas por Oliveira (1996, p.lviii-ix) embasados nos estudos do Prof. René Ariel Dotti enfatizando que:

a) a prisão só deve ser reservada para as espécies mais graves de ilicitude, quando os antecedentes, a personalidade e a conduta social do agente recomendarem. Devendo ser cumprida em etapas e regimes diversos: regime fechado, semiaberto e aberto, ou seja, da penitenciária para a colônia agrícola ou para a prisão albergue; b) para os demais casos devem ser usadas as medidas detentivas de prisão de liberdade alternativa: prisão domiciliar, [...]albergue, [...]de final de semana, [...]descontínua, etc; c) além destas podem ser aplicadas outras, de caráter não detentivo: 1) limitativas de liberdade, proibição de frequentar determinados lugares; liberdade vigiadas; trabalho gratuito em prol da comunidade; suspensão condicional da pena; regime de provas; livramento condicional; "parole"; 2) limitativas de capacidade jurídica, inabilitações; interdições; 3) pecuniárias; multa; confisco; indenização ao ofendido; reparação simbólica; 4) providências éticas, admoestação; retratação, perdão judicial; 5) exclusão da jurisdição penal; suspensão do procedimento; extinção do procedimento.

3.1.10 AS ESCOLAS PENAIS

No decorrer dos moldes produzidos nas formas de reclusão foram estabelecidos e determinados sistemas prisionais que valeram-se da teorização do filósofo Kant, Conte, Carrara, Rossi, Ferri, etc., que caracterizavam dois tipos de escolas penais: A Escola Penal Clássica, baseada na responsabilidade moral, a vontade livre dos homens; a Escola Positiva, baseava-se no positivismo Kantiniano como 'realidade biológica-social', pelo fato de que o 'homem vive em sociedade, o crime provém de fatores biológicos, físicos e sociais'.

Surgiram também outras escolas como a Escola do Positivismo Crítico ou a Terceira Escola, que baseava-se na 'identidade pessoal e semelhança social'; a Escola de Política Criminal, traçava como um dos seus objetivos o crime como fenômeno natural e como ente jurídico, voltando-se principalmente ao tratamento

de menores delinqüentes; a Escola TécnicoJurídica, expressando-se nos códigos e nas leis, investindo no Direito Penal, tem no novo conceito de pena, 'uma reação jurídica contra o crime'.

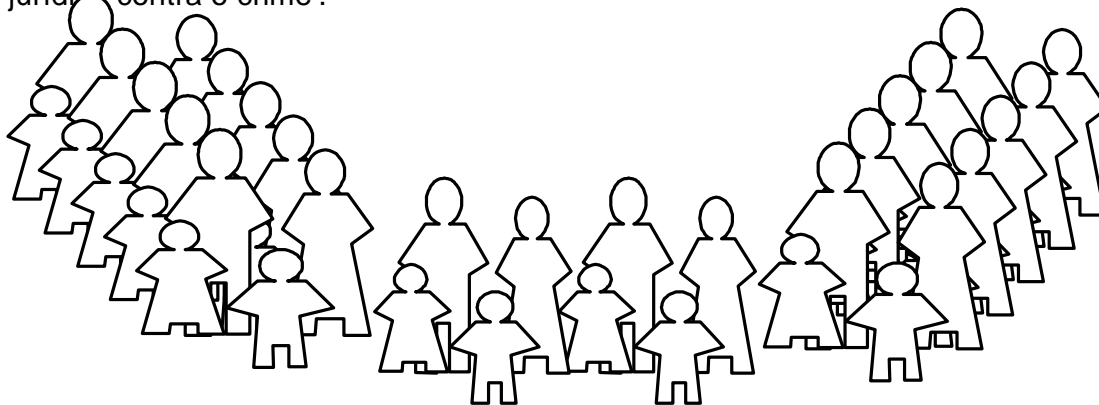


Figura 45. Ascendência social

3.1.11 O DIREITO DE PUNIR: As Teorias

No universo do sistema prisional foram desenvolvidas e fundamentadas diversas teorias sobre o Direito de Punir e sobre a finalidade das penas aplicadas aos indivíduos que praticam alguma modalidade de crime, desde punir para atender aos preceitos divinos e políticos a retribuição e reparação do 'mal pelo mal'; a prevenção para não cometer delitos futuros até a reintegração dos reclusos na sociedade.

Neste contexto, Oliveira (1996, p.lxv apud Rico), faz uma análise coerente sobre as teorias prisionais relatando que:

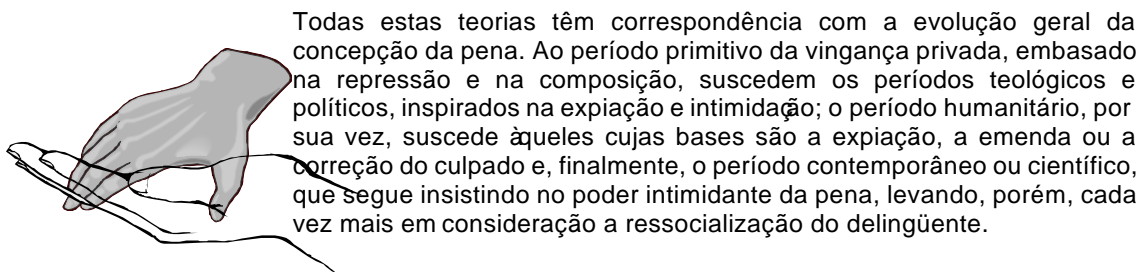


Figura 46. A busca de novos paradigmas

Todas estas teorias têm correspondência com a evolução geral da concepção da pena. Ao período primitivo da vingança privada, embasado na repressão e na composição, sucedem os períodos teológicos e políticos, inspirados na expiação e intimidação; o período humanitário, por sua vez, sucede àqueles cujas bases são a expiação, a emenda ou a correção do culpado e, finalmente, o período contemporâneo ou científico, que segue insistindo no poder intimidante da pena, levando, porém, cada vez mais em consideração a ressocialização do delinqüente.

3.2 RESSOCIALIZAR - REEDUCAR: um caminho para a reconquista de direitos e oportunidades igualitárias no contexto prisional

Os espaços prisionais são estabelecimentos instituídos legalmente para acolher cidadãos que cometem infrações / delitos.

Estes espaços-prisão que comumente vemos, ouvimos ou lemos informações, trazem configurações como sendo locais frios, cinzentos e escuros; local coberto de crueldades, sangue e medo; local para atender infratores, uma forma singular de 'privação de liberdade'.

As prisões tomam formas e denominações, dependendo do conjunto das variáveis existentes.

Estas variáveis identificam-se como: a proporção do espaço físico; o grau de intensidade do delito; o número de detentos e outras, fazendo com que a terminologia seja diferenciada. Denomina-se por '**cadeia**' ou '**casa de detenção**', lugar onde ficam detidos os réus que ainda não foram condenados, presos provisórios, aguardando julgamento. É um lugar temporário e prisão provisória (preso flagrado em delito aguardando julgamento); '**presídio**', estabelecimento oficial destinado a receber os presos já julgados e condenados; '**penitenciária**', estabelecimento também oficial, onde os presos cumprem penas, mas devem promover sua reabilitação através do trabalho, aprendizagem de uma profissão. A princípio, seria o local para onde deveriam ir os presos de melhor comportamento; '**casa do albergado**', destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto e da pena de limitação de fim de semana; '**colônia agrícola, industrial ou similar**', destina-se ao cumprimento de pena em regime semiaberto.

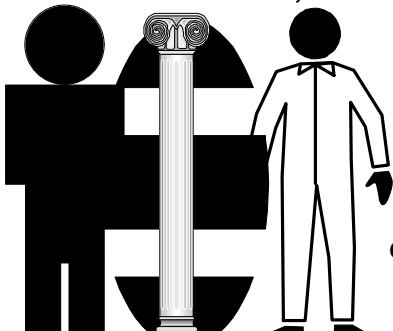


Figura 48. Sofrimento cristalizado

Todos estes ambientes trazem embriados em seu contexto um 'jogo de isolamento', a retirada de indivíduos do convívio social como forma de reparação de danos para diminuir a marginalidade existente na sociedade.

Estes espaços cercados por paredões e grades,

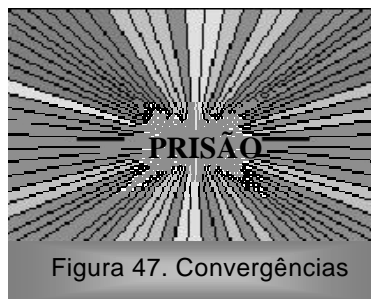


Figura 47. Convergências

trancados por correntes, cadeados e algemas, sob a mira de armas de fogo, são os locais que seres humanos passam horas, dias, meses e anos de suas vidas, para expiar (cumprimento de pena) infrações cometidas.

Estudos científicos realizados pelas ciências jurídicas e sociais, comprovam a impossibilidade de recuperação e neste aspecto Foucault (1998, p.221) afirma que: "as prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta", "Enfim a prisão fabrica indiretamente delinqüentes"(p. 223).

Diante da extrema complexidade que se encontra o sistema penitenciário brasileiro apresentado pelas situações de rebeliões, fugas, atentados e represálias é um imperativo que conota a amplitude da desigualdade social, a discriminação, a injustiça e o preconceito que contradizem os princípios da dignidade humana, o respeito mútuo e a justiça social. Freire (1987, p.31) com propriedade afirma que: "A 'ordem' social injusta é a fonte geradora, permanente, desta "generosidade" que se nutre da morte, do desalento e da miséria".



Figura 49. A revolta

A luta pelos direitos humanos configura-se numa trajetória inseparável na conquista da democracia. Uma democracia pautada na prática de políticas públicas e civis inerentes a todos os cidadãos, tanto na forma individual como na coletiva, que de acordo com o Programa Estadual de Direitos Humanos 1997 estabelece que:

[...] toda pessoa deve ter a sua dignidade respeitada e a sua integridade protegida [...], toda pessoa deve ter garantidos seus direitos civis (como direito à vida, segurança, justiça, liberdade e igualdade), políticos (como o direito à participação nas decisões políticas), econômicos (como direito ao trabalho), sociais (como o direito à educação, saúde e bem estar), culturais (como o direito à participação na vida cultural) e ambientais (como o direito ao ambiente saudável).

Estas determinações surgiram em 1948 na Assembléia Geral das Organizações das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cumprindo-se afirmar que: os direitos contidos na Declaração Universal estabelecem obrigações jurídicas concretas aos Estados Nacionais. São normas jurídicas claras e precisas,

voltadas para a proteção e promoção dos interesses mais fundamentais da pessoa humana. São normas que obrigam os Estados Nacionais no plano interno e externo.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, estabeleceu detalhadamente os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais para todo cidadão e ratificada pelo Ato do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso em 13 de maio de 1996 que declara oficialmente o Programa Nacional dos Direitos Humanos, comprometendo o Brasil com a "proteção e promoção dos Direitos Humanos de todas as pessoas que residem no, e transitam pelo, território brasileiro".

O Sétimo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e do Tratamento dos Delinquentes no ano de 1987, afirma os Princípios Básicos Relativos ao Tratamento de Reclusos, chama a atenção dos Estados membros para os onze princípios estabelecidos, dentre eles destacam-se:

1. Todos os reclusos devem ser tratados com o respeito devido à dignidade e ao valor inerentes ao ser humano.
2. Não haverá discriminações em razão de raça, sexo, cor, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou outra condição;
- (...)
4. A responsabilidade das prisões pela guarda dos reclusos e pelas proteções da sociedade contra a criminalidade, deve ser cumprida em conformidade com os demais objetivos sociais do Estado e com sua responsabilidade fundamental de promoção do bem estar e de desenvolvimento de todos os membros da sociedade;
- (...)
6. Todos os reclusos devem ter o direito de participar das atividades culturais e de beneficiar de uma educação visando pleno desenvolvimento da personalidade humana;
7. Devem empreender-se esforços tendentes à abolição ou restrição do regime de isolamento como média disciplinar ou de castigo;
8. Devem ser criadas condições que permitam aos reclusos ter um emprego útil e remunerado, o qual facilitará a sua integração no mercado de trabalho dos

Figura 50. Garantias de valorização

países e lhes permitirá contribuir para sustentar as suas próprias necessidades financeiras e as das suas famílias;

9. Os reclusos devem ter acesso aos serviços de saúde existentes no país, sem discriminação nenhuma decorrente do seu estatuto jurídico;

(...)

11. Os princípios acima referenciados devem ser aplicados de forma imparcial.

3.3 Um universo diferenciado

No universo de contradições existentes nos Sistemas Prisionais que de um lado acontecem fugas, rebeliões [...], de outro, constata-se que em alguns Sistemas Prisionais há existência da aplicabilidade dos Direitos Humanos garantidos pela Constituição Brasileira a todos os cidadãos.

Partindo da afirmativa acima citada, dentre os Sistemas Prisionais, destaca-se o Presídio Regional de Tijucas (SC), que foi inaugurado em 26 de agosto de 1999, e está localizado a Rua Geral Capim Branco - Itinga no município de Tijucas (SC) e dispõe de seis galerias sendo denominadas com A - B - C / D - E / F, com capacidade para abrigar 124 presos. Destas vagas 102 são masculinas e 22 femininas.

“Com incentivo direto do Juiz de Direito da Comarca de Tijucas foi criado o Conselho de Comunidade, órgão da execução que tem como objetivo principal, em harmonia com a Administração do Presídio, colaborar na tarefa de reinserção social do preso considerando o cumprimento da pena como um tempo necessário à ressocialização e não como um castigo” (Projeto do Presídio).

Priorizar métodos inovadores que atendam as necessidades que mantenham o apenado (indivíduo que está cumprindo pena) dentro do mais alto limite possível

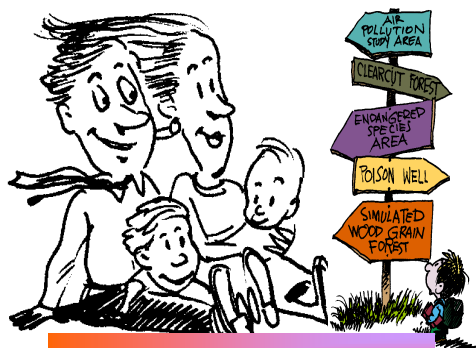


Figura 51. Variadas direções

de dignidade humana, criando condições efetivas de recuperação e ressocialização é marco diferencial para romper as variáveis históricas e circunstanciais, cristalizadas no cotidiano social e no ambiente interno do presídio, que geram e agravam situações

problema nas mais diversas áreas.

Tais métodos inovadores buscam desenvolver projetos que conscientizem os apenados da necessidade de se envolverem nas atividades que promovam sua reeducação e ressocialização nas perspectivas econômica profissional, familiar, religiosa, educacional juntamente com a valorização da saúde é ponto de referência no Presídio Regional de Tijucas (SC). Nesta concepção, Freire (1987, p.lxxiv) nos diz que:

[...] aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se "apropriam" dela como realidade histórica por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles. O fatalismo cede então seu lugar ao ímpeto de transformação e de busca de que os homens se sentem sujeitos.

Para efeito, satisfazer as necessidades básicas inerentes aos seres humanos implica em solidariedade, valorização e oportunizar espaços de cidadania que como aborda Foucault (1979: 222): "É preciso imprimir um caráter de utilidade ao trabalho penal" e que "a prisão deve ser vista como um instrumento aperfeiçoado de transformação do indivíduo em gente honesta". Trabalhar no homem o que faz dele um homem é parte inerente dos compromissos individuais e sociais de todo e



qualquer cidadão, mas, com certeza, com muito mais intensidade, as instâncias formadoras devem comprometer-se para gerenciar tais necessidades.

O extraordinário crescimento econômico e as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas apresentaram rupturas e desajustes sociais, assim uma intensidade de conflitos entre as classes sociais.

Figura 52. Oportunidades

Esta avalanche de transformações e limitações entre os seres humanos oportunizaram direta ou indiretamente contradições gerando assim como diz Freire (1987, p.29) que: "O problema de sua humanização apesar de sempre dever haver sido, de um ponto de vista axiológico, o seu problema central, assume, hoje, caráter de preocupação iniludível".

Neste contexto, verificam-se que os processos de desigualdades gerados entre os homens demandam as questões democráticas que preconizam a igualdade de oportunidades e direitos bem como a equalização social.

Frente a este contexto, citase a desumanização como propulsora da 'ordem social injusta' geradora de pessoas oprimidas, excluídas de contextos sociais, mais especificamente do processo de escolarização.

Nos escritos de Vygotski, Piaget, Freire, Lipman, são divulgadas teorias que abordam questões de cidadania onde preconizam que aprendizagem, humanização, conhecimento são um processo de interação social e que a socialização, a cidadania, o relacionamento e o diálogo envolvem o homem com seu próprio ambiente.

Sob este enfoque Thomal (apud Philos 1998: p.lxxii)considera que:

O ser social não é algo que está no homem ou que com ele nasce. Se isto fosse comprovado, não teríamos um Hobbes a afirmar que o 'Homem é lobo do homem'. E nem Machiavel, traçando normas de conduta para canalizar a potencialidade animalesca do povo, ou ainda, não teríamos manuais, livros e provérbios que orientassem os instintos do homem. O homem é um ser que se constrói. O seu comportamento, a sua conduta, as suas regras ou as suas leis são construídas ao longo dos tempos e da sua história.



Figura 53. A direção

Na efetivação destas relações existem determinantes como as políticas, a economia, a moral, os espaços profissionais, a educação [...] que mesclam e caracterizam a vida dos seres humanos, os espaços de cidadania. E, neste universo as questões de deveres e de direitos se elevam como papel social indispensável para sobreviver neste mundo que movido pela informação e comunicação pode ou não ser dados significados e relevâncias àqueles que vivem parte de suas vidas afastados do convívio social.

Trabalhar na busca da identidade perdida, e participar desta sociedade modernizada e midiaticizada, poderá ser um viés articulador e um grande desafio para gerar mudanças, compromissos e possibilitar aos reeducandos um retorno digno à sociedade. 'Viver com os antagonismos, nos treina a viver a democracia'.

CAPÍTULO 4

4. EXPOSIÇÃO QUALITATIVA DA PESQUISA

4.1 Resultado da pesquisa, discussão e análise dos dados

Apresentam-se neste capítulo, os resultados e a discussão da análise dos dados obtidos pela pesquisadora, com base nos pressupostos metodológicos referenciados no Capítulo I. Em síntese, enfocamos que esta pesquisa foi realizada com os Reeducandos do Presídio Regional de Tijucas (SC). Foi utilizado o método da pesquisa-ação, pois o mesmo oportuniza investigar com maior abrangência e tratar qualitativamente a investigação. Utilizamos a pesquisa documental e investigativa e coletamos as informações através de entrevista semi-estruturada que oportunizou conhecer, experimentar, compreender os dados coletados assim, registrá-los e analisá-los.

Deste modo, para a coleta de dados buscou-se configurar:

- Dados gerais dos atores sociais (somente dos reeducandos);
- A importância da escolarização;
- As oportunidades sócio-educacionais no presídio;
- A possibilidade de gerenciamento do saber sistematizado através da educação a distância.



Figura 54.
Direcionamento

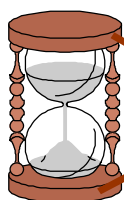
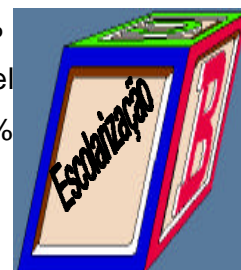
4.2 Dados gerais dos atores sociais

Caracterizam-se como atores sociais desta pesquisa vinte e um reeducandos do Presídio Regional de Tijucas (SC), por serem o foco da investigação. Para dar veracidade as informações coletadas será utilizado com os entrevistados pseudônimos: Reeducando A, Reeducando B..., em nível de identificação pessoal. Foram também pesquisados o diretor, coordenadoras / professoras e agentes

prisoinais por atuarem, participarem e desenvolver diretamente os projetos de reeducação e reinserção existentes na unidade prisional.

4.3 Dos atores sociais (Reeducandos)

Através da pesquisa realizada caracterizou-se que 91% (noventa e um) dos reeducandos pesquisados não possuem nível de escolarização completo no Ensino Fundamental e apenas 9% (nove) completaram o Ensino Médio.



Idade cronológica – entre 20 a 30 anos
Sexo – masculino

Figura 55. Formação educacional

Outros dados como idade cronológica, sexo e profissão foram levantados e constatou-se que a maioria dos entrevistados possuem e desempenhavam anterior ao período de reclusão variadas profissões como: pedreiro, marceneiro, cerígrafo, marinho, garçom, motorista, caminhoneiro, padeiro, confeitiro, hoteleiro, representante comercial, armador de ferro, ajudante comercial e industrial, operador de máquinas, gerente de produção e artista plástico, levando ao entendimento que as exigências do mercado de trabalho, no período pré-reclusão, fundamentava-se nas exigências do tecnicismo, no meramente saber fazer para que a produtividade atendesse as demandas de consumo, camuflando as exigências de qualificação profissional, nível de escolarização.

Estas constatações, fazem-nos reportar as colocações de Paulo Freire quando destaca em seus escritos que muitos seres humanos foram excluídos do processo de escolarização tendenciados pela 'ação dominadora' que opõe a liberdade, "ao constituir-se como um quase-mecanismo de absorção dos que nela se encontram" (1987: 38).

4.4 A Importância da escolarização

Entrevistando presencialmente os atores sociais pode-se certificar que o termo "estudar" para 50% (cinquenta) dos reeducandos está intrinsecamente relacionado com melhores oportunidades de trabalho, emprego decente, sobrevivência. Destacamos algumas falas dos pesquisados para certificação das informações:

- "Estudar é bom para arrumar emprego e bom para tudo" (Reeducando I);
- "Estudar para mim, é futuramente poder ter oportunidade de emprego melhor" (Reeducando O);

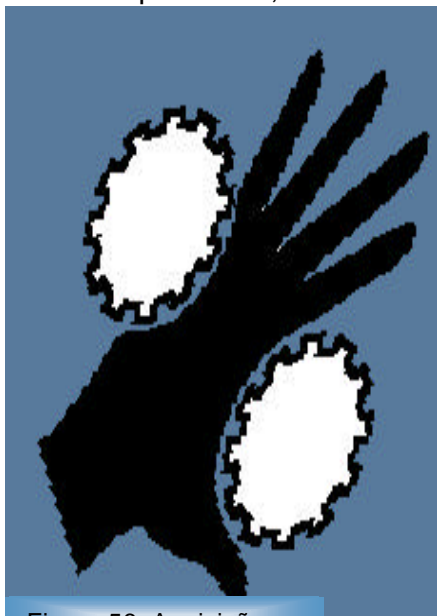
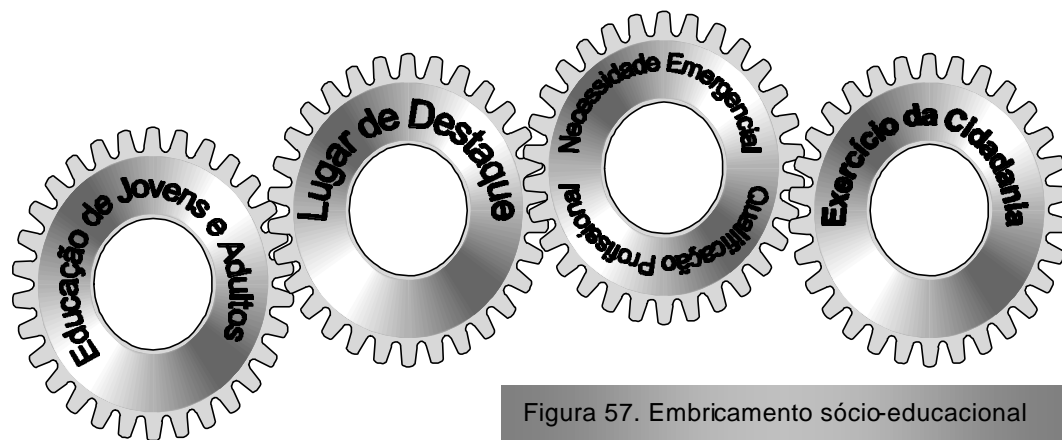


Figura 56. Aquisição

- "Adquirir conhecimento é pra finalidade de sobrevivência, mediante a sociedade humana" (Reeducando T);
- "É para termo uma estrutura melhor pra nossos filho, que não precisa de nossa ajudas" (Reeducando U);
- "Estudando a gente consegue um emprego melhor que hoje. Sem ter um estudo fica muito difícil arruma um emprego decente" (Reeducando D).

Para os demais, o termo estudar, configurou-se no aprender mais, instrução, conhecimento, meta para o aperfeiçoamento, pois as respostas foram claras e concisas. Destacamos:

- "Estudar é essencial para nossa formação" (Reeducando E);
- "Entendo que é muito importante pra todo ser humano" (Reeducando L);
- "É a forma que faz o ser humano se comunicar ou identifica com os demais" (Reeducando N);
- "Estudar é fundamental, é preciso como respirar, a sabedoria é fruto do ensino, estudar é preciso. Só com estudo pode-se um dia vir a ser alguém, realizar sonhos, aproveitar a vida" (Reeducando P)



Analisando as colocações acima, pode-se evidenciar a importância que a educação sistematizada têm para estes atores sociais, tanto nas questões profissionais, quanto para a formação pessoal. Neste contexto, percebe-se que a Educação de Jovens e Adultos na sociedade que vivemos, necessariamente ocupa lugar de destaque ou melhor, necessidade emergencial, para oportunizar a estes seres humanos qualificação profissional e muito mais, formação para o exercício da cidadania.

De acordo com a Declaração de Hamburgo (1997):

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socio-econômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça.

Foi solicitado aos entrevistados que expressassem seu conhecimento sobre formas de estudar, especificamente sobre o estudo na escola. Frente a este questionamento, obtivemos variadas colocações:

Seis entrevistados, equivalente a 28% (vinte e oito), limitaram-se a não responder esta pergunta (Reeducandos R - A - D - M - Q - R - S).

Grande parte dos entrevistados, perfazendo um total de 54% (cinquenta e quatro) evidenciaram que a escola é um local importante e necessário. Neste enfoque evidenciamos algumas colocações dos entrevistados:

- "O estudo na escola é muito bom porque o professor sempre ajuda os alunos" (Reeducando F);
- "Entendo que é muito bom para todos que estão lá" (Reeducando L);

- "Hoje a pessoa sem estudo não é nada, por isso eu acho que o estudo a sala-de-aula é fundamental" (Reeducando O);
- "A escola é o lugar aonde todos se preparam para a vida, a escola é o alicerce para um futuro melhor" (Reeducando V).

Frente a este contexto, pode-se perceber que há conhecimento da importância que a escola desempenha na vida dos seres humanos e é vista como local da aquisição de conhecimentos sistematizados, como também, local que contribui, de forma assistemática, para desenvolver aptidões, valores, atitudes para uma melhor qualidade de vida; cabe ressaltar, que estes entrevistados freqüentam os cursos oferecidos no Presídio.

Ressalta-se também nesta análise, que foi apresentado por três respondentes, equivalente a 14% (catorze), que a escola é:

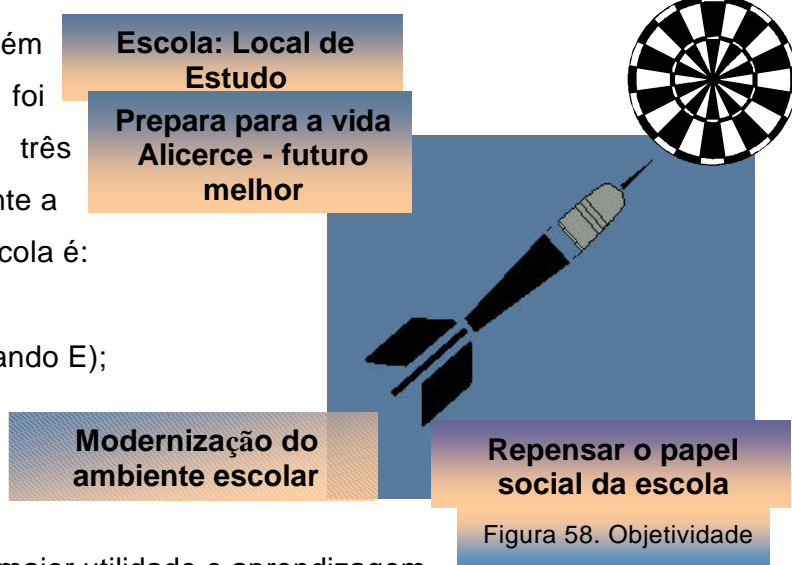
- "Muito precária e ultrapassada" (Reeducando E);
- "Penso que deveria ser mais prática" (Reeducando N);
- "Que poderia ser de maior utilidade e aprendizagem

e diretores políticos e sociedade se empenhasse na modernização do ambiente escolar e ainda diminuísse o alto custo da educação" (Reeducando T).

Ao analisar estas colocações faz-se repensar o papel social da escola, que por muitos anos trouxe em seu bojo um olhar eminentemente reprodutivista, com práticas conservadoras, como diz Freire (1987, p.lvii) referindese ao papel do educador no contexto escolar:

o educador aparece como seu indiscutível agente, como seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é "encher" os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visãoganhariam significação.

Neste questionamento, analisamos como relevante a resposta de um ator social (4% - quatro) que abordou claramente: "Hoje temos a oportunidade do estudo fora das escolas" (Reeducando U), levandonos ao entendimento que o contextoescola abrange outra dimensão, além prédios, carteiras, quadregiz e que a educação a



distância, é uma oportunidade real para a formação educacional, pois se constitui na possibilidade de atingir grupos variados de indivíduos, desde os mais favorecidos até os desfavorecidos, em diferentes espaços físicos, utilizando recursos diferenciados para gerir o saber sistematizado.

Foi dirigido aos atores sociais o questionamento: Você freqüentou a escola? Sim, não, por que?

Nas respostas obtidas entre os atores sociais, 19% (dezenove) configuraram a interferência dos pais neste contexto.

Destacam-se algumas colocações:

- "Porque eu tinha meus pais que me ajudava a freqüentar a escola" (Reeducando C);
- "Sim, meu pai queria que eu fosse o melhor" (Reeducando E);
- "Sim, para minha mãe me mandava para que mais tarde eu me formasse e fosse alguém no futuro. Que pena! Eu parei de ir na escola" (Reeducando L).

influência dos pais



**Importância
Profissionalismo**

**Influência direta no
processo de
escolarização**

**Exigência do
Mercado de
trabalho**

Figura 59. Intencionalidades

Tornou-se claro, pelo exposto, que os pais (a família) influenciam diretamente no processo de escolarização dos filhos.

Sob este enfoque Piletti (2001, p.xvii) afirma que:

A família por exemplo, é o primeiro elemento social que influi na educação. Sem a família da criança não tem condições de subsistir. Tal necessidade não é apenas de sobrevivência física, mas também psicológica, intelectual, moral e espiritual[...]

A referida afirmação, pôde ser constatada quando os entrevistados foram questionados do porquê não continuaram seus estudos visto que, já havíamos identificado anteriormente que o nível de escolarização não atingia a conclusão do Ensino Fundamental.

Observou-se frente a este contexto, que a evasão escolar ocorreu por variados fatores. 38% (trinta e oito) dos entrevistados destacaram que afastaram-se da escola pela necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família; posteriormente, por desinteresse, malandragem, problemas familiares, uso de drogas, desvalorização da escola.

Sendo, a "necessidade de trabalhar" o fator de maior destaque de evasão escolar analisam-se este dados em dois enfoques.

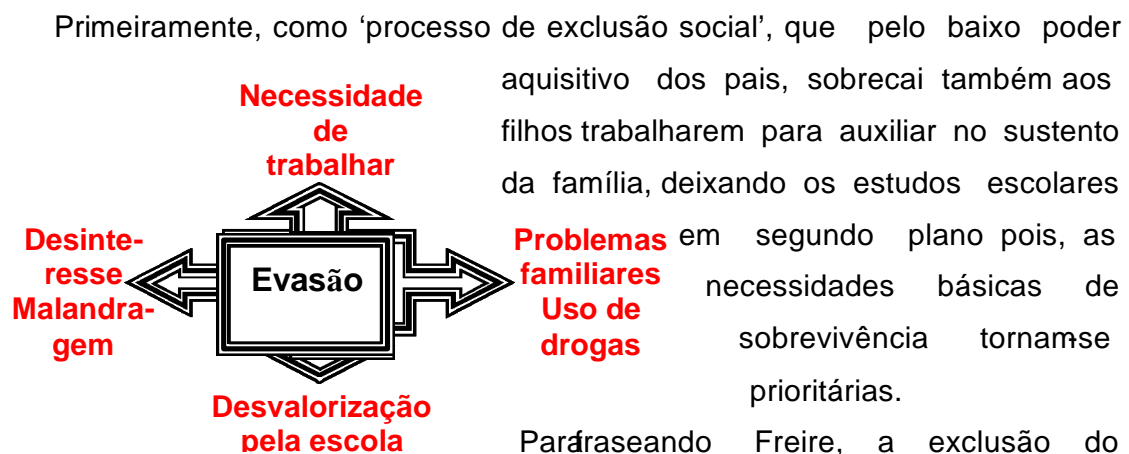


Figura 60.
Reconhecimento do processo

Primeiramente, como 'processo de exclusão social', que pelo baixo poder aquisitivo dos pais, sobrecarrega também aos filhos trabalharem para auxiliar no sustento da família, deixando os estudos escolares em segundo plano pois, as necessidades básicas de sobrevivência tornam-se prioritárias. Paráfraseando Freire, a exclusão do processo de escolarização encontra-se 'tendenciada pela ação dominadora' dos sistemas sociais que "opõe a libertação, [...] ao constituir-se como um quase-mecanismo de absorção dos que nela se encontram [...]" (p. 38).

No segundo enfoque, denominamos como "falta de conscientização", por entender que muitos atores sociais deixaram-se influenciar diretamente pelo fanatismo, modismo e o consumo exacerbado, assim, o processo de escolarização se expressa em rumos divergentes, isto é, equivocam a interpretação de que o conhecimento produzido no contexto escolar auxilia diretamente no crescimento pessoal e na qualificação profissional- o saber fazer.

Para tanto, não podemos deixarmos significar como controle social ou como salienta Fialho (1998: 94) em seus escritos que: "O Sócios deseja que sejamos apenas um número, ocupando um espaço físico e psicológico bem definido, vigiando-nos e punindo quando tentamos escapar de sua ação coercitiva".

Seguramente precisamos estabelecer a necessidade de conscientização e neste contexto, mais uma vez reportando-nos a Freire (1987: 24) quando nos alerta que: "a conscientização possibilita inserir-se no processo histórico, como sujeito, evita os fanatismos e o insere na busca de sua afirmação".

Para certificar o exposto, ressaltamos algumas falas dos atores sociais:

- "Tive que parar pra trabalha, não tinha mais motivação" (Reeducando A);
- "Por minha família ser humilde e precisei trabalhar"(Reeducando O);
- "Tive que trabalhar para ajudar meus pais" (Reeducando S).

Variadas menções relativas a evasão escolar forma expostas pelos pesquisadores: desinteresse, malandragem, problemas familiares, uso de drogas, desvalorização da escola[...] que perfizeram um total de 62% (sessenta e dois) das colocações. Dentre elas destacamos:

- "Porque me envolvi com maus colegas e logo me coloquei no mundo das drogas" (Reeducando L);
- "Não continuei porque achei que a escola não iria me ajudar em nada" (Reeducando B);
- "Malandragem, não valorizei este tempo precioso, mais antes tarde do que nunca" (Reeducando P).

Estas e outras colocações levaram-nos a refletir o papel da sociedade como um todo. Cunhar o contexto familiar, social, religioso, educacional tornarse-ia redundante. Pode-se configurar, que estas colocações assumem um grau de complexidade relevante, que necessita ser contemplado por todas as esferas da sociedade.

Vygostky (1993), chama-nos atenção para o meio que o sujeito está inserido; Freire (1987), destaca que os oprimidos tendem a ser opressores; Foucault (1979), faz menção à liberdade pela mudança social. Como estamos vendo, percebendo, assistindo estes cidadãos? Sendo o século XXI considerado o século do conhecimento cabe-nos neste contexto, perceber que o ser humano não pode mais ser tratado como "uniformização social" mas, reinventá-lo e redesenhá-lo num contexto educacional e social comprometido com a subjetividade humana.

Buscando aprofundamento relativo a continuidade dos excluídos, interrogamos os reeducandos se o rumo de suas vidas teria sido diferente.

A confirmação positiva, resultou em 100% (cem) das respostas. O diferencial foi constatado pelo diálogo estabelecido, quando solicitamos que justificassem a afirmação.

42% (quarenta e dois) deixaram claramente registrado que se tivessem dado continuidade aos estudos, teriam melhores trabalhos, melhores salários, conseqüentemente uma vida mais digna.

O Reeducando B, ressaltou: "Sim, eu teria um bom emprego";

- "Sim, eu teria chance na vida para ter uma profissão melhor" (Reeducando C);

- "Sim, se eu tivesse concluído os estudos, hoje eu seria um médico, ou um juiz de direito, ou um engenheiro eletrônico e teria um emprego razoável que pudesse dar condições boas a família" (Reeducando D);
- "Sim, porque teria mais oportunidade de emprego, e assim poderia conseguir uma vida digna" (Reeducando U).

Pode-se constatar pelas informações adquiridas, que o estudo sistematizado é necessário, determinante para a qualidade de vida das pessoas, para o desempenho e melhoria de suas atividades profissionais.

Os entornos do mercado de trabalho, exige cada vez mais qualificação profissional, não apenas pelo fazer mecânico, o saberfazer, mas pelo "aprender a fazer" como coloca Delors (2000: p.ciii):

Não somente uma qualificação profissional, mas de uma maneira mais ampla, competências que tornam a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas também aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais onde trabalho que se oferece aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, que formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.

Por estas razões, cada vez mais o processo educativo encontrase embricado com a vida profissional, de forma contínua, onde o ensino e a aprendizagem encontram-se na dimensão do aprender necessário 'ao longo de toda vida'.

29% (vinte e nove) dos atores sociais enfocaram que a continuidade dos estudos teria oportunizado uma "vida melhor".

Registramos esta colocação evidenciada, nas colocações dos respondentes:

O Reeducando A, colocou que: "Sim, outras culturas e conhecimento, mais oportunidade de viver outro tipo de vida e não a que eu levava";

"Sim, porque eu não teria feito tanta besteira, com certeza eu teria outra vida, uma vida melhor" (Reeducando J);

A busca da coesão social emana uma identidade coletiva, estabelecendo direitos a todos os indivíduos de constituírem-se como cidadãos, assim, possibilitar uma vida mais digna, mais solidária, estruturada numa ação conjunta entre estado e sociedade civil, deve alvorecer relações entre o 'homem e o mundo', para estabelecer uma dimensão que oportunize uma 'vida melhor'.

Kornhouser (apud Delors, 2000: p.cxxxiiiiv) nos alerta que:

Não basta aproveitar as oportunidades à medida que elas se nos apresentam. Devemos criar essas mesmas oportunidades [...] Há necessidade de uma nova perspectiva do desenvolvimento [...] O

'desenvolvimento' deve ser a promessa otimista de uma vida melhor para todos [...].

O diferencial nesta investigação ocorreu com 15% (quinze) dos reeducandos quando inqueridos sobre o assunto, ressaltaram que:

- "Minha vida teria sido diferente sim, não estaria na cadeia" (Reeducando F);
- O Reeducando L, expressou-se: "Hoje eu seria alguém e não um presidiário";
- O Reeducando P, enfocou que: "Talvez eu não viesse a me encontrar aqui hoje, teria oportunidade melhores de emprego, de ganhar a vida, sem precisar conhecer o submundo que é a cadeia".

Estas colocações levaram-nos a reportar-nos a Foucault (1998: 221) quando enfatiza que: "As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: podem aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou ainda pior, aumenta".

Quando tratamos os detentos como espargos, como uma virose que se desenvolve, contamina, se propaga, mata, os reduzimos a seres incapazes de reeducar-se, ressocializar-se, assim, voltarem a ser cidadãos respeitáveis com direitos e deveres iguais aos demais cidadãos.

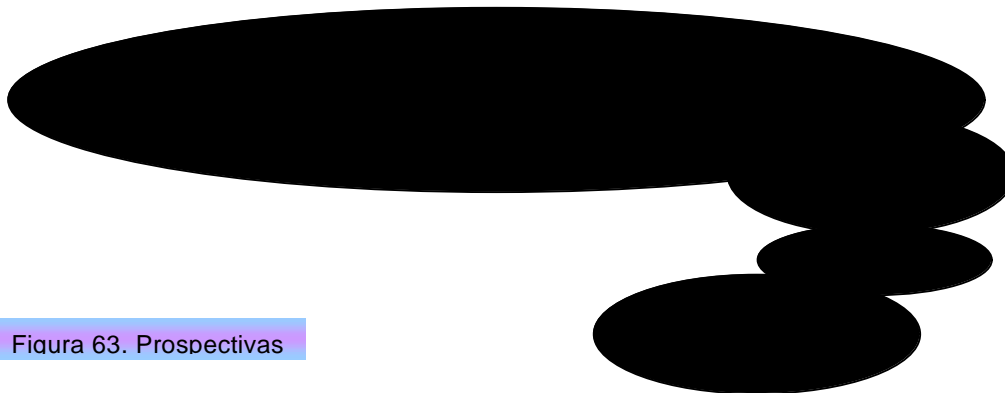


Figura 63. Prospectivas

A tendência moderna enfatizada por Mirabeti (1993: 35) é que: "A execução da pena deve estar programada de molde a corresponder a idéia de humanizar, além de punir".

Os demais entrevistados 14% (catorze), destacaram, como colocou o Reeducando T que: "Na sociedade que vivemos, necessariamente, o estudo é a alavanca para o desenvolvimento de nossa humanidade".

Neste contexto, podemos observar mais uma vez que a educação, o estudo sistematizado, é considerado como o 'passaporte para o futuro', como 'Os ritos de passagem' e Delors (2000: p.lvi) ilustra este entendimento afirmando que:

Os não diplomatas se apresentam aos recrutadores das empresas com uma desvantagem quase insuperável. Alguns deles, considerados pelas empresas sem capacidades para o emprego, ficam definitivamente excluídos do mundo de trabalho e privados de qualquer possibilidade de inserção social. Gerador de exclusão, o insucesso escolar está, pois, em muitos casos, na origem de certas formas de violência e de desvios individuais.

Na continuidade das investigações, buscamos junto aos atores sociais saber se "não" tinham freqüentado a escola antes de serem reeducandos prisionais. Este questionamento sobreveio, por ter o conhecimento de que o Presídio desenvolve atividades educativas formais e nãoformais.

Tendo anteriormente investigado este assunto utilizando outro enfoque e ter percebido que entre os reeducandos havia os que não tinham freqüentado a escola e não obtivemos êxito nas respostas, retornamos a questionar, para termos certeza se havia ou não reeducandos que detinham conhecimentos sobre aquisição da leitura e da escrita.

Frente ao exposto, podemos confirmar que 2% (dois) dos reeducandos não frequentaram a escola, não tinham conhecimento da leitura e escrita e não responderam anteriormente por terem 'vergonha' de serem analfabetos e sentirem-se excluídos sendo adultos e estarem ainda no processo de alfabetização.

Esta problemática, respalda-se nos escritos contidos na Proposta Curricular de Santa Catarina (1998: p.xxxix), quando é abordado a temática da Educação de Jovens e Adultos:

Os jovens e adultos não são discriminados no trabalho e na cidadania só por serem iletrados ou não dominarem os saberes escolares básicos, mas também por não dominarem articuladamente o conjunto dos saberes e competências próprias da vida adulta, ou requerida para a inserção "adulta" na sociedade, por exemplo: saber captar informação selecioná-la e elaborá-la é tão central hoje para a vivência quanto as clássicas habilidades de leitura e escrita.

Os demais, 98% (noventa e oito) dos atores pesquisados freqüentaram em algum momento de suas vidas, a escola.

4.5 AS OPORTUNIDADES SÓCIO-EDUCACIONAIS NO PRESÍDIO



Figura 64. Reconhecimento legal

A Lei de Execução Penal é explícita quanto a obrigatoriedade dos presídios, penitenciárias, Casas de Detenção..., oportunizarem a seus detentos condições de reeducação, reinserção e ressocialização.

A referida Lei na Seção V Da Assistência Educacional, no Artigo 17 da Lei de Execução Penal (LEP) determina que: "A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e formação profissional do preso e do internado".

Os escritos de Mirabette (1993: p.lxxxv) oportunizam o esclarecimento do Artigo 17 (da LEP):

A assistência educacional deve ser uma das prestações básicas mais importantes não só para o homem livre, mas também àquele que está preso, constituindo-se, neste caso, em um elemento de tratamento penitenciário como meio para a reinserção social ... Dispõe, aliás, a Constituição Federal que a 'educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (art 205), garantindo ainda o "ensino fundamental", obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria"(art. 208, I), conceituando este como "direito público subjetivo"(art 208, § 1º). Isto quer dizer que não só a instrução, que é um dos elementos da educação, mas também esta é um direito de todos, sem qualquer limitação de idade. Assim, pois, qualquer pessoa, não importa a idade e tampouco a sua condição ou status jurídico., tem o direito de receber educação desde que, evidentemente, seja dela carente qualitativa ou quantitativamente. De vez que a cada direito corresponde um dever, é a própria Constituição que esclarece ser este do Estado, que deverá promover a educação aos presos e internados se não o tiver feito convenientemente no lar e na escola.

Na pesquisa documental e nas entrevistas realizadas, in loco, constatou-se que é desenvolvido no Presídio Regional de Tijucas (SC) desde 1999, o "Projeto de Ressocialização" com os reeducandos sentenciados independente do delito cometido, pois o mesmo configura em seu objetivo "Oferecer ao reeducando preso condições mínimas de reinserção social" visando o "Processo de Humanização".

Assim, podemos ressaltar com determinação e clareza que este presídio atende os dispositivos legais da Constituição Federal, que oferece direitos e garantias fundamentais, individuais e coletivas aos reeducandos que cumprem as sentenças estabelecidas.



trabalho de ressocialização "Instrução e Escolaridade" Educação Básica, o Ensino

compreende: Nivelamento, alfabetização, Séries Iniciais e 5^a a 8^a Série (desenvolvido através do Ensino Supletivo- Telecurso 2000). Estes estudos, são gerenciados na modalidade presencial de ensino, mesmo sendo utilizado o Telecurso 2000 (que têm sua proposta estabelecida na modalidade de Educação a Distância), pois há participação direta/presencial das professoras e segue sequencialmente as informações dos módulos e fitas de vídeo cassete.

Cabe ressaltar que o presídio não possui as fitas de vídeo do Telecurso 2000, pegando-as emprestado.

Para a efetivação do projeto existente no presídio foi desenvolvido parcerias com a Fundação BBeducar, recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI e Prefeitura Municipal.

Para o gerenciamento das atividades pedagógicas o presídio dispõe de uma sala-de-aula com ventiladores, carteiras individuais, uma mesa com aproximadamente três metros de comprimento, bancos, quadrede-giz, dois televisores, um vídeo cassete, um aparelho de som, armários, estantes. Atualmente o trabalho pedagógico é desenvolvido por duas

professoras/coordenadora. Uma das professoras atua quarenta horas semanais diretamente no processo ensino-aprendizagem no interior do presídio, sendo contratada pela Prefeitura Municipal de Tijucas e a outra, contratada pelo BBeducar, coordena as atividades desenvolvidas, auxiliando nos diversos segmentos educacionais e profissionalizantes.

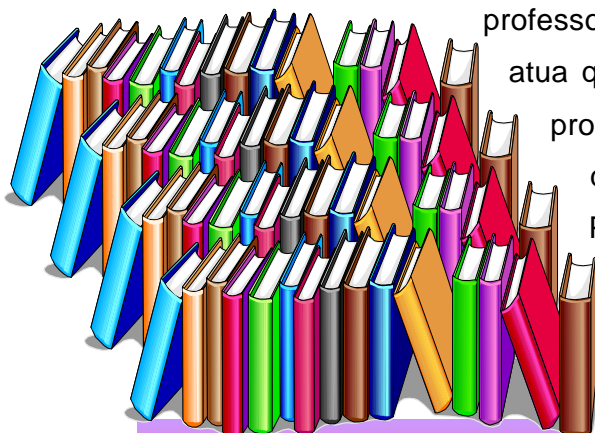


Figura 66. Princípio construtivo

Verificou-se que o presídio possui uma biblioteca, atendendo assim o Art. 21 da Lei de Execução Penal que determina: "Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos" Mirabette (1993: 88), Constatouse que os reeducandos têm acesso ao acervo bibliográfico para realizarem leituras diversas como também, para aprofundar seus estudos. O acervo tem aproximadamente 521 títulos. Destes, 100 livros foram adquiridos com os recursos do FAT e os demais através de doações feitas pela comunidade e pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Observamos um dado relevante: O trabalho de coordenação (organização, empréstimo, catalogação, consertos, etc) na biblioteca é realizada por um reeducando e nas colocações, quando entrevistado deixou claro que se sente valorizado, "me sinto gente, faço meu trabalho com satisfação".

Presenciamos que existe uma estreita relação entre os reeducandos com o Diretor do Presídio, a professora, e os agentes prisionais pois, nos acompanharam na pesquisa auxiliando e dando-nos contribuições relevantes. A professora deixou claro seu envolvimento direto com os reeducandos quando nos disse: "No início de meu trabalho, fiquei um pouco preocupada, pois a clientela era totalmente diferente do que eu trabalhava. Com o tempo fui me adaptando, e percebi que é gratificante trabalhar com estas pessoas que por vários motivos encontram-se neste presídio.

É muito bom, trabalho porque gosto, faço com carinho".

Estas colocações comprovaram o que vimos e percebemos, pois, os reeducandos e a professora tinham uma relação de afetividade, de respeito, de proximidade, algo diferenciado do que vemos e ouvimos pelos meios de comunicação nos muitos presídios existentes no país.

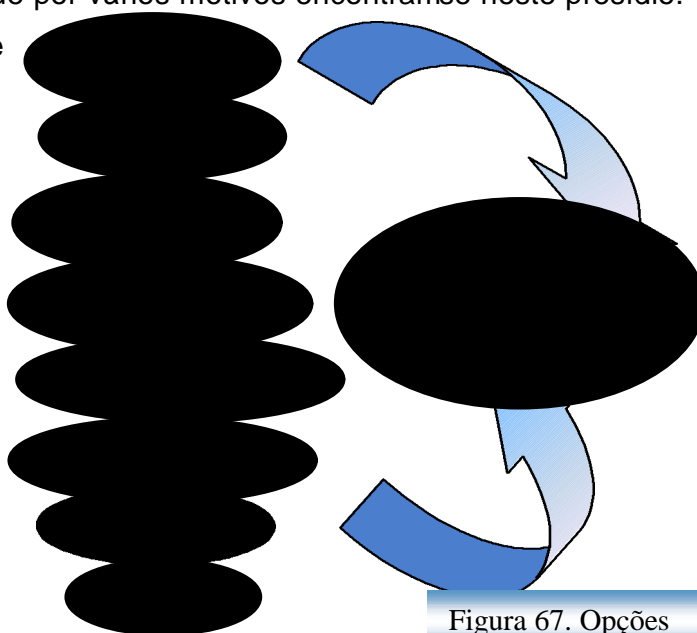


Figura 67. Opções

Nesta etapa da pesquisa buscamos identificar quais cursos são oferecidos no presídio e a efetiva participação dos reeducandos pois, além das atividades de escolarização citadas anteriormente, são gerenciados cursos profissionalizantes: espanhol, computação, tapeçaria, tecelagem, pintura, artesanato, de garçom, cozinheiro.

Primeiramente analisamos os dados obtidos frente as colocações onde as respostas convergiram na formação sistematizada. Perfazendo 2% (dois) dos entrevistados, ficou claro nas colocações do Reeducando S: "Não faço nenhum curso, eu pratico ioga". A partir desta resposta, buscamos saber o porque da não participação e o respondente optou por não se pronunciar a respeito; Quanto aos demais, ressaltamos que: 14% (catorze) dos reeducandos pesquisados estão cursando Séries Iniciais, uns no processo de alfabetização, outros, de 2ª a 4ª série e 75% (setenta e cinco) estudam de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental. O restante, 9% (nove) não estudam pois, já possuem Ensino Médio.

Nesta configuração, a leitura e interpretação dos dados deixou claro que em pleno século XXI, nos deparamos com jovens e adultos que ainda não possuem o mínimo de escolarização, visto que na era da informação, informatização e do conhecimento, é crucial a aquisição do saber sistematizado para podermos ser "ente presente no mundo" ou seja, partícipes da "sociedade do conhecimento" que exige dos seres humanos o "aprender a conhecer, aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a viver juntos" como aborda Delors (2000: 101- 102).

Dando prosseguimento a investigação, 98% (noventa e oito) dos reeducandos (exceto os 2% equivale aos que não participam de nenhum curso), relataram que participam efetivamente nos cursos profissionalizantes (tapeçaria, espanhol, computação, pintura, artesanato...) oferecido pelo presídio.

Para validar estes dados reportamos as falas de alguns entrevistados: "Eu já se encontro preso nesse presídio a um ano e sete meses e tive várias oportunidades que eu não teria lá fora" (Reeducando B); "Faço computação, telecurso, artesanato e também pintura" nos disse o Reeducando G; O Reeducando F nos colocou que: "Faço todos os cursos que o presídio oferece,

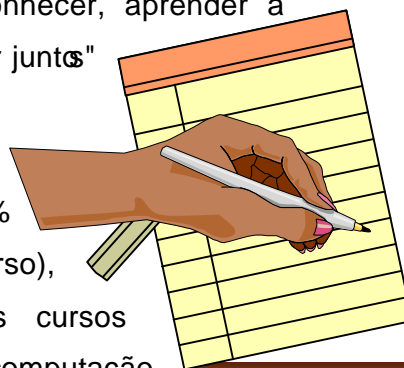


Figura 68.
Efetiva
concretização

eu faço questão de participar". Cabe destacar a fala dita pelo reeducando: "Cabeça parada, oficina do diabo".

Neste contexto destacamos que a Lei de Execução Penal especificamente no Art. 19 estabelece a obrigatoriedade do Ensino Profissional para os reeducandos que assim determina: "O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Parágrafo único: A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição".

Mirabette (1993; 87) esclarece esta determinação dizendo que: "[...] A habilitação profissional é uma das exigências das funções utilitárias da pena, pois facilita a reinserção do condenado no convívio familiar, comunitário e social, a fim de que não volte a delinquir [...]". Se buscamos ressocializar, reinserir os que por motivos diversos estão afastados do convívio social, é eminentemente necessário que as políticas sociais e jurídicas gerenciem efetivas tomadas de decisão para o reinício do exercício da cidadania.

Esta exigência legal foi observada pela oportunidade oferecida pelo Diretor do Presídio que nos apoiou em todas as etapas da pesquisa, quando visitamos as galerias A - B - C - D - F do presídio e as salas onde acontecem as oficinas dos cursos profissionalizantes. Nestes locais, constatamos que os reeducandos trabalham em grupos, há integração e respeito, fazem trabalhos diversos como



Figura 69. Integração

artesanato com jornal, revista e plástico, pintura em tela, tapeçaria, serviços de marcenaria, limpam - dobram e embalam camisas para uma empresa, costuram bolas para outra, plantam e cultivam verduras e hortaliças na horta comunitária

além de frequentarem os cursos propriamente ditos profissionalizantes. Estes trabalhos oportunizam aos reeducandos recursos financeiros, redução de pena e mais, valorização pessoal.

Pelo fato dos reeducandos experienciarem estas vivências e oportunidade, perguntamos a eles como os cursos profissionalizantes contribuem para sua reeducação.

37% (trinta e sete) dos atores sociais pesquisados abordaram que os cursos oferecidos no presídio contribuem no desenvolvimento humano. O envolverse nas atividades significa acatar oportunidades de realizarem-se como seres humanos

ampliando visões do conhecer-se, do valorizar-se, do ser capaz, do saberfazer e a aquisição destes saberes são concebidos, direcionados e reconhecidos pelo próprio eu, fortalecendo as competências individuais, assim, maior segurança e equilíbrio para a reinserção social.

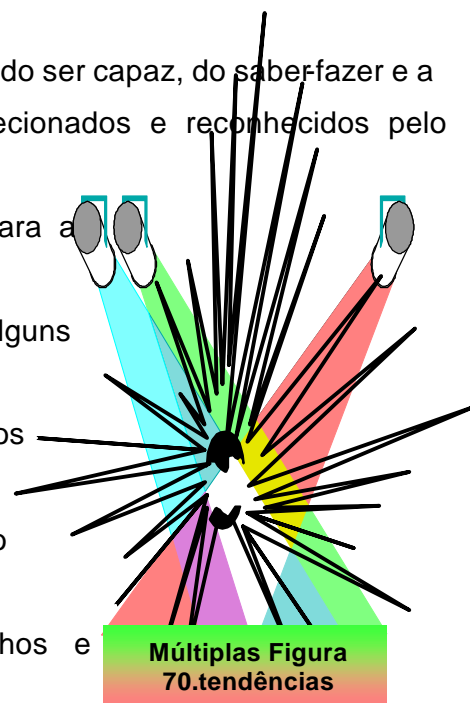
No caminhar desta análise, registamos alguns depoimentos para validar o entendimento que os reeducandos têm em relação a contribuição dos cursos para sua reeducação:

- O Reeducando M declarou: “Estou refazendo agora o meu caráter, na escola a gente aprende Coisas certa e concretas, não se aprende sonhos e desilusões”.
- “Contribui para o maior conhecimento psicológico. A gente, a reintegração na sociedade num todo e na visão da vida de outras formas” (Reeducando T).
- “Contribui muito porque aqui é que eu to tendo a oportunidade de estudar de novo e ser um grande homem” (Reeducando L).
- “Tenho que dizer que temo com o que nos ocupa, não temos tempo passar pensar em coisas más” (Reeducando V).

As colocações acima mencionadas, nos fazem refletir a significância e o relevante papel que está sendo desenvolvido no Presídio Regional de Tijucas, bem como, a contribuição para a vida e o futuro destes, como seres humanos que se encontram afastados do convívio social, ou seja, confinados, na ‘privação de liberdade’.

Se os presídios não redimensionarem seus princípios buscando em seus espaços organizar ações voltadas a humanização como observamos e constatamos no referido presídio, com certeza, os escritos de Foucault (2001: 234) permanecerão relevantes e significativos quando diz que: “A prisão como instrumento punitivo, pode deixar no rastro de sua ação o resíduo inassimilável da delinquência”.

Na continuidade da referida investigação 23% (vinte e três) relataram que os cursos oferecidos no Presídio auxiliam na qualificação profissional flexibilizando o





adentrar no mercado do trabalho que exige habilidades e competências no exercício de qualquer profissão. Este mercado que atualmente busca não apenas o fazer mas o saber fazer, a competência para desenvolver a atividade profissional, como é abordado por Delors (2000: p.xciv):

...uma competência que se apresenta como uma espécie de coquetel individual, combinando a qualificação, em sentido estrito, adquirida pela formação técnica e profissional, o comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco.

Figura 71. Continuidade

A importância para a inserção do mercado do trabalho é ilustrada pelos relatos que seguem:

- O Reeducando C nos disse: “Eu se empenhei mais no curso de tapeçaria e hoje já faz um ano e sete meses que estou trabalhando e tenho o meu próprio dinheiro, é uma profissão que euestou tendo e quero continuar lá fora”.
- “Contribuem é, ajudam sim, bem, em várias coisas: emprego melhor. Ajuda em tudo” nos relatou o Reeducando I.

Dos reeducandos pesquisados apenas o Reeducando E, perfazendo 4% (quatro) claramente nos informou que os cursos oferecidos no presídio “Não contribui em nada, nos ajuda a passar o tempo porque cadeia não recupera ninguém”. Esta afirmação nos faz cogitar a hipótese que este reeducando participa dos cursos oferecidos, porém, permanece alheio ao processo que converge a reinserção social desenvolvida no presídio.

Os demais atores sociais, 30% (trinta), mesclaram suas falas destacando:

- “Os cursos são muito bons” (Reeducando R);
- O Reeducando D abordou: “Me considero muito educado, mas, sempre é muito bom estudar. Estu muito agradecido por esta oportunidade de voltar a estudar”.

No que concerne estes relatos, podemos perceber que os cursos, os trabalhos, os estudos que são desenvolvidos no Presídio Regional de Tijucas (SC) congregam aquisição de novos conhecimentos conseqüentemente oportunizam crescimento pessoal, instaurando novos conceitos em relação a auto estima, a

valorização e reinserção social dos apenados, mesmo sabendo que a sociedade poderá não reconhecer as transformações individuais adquiridas no período de reclusão.

Com prévia informação de que todo apenado tem garantido o benefício da remição de pena ao participar de algum dos trabalhos oferecidos pelo presídio, a Lei de Execução Penal Nº 7210 de 11/ 07/ 1984, na Seção IV, Artigo 126, determina que:



Figura 72. Confirmação

O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de um dia de pena por três de trabalho.

§ 2º O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 3º A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvido o Ministério Público.

Assim, de acordo com os escritos de Mirabetti (1993: p.ccciv) são destacados que:

Não distingue a lei quanto à natureza do trabalho desenvolvido pelo condenado. Assim, a remição é obtida pelo trabalho interno ou externo, manual ou intelectual, agrícola ou industrial, não se excluindo o artesanal, desde que autorizado pela administração do estabelecimento penal.

Sob este enfoque, prosseguimos a pesquisa buscando saber dos reeducandos quais benefícios eles esperavam obter participando de algum dos trabalhos (cursos) oferecidos pelo Presídio.

Dos reeducandos pesquisados 43% (quarenta e três), deixaram claro nas suas respostas que participando de algum curso oferecido no presídio são beneficiados pela 'remição da pena'.

Firmamos estas colocações destacando algumas falas:

- O Reeducando J nos falou: “Sim, com as aulas que estou freqüentando eu sou beneficiado com remição de dez dias por mês, que ajuda pagar minha pena”;
- Para o Reeducando Q: “Sou sim. Com a remição é e é bom pra mim”;
- “Sim, ganho remição por trabalhar”



Figura 73. Oportunidades/escolhas

(Reeducando E).

Podemos configurar nas respostas obtidas, que estes reeducandos participam das atividades desenvolvidas no presídio somente com intuito da ‘remição da pena’, e que não percebem, não querem ou talvez não conseguem perceber o significado e o caráter benéfico que o trabalho de reinserção e reeducação gerenciado no presídio, possa desempenhar nas relações intra e interpessoais mediando e redefinindo possíveis esforços de cidadania.

Em contrapartida, os demais reeducandos perfazendo 57% (cinquenta e sete) compreendem que o processo educativo dentro do presídio conjuga relações extremamente salutares em virtude do conjunto dos ensinamentos que oportunizam reflexão, entendimento e ação.

Para legitimar este entendimento configuramos alguns relatos:

- “Cada oportunidade verdadeira dada aqui, traz algo a mais para meu conhecimento, me sinto mais preparado” (Reeducando A);
- O Reeducando G nos relatou que: “Adquirindo novos conhecimentos e lembrando de algo que talvez eu já tinha aprendido, mas não dei valor”;
- “Me ajuda sim, estou tendo a oportunidade de ser alguém” nos disse o Reeducando L;
- “Acredito que sim, não só porque participamos, também somos vistos pelo nosso interesse” (Reeducando N);
- O Reeducando O, nos disse que: “A direção do presídio vê nois com outros olhos e nos incentiva a estudar”.

Neste cenário, vale ressaltar os escritos de Silva (2001: p.lvi) que salienta:

“o aluno é visto como um ser aprendente, em processo contínuo de aprendizagem. Trata-se de um ser com suas peculiaridades, diversos, com várias habilidades cognitivas e adotado de inteligências múltiplas, um sistema aberto de qualidade, cujas buscas e necessidades são individuais, mas que poderá colaborar muito com o grupo e aprender com ele. Esse educando terá fonte e ao mesmo tempo a recepção de todas as experiências de aprendizagem que ocorrerão nos ambientes de interatividade da sala-de-aula e fora dela. É um ser inconcluso, transcendente, que não se limitará ao aspecto corpo, mas de corporeidade viva em busca de seus significados e do próprio significado da vida”.

Figura 74. Agrupamento de opções

Dando continuidade a investigação, procuramos saber dos atores sociais se encontravam dificuldades para estudar na Educação de Jovens e Adultos.

81% (oitenta e um) dos entrevistados responderam que não encontram dificuldades para estudar e firmamos este percentual em alguns depoimentos:

- “Ainda não tenho nenhuma dificuldade, estou apenas na fase de recomeçar” (Reeducando E);
- O Reeducando L nos colocou: “Não tenho nenhuma dificuldade, pois ou tenho interesse”;
- “Não tenho nenhuma a não ser as normais de quem está estudando” nos disse o Reeducando M.

Nesta configuração, percebemos que a metodologia do ensino usada pela Educação de Jovens e Adultos no Presídio está atendendo as prescrições legais e em especial o eixo das questões pedagógicas passam pela ‘visão humanizadora do homem’, onde o processo de ensino e de aprendizagem comungam os mesmos objetivos, os mesmos desafios, instaurando igualdades de oportunidades.

15% (quinze) dos entrevistados disseram que têm “alguma” dificuldade nos estudos. Dentre as colocações destacamos:

- Para o reeducando I “As matérias não entendo muito, mas to pegando o jeito”;
- “To tendo um pouco de dificuldade na matemática, mais com a graça de deus, vou conseguir passar” nos disse o Reeducando G.

Estas respostas, nos levam a detectar que existe um baixo percentual de reeducandos com dificuldades de aprendizagem e que estes, buscam suprir suas

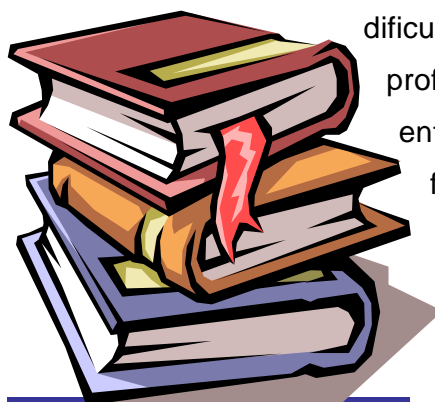


Figura 75. Interação: vida-escola

dificuldades pedindo auxílio aos demais colegas e à professora. Observamos também que os mesmos entrevistados em questionamentos anteriores falaram da importância e necessidade que o estudo têm para suas vidas e isto nos leva ao entendimento de que não serão as dificuldades encontradas nos estudos que os levarão à evasão escolar.

Ficamos surpresos com a resposta do Reeducando C: “Tenho dificuldade em inglês e reprovei história”. Frente a esta resposta, parece importante salientar que os altos índices de evasão escolar especificamente na Educação de Jovens e Adultos no sistema educacional brasileiro baseia-se nas reprovações e frente a este contexto percebemos a

necessidade de estruturar/organizar alternativas mais democráticas e um esforço sistemático de compreensão crítica para atender com maior especificidade o capital humano que por estas questões muitas vezes afastam-se das escolas.

Prosseguindo a investigação, buscamos saber se entre os reeducandos pesquisados havia os que tivessem se evadido dos cursos geridos pela Educação de Jovens e Adultos.

91% (noventa e um) responderam que NÃO desistiram e NÃO irão desistir, pois, apostam na educação escolar como um dos caminhos para melhor qualidade de vida.

Tais considerações demonstraram que a inserção e permanência nos programas de educação para jovens e adultos no presídio, compõem um quadro prospectivo onde o saber sistematizado é visto como necessidade, ‘tomada de consciência’ para a realização pessoal e reinserção no mercado de trabalho.

Neste enfoque, é interessante notar algumas falas dos reeducandos:

- O Reeducando D nos colocou que: “Não desisti porque não existe dificuldades se você tem boa vontade. Tenho vontade e vou vencer todas as dificuldades”;
- “Não desisti e não vou desistir porque quero ser alguém no futuro” (Reeducando L);
- O Reeducando U nos falou: “Eu não desisti, mas dei uma relaxada porque eu tive vários trabalhos e tenho que ganhar um dinheiro para o meu sustento e também para sustentar o meu vício”.

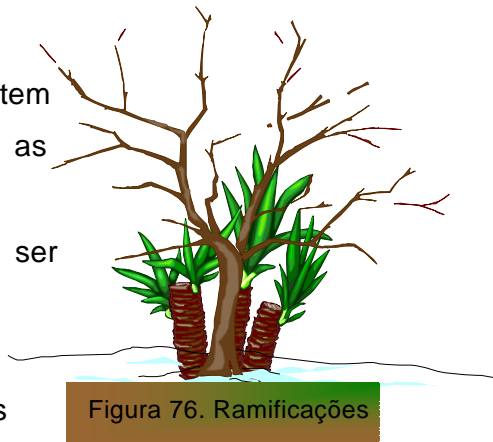


Figura 76. Ramificações

Esta realidade, baseada na necessidade do conhecer, do saber do perceber nos leva a reportar-nos aos escritos de Freire (1987: 74) ao abordar que: “aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se “aproximam” dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles”.

Os demais, 9% (nove) dos atores sociais responderam:

- “Desisti, porque não tinha condições” (Reeducando B);
- “Desisti, porque nem sempre conseguimos sobreviver somente dos estudos e sim de nossa experiência” (Reeducando E).

Estas falas, mais uma vez nos reportam ao entendimento de que estes reeducandos ainda não se conscientizaram da importância que o conhecimento formal oportuniza ao ser humano e que a escolarização é requisito básico que emana do mundo do trabalho.

Cientes da importância que a maioria dos reeducandos têm sobre educação sistematizada, nos dirigimos a eles perguntando se tivessem oportunidade de continuarem os estudos, se o fariam.

- 72% (setenta e dois) relataram que estão continuando os estudos pela oportunidade oferecida pelo presídio, como também, dariam continuidade independente do local onde se encontrarem.
- 24% (vinte e quatro), responderam o questionamento dizendo que não sabem se darão continuidade aos estudos quando saírem do presídio.
- 4% (quatro), nos responderam que não dariam continuidade aos estudos, devido a idade cronológica e que “esta oportunidade chegou tarde demais” (Reeducando S).

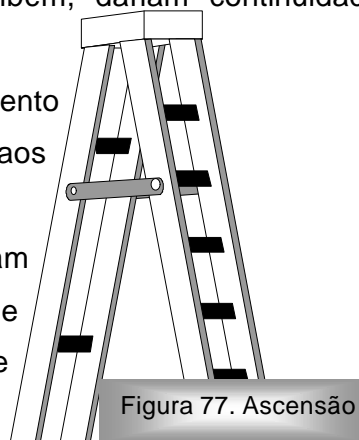


Figura 77. Ascensão

Frente o percentual elevado de conscientização dos reeducandos da necessidade de estudar e sabendo que o presídio ainda não está sendo gerenciado o Ensino Médio e que os reeducando não têm acesso a Educação Superior, se faz necessário a produção de novos projetos com intuito de gerir estes níveis de escolarização com o intuito de garantir um maior nível de escolarização a estes cidadãos.

Sabendo que o desejo da continuidade dos estudos foi demonstrado pelos reeducandos, buscamos descobrir até que etapa (nível) de escolarização eles gostariam de estudar.

Freqüentar a universidade para ter uma profissão definida absorveu 57% (cinquenta e sete) das respostas dos pesquisados;

- 14% (catorze), nos disseram que terminar o Ensino Fundamental “é fundamental” (Reeducando A).
- 15% (quinze) dos reeducando pesquisados, almejam terminar o Ensino Médio e 14% (catorze), optaram por se abster a responder esta investigação.

Segundo as colocações acima mencionadas, fundamentamos esta análise em Delors quando pontua categoricamente a necessidade da universalização da educação que deverá proporcionar: ‘abertura ao universo da ciência’; adaptar a educação básica aos contextos individuais-particulares; definir/redefinir oportunidades de sociabilidade; gerir a ‘educação ao longo de toda vida’ e também a necessidade de igualdade, pois como Delors (2000: 135) nos diz: “(...) o princípio da educação permanente deve abrir possibilidades mais vastas de realização pessoal e de formação após a educação básica permitindo, em particular, que os adultos possam retornar ao sistema formal”.



Figura 78. Força propulsora

No que diz respeito a maneira de gerir oportunidades de continuação dos estudos no presídio, foi outro questionamento direcionado aos atores sociais pesquisados.

Dos entrevistados, 48% (quarenta e oito) estão satisfeitos com a forma e oportunidades que estão sendo desenvolvidos os estudos no presídio. Para dar veracidade a estes dados, destacamos:

- O reeducando C nos falou que: “As oportunidades já estão sendo dadas, é só aproveitar”.
- “O presídio deve continuar o que está oferecendo, está ótimo” nos disse o Reeducando D.
- “Como o presídio está fazendo, trazendo a educação para dentro do presídio está bom” (Reeducando H).

Dos atores sociais pesquisados, 9% (nove) sugeriram que houvesse no presídio maior número de professores e mais quantidade de material didático para o gerenciamento dos trabalhos escolares.

Já, 4% (quatro) dos pesquisados falaram que há necessidade de intercalar entre os cursos profissionalizantes e o trabalho pedagógico oferecido, gerenciar outros programas voltados ao atendimento individual como relata o Reeducando F: “Precisa ter ensino de auto-ajuda como por exemplo o AA”.

26% (vinte e seis) dos pesquisados disseram apenas que está bom, não dando maiores detalhes as colocações, embora tenhamos insistido nas respostas.

5% (cinco) dos reeducandos aproveitaram a oportunidade para solicitar que o presídio auxilia-se os familiares e destacaram a seguinte fala: “A oportunidade é

para que desse mais incentivo em nossa família para que eles se sintam livres lá fora com a nossa ausência” (Reeducando N).

Figura 79. Convivência



Podemos perceber nesta fala que há “preocupação com os familiares” e pela limitação de nossa pesquisa não nos cabe aqui analisar.

Frente a este contexto, queremos destacar que o Presídio desenvolve um trabalho de acompanhamento e assistência familiar, possibilitando aos familiares dos reeducandos um caráter de valorização e aproximação com o reeducando, para instaurar relações afetivas, colaborativas assim, encarar o reeducando como um ser humano normal e garantir sua reinserção familiar. Também é desenvolvido acompanhamento familiar durante e pós-prisão com o intuito de auxiliar na não reincidência do reeducando ao mundo do crime.

8% (oito) dos atores sociais investigados utilizaram o espaço deste questionamento para solicitar a permanência no Presídio de Tijucas (SC), pois em suas falas destacaram que são tratados como gente e que além de estarem satisfeitos com os cursos, reportaram-se aos que desempenham funções no presídio com gratidão destacando: “O Presídio já está dando todas as condições. Fico muito grato por ter um juiz humano uma equipe, o diretor e o chefe de segurança tão humano” nos relatou o Reeducando L.

Estas colocações podem ser comprovadas quando observamos a convivência entre o Diretor do Presídio e os reeducandos onde a solidariedade, a valorização do ser humano, as relações de credibilidade e reciprocidade foram percebidas e constatadas.

Neste contexto, queremos mesclar importantes colocações ditas pelo Diretor do Presídio: “tratar os outros, os reeducandos com atenção e respeito é nosso papel; a responsabilidade e honestidade devem estar sempre presentes. A corrupção é a primeira causa de desorganização, de má administração. O Diretor e os agentes prisionais devem ser justos, corretos respeitar, trabalhar em parceria com os reeducandos e a comunidade. Assim, haverá possibilidade de reeducação e ressocialização. É o que nós acreditamos”.

Estas colocações nos reportam a refletir a importância e necessidade das questões éticas que visam construir e priorizar a justiça social, “o homem enquanto sujeito no mundo e para o mundo”, como diz Maturana (1973) “A ética surge em nossas preocupações com o outro, não em nossa concordância com o argumento racional, e nossa consideração para com o outro é emocional, não racional. É o amor, a emoção que constitui coexistência social”.



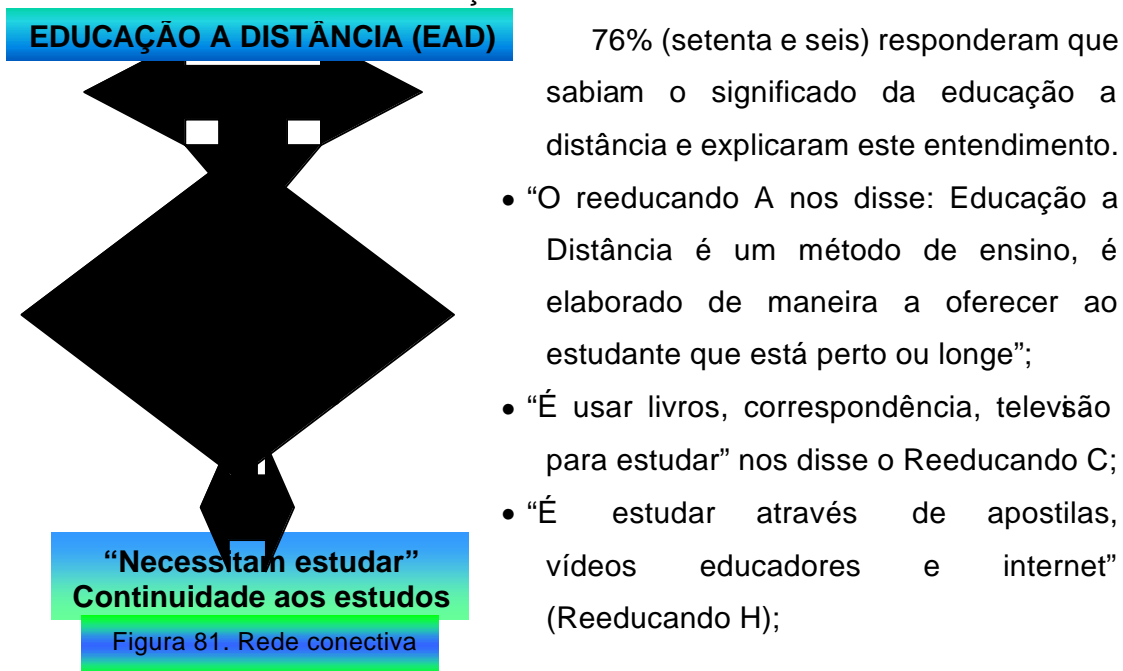
Figura 80.
Interatividade

O coexistir, a valorização do ser humano, pode ser percebida com precisão no presídio quando não foram vistos cadeados nas celas, ou melhor nos cubículos, quando o ir e vir dos reeducandos nos espaços abertos para tomar sol é constante, quando os agentes prisionais e o diretor conversam tocando carinhosamente no ombro dos reeducandos; quando com alegria é comunicado a uma reeducanda que o ‘Alvará de Soltura’ tinha sido deferido e que a mesma estava em liberdade e todos, espontaneamente festejaram. Constatamos que o ser humano quando valorizado, respeitado e partícipe de uma proposta organizada e coerente de valorização, aprende partilhar, viver em comunidade vivem em comunhão, sem a ‘marca’ da exclusão.

4.6 A Possibilidade de Gerenciamento do Saber Sistematizado Através da Educação a Distância

A terceira e última etapa da pesquisa com os atores sociais do Presídio Regional de Tijucas (SC) se configurou em detectar o conhecimento e a possibilidade da implantação da educação a Distância no espaço prisional.

O primeiro questionamento aos atores sociais buscou investigar se os mesmos tinham conhecimento sobre educação a distância.



- “É a forma de nós poder estudar em outro lugar que não seja na sala de aula” (Reeducando L);
- Para o Reeducando M Educação a Distância “é igual ao telecurso 2000, é como o supletivo”.

Em contrapartida, 24% (vinte e quatro) relataram que desconhecem o termo educação a distância e mesmo após termos falado o significado, nos relataram que preferem estudar com a ajuda direta do professor, pois como disse o Reeducando N “O bom mesmo é que todas as matérias fosse ao vivo para todos, só assim poderia ajudar”.

Embora tenhamos presenciado um momento contraditório quando tratamos de educação a distância entre os atores sociais, percebemos que, a maioria destes atores diferenciam educação presencial de educação a distância isto é, têm um

conhecimento prévio desta modalidade de ensino bem como, conhecem ‘alguns’ dos recursos tecnológicos utilizados para o seu gerenciamento.

Na seqüência, questionamos os mesmos atores sociais da possibilidade de serem alunos, se, no presídio fosse oportunizado estudar através da educação a distância, como também, relatassem uma justificativa por esta opção.

Dos reeducandos pesquisados, 15% (quinze) relataram que não concordam estudar na modalidade da Educação a Distância. Uns pensam que estudar nesta modalidade poderá ser mais difícil, outros, preferem literalmente, a modalidade presencial justificando que a presença do professor facilita e é essencial para o aprendizado.

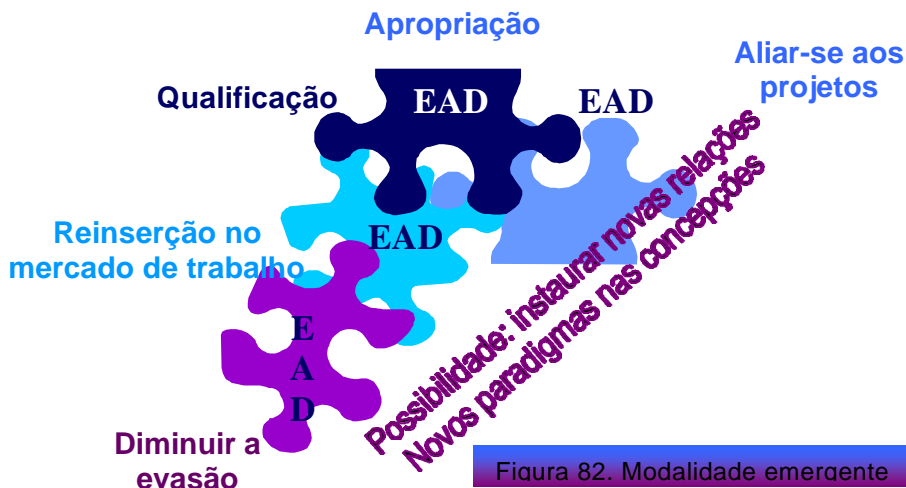
Os demais pesquisados, perfazendo 85% (oitenta e cinco) dos reeducandos, deixaram claro que estudariam através da educação a distância pois, “necessitam estudar”, e esta modalidade poderá auxiliar na continuidade dos estudos.

Para a certificação destes dados relatamos algumas falas:

- “Deve ser bom, porque aqui a gente tem tempo para estudar” (Reeducando D);
- “Estudaria sim” (Reeducando F);
- Para o Reeducando L “estudaria sim, pois quero ser alguém no futuro”;
- “Estudar desta forma deve ser uma maneira muito boa de aprender” (Reeducando M).

Frente as colocações dos reeducandos e investigações junto a Direção do Presídio e com o Meritíssimo Juiz da Comarca, constatamos que a educação a distância no Presídio de Tijucas (SC), poderá aliarse aos projetos que estão sendo desenvolvidos visto que, em decorrência as transformações sociais e tecnológicas que estamos vivenciando é fundamental e necessário para os cidadãos a apropriação do saber sistematizado e a qualificação profissional para a reinserção no mercado de trabalho visto que, na sociedade global a educação deve englobar múltiplos conhecimentos e possibilidades para suprir anseios e perspectivas no desenvolvimento humano, bem como, buscar diminuir e porque não dizer extinguir os elevados índices da não conclusão do Ensino Fundamental e Médio entre jovens e adultos da sociedade brasileira.

Tendo o entendimento de que neste milênio a educação deverá oportunizar ‘o desenvolvimento da liberdade e da solidariedade humana’ para valorizar o ser



humano a educação a distância poderá auxiliar diretamente na formação destes cidadãos na medida em que sejam oferecidas oportunidades iguais a todos bem como, o cultivo de valores morais e éticos.

Neste contexto, nos reportamos a Neder (1999: 37) que aborda: “a educação a distância não deve ser, reduzida a questões metodológicas ou como possibilidade apenas de emprego de novas tecnologias na prática educativa”.

Mas, a educação a distância necessita apresentarse como possibilidade de produção e criação de sentidos e de significações que concorram para a subversão dos significados e representações que têm alijado cidadãos de participação e construção de uma sociedade mais justa e mais humana, instaurando novas relações, novos paradigmas nas concepções educativas para estabelecer uma relação dialógica e de igualdade.

Aproveitamos em nossa pesquisa, abrir espaço para que os reeducandos fizessem colocações espontâneas no que concerne o tema educação.

Dos pesquisados 18% (dezoito) preferiram não fazer colocações a respeito.

Por sua vez, 72% (setenta e dois) destes mesmos pesquisados nos disseram que estudar é fator primordial, é necessário para a vida dos seres humanos, que há pouco comprometimento dos órgãos públicos para gerir igualdade de oportunidade de educação para todos. Registramos algumas colocações:

- “Sem educação não chegamos a lugar nenhum” (Reeducando B)
- “Eu to tendo a oportunidade, mas tem muita criança que deveriam ta na escola, para não acontecer tantas pessoas sem estudo” (Reeducando C);

- “A educação é essencial para a formação do caráter e para a formação de um futuro melhor” (Reeducando E);
- “Quero agradecer a Deus por te tanta gente boa nesse mundo que não pensa só em nos condenar e que tenta ajudar a gente” (Reeducando L);
- “Eu tenho em mim que o estudo deveria ser em primeiro plano do Governo Federal pra todos” (Reeducando N);
- “Eu tenho certeza que a educação é ótima para todos” (reeducando Q);
- “Estou muito feliz em estar neste presídio estudando e sendo tratado com respeito de todos os agentes e funcionários deste estabelecimento penal” (Reeducando U);
- “O estudo é fundamental para a vida de todos” (Reeducando V);

Como podemos perceber nessa seqüência de verbalizações, o espaço oportunizado com perguntas não delimitadas foi de grande valia e nos possibilitou compreender e ter clareza que os reeducandos do Presídio Regional de Tijucas (SC) valorizam as oportunidades de reeducação gerenciadas no presídio e percebem a necessidade, importância, o auxílio direto que o conhecimento sistematizado têm para a reinserção social.

Portanto, frente as falas registradas nesta pesquisa, firmamos em um dos poemas de Carlos Drummond de Andrade:

“Mãos dadas

Não serei um poeta de um mundo caduco

Também não cantarei o mundo futuro.

Estou preso à vida e olho meus companheiros

Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças

Entre elas, considero a enorme realidade.

O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”.

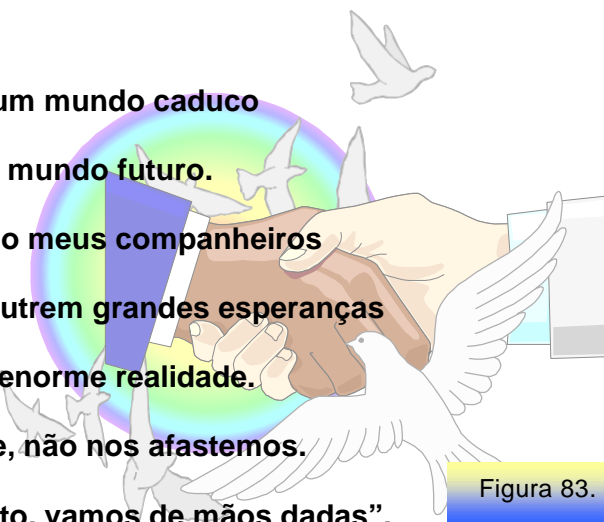


Figura 83. A inclusão

(Este poema encontra-se escrito na parede da Casa de Revista do Presídio Regional de Tijucas (SC).

CAPÍTULO 5

5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Procurei neste mestrado, investigar por que jovens e adultos reclusos são excluídos do processo formal de ensino e a possibilidade da Educação a Distância gerenciar o processo de inclusão destes atores sociais na sociedade do conhecimento.

Para esta investigação, recorremos a pesquisa bibliográfica, documental e investigativa. Na pesquisa bibliográfica foi estabelecido diálogo com diversos autores. Estes autores, nos oportunizaram confronto de conceitos, de relações entre o sujeito e o objeto a ser estudado, abrangendo relações de ação-reflexão-ação otimizando a construção do saber, a apropriação do conhecimento como 'capital insubstituível' para sair do abstratismo, do obscurantismo cultural, social e científico.

O estudo de campo foi composto pela pesquisadocumental e investigativa que articulou a trajetória do trabalho, abrangendo tanto o fenômeno da exclusão educacional que afeta diretamente o ser humano, a vida social, quanto, a possibilidade da inclusão dos participantes da pesquisa na sociedade do conhecimento.

A pesquisa foi realizada in locu no Presídio Regional de Tijucas (SC). Tal investigação, nos certificou que os apenados deste espaço prisional fazem parte de uma parcela da população brasileira que pela necessidade de subsistência se evadiram dos espaços educacionais. Espaços estes que, no alvorecer do século XXI são considerados como primordiais para atender os desafios e tendências para uma melhor qualidade de vida e ser partícipe desta sociedade em constante transição, que deve ser compreendida, neste contexto, muito além dos interesses mercadológicos, das tendências inerentes ao consumo, das necessidades meramente politiqueras. Precisamos vê-la, compreendê-la, como um fenômeno que afeta diretamente o ser humano nos / em seus espaços de cidadania.

Sobrefala-se, desta forma, as diversidades de interpretações que afetam os espaços de liberdade, o exercício da cidadania, os diversos ambientes de

aprendizagem, as oportunidades que inexistem do ponto de vista do saber, do espaço de como fazer, da valorização do próprio eu. Esta pluralidade de vias que norteia o ser humano, toma formas expressivas quando o encaminha para a valorização, para torná-lo um 'ser diferente', constitutivamente um ser de relações. Relações que constituem sua própria vida.

Este processo de desenvolvimento global encontrase estreitamente ligado ao processo tecnológico, a inteligência artificial, exigindo dos seres humanos banhar se no oceano do conhecimento, das informações, pautandose nas competências e habilidades, emergindo assim, a necessidade de educação contínua para articular o saber com o 'aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser'.

Contudo, este desenfreado avanço que requer habilidades, competências, conhecimento e que a cada segundo propicia uma diversidade de novos conhecimentos, produtos, informações e infinitas evoluções, confrontase com as desigualdades sociais gerando a 'exclusão social' que, conseqüentemente, formaliza um número significativo de cidadãos oprimidos.

A respeito, a exclusão oprime, desumaniza e conjuga marginalidade e segregação, acompanhada de violência e criminalidade, como diz Freire (1987: p.xxx):

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos.

Neste enfoque, percebermos que a complexidade gerida pelos 'múltiplos desafios' estabelecidos pelas instâncias econômica, política, religiosa, cultural, científica, jurídica e educacional devem transporse essencialmente, para o desenvolvimento humano, para os espaços de cidadania. Souza (2001: 910 apud Delors) frente a este contexto, enfatiza a necessidade de reestruturar as políticas educacionais brasileiras e que: "o papel político daqueles a quem compete assegurar ao mesmo tempo a estabilidade do sistema educativo, a capacidade de se reformar e garantir a coerência do conjunto" assim, a necessidade de estabelecer um fator de coesão para evitar a evasão, a 'exclusão social' e conseqüentemente, a marginalização do saber, o distanciamento das situações de aprendizagem, a falta de instrução, propiciam ambientes e situações facilitadoras para a delinqüência, levando a criminalidade, instaurando assim a necessidade de

espaços prisionais. Estes espaços, assistidos pelo sistema jurídico, pela legislação garantem os direitos e deveres dos cidadãos.

No conjunto da legislação brasileira a Lei de Execução Penal nº 7.210 de 11 / 07/ 1984, na Seção V Art. 17 determina ser a ‘Assistência educacional’: “uma das prestações básicas mais importantes não só para o homem livre, mas também àquele que está preso, constituindo-se, neste caso, em um elemento do tratamento penitenciário como meio para a reinserção social” (Mirabete: 1993: 85), que deverão ser geridos nos espaços prisionais como oportunidades de reeducação e reinserção social.

No Presídio Regional de Tijucas (SC), tivemos a oportunidade de vivenciar uma experiência ímpar, relevante, diferenciada do que comumente ouvimos e presenciamos nos meios de comunicação social em relação a outros presídios.

Constatamos que, o Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca, o Diretor e as demais pessoas que desempenham funções no presídio são convictos da reeducação e reinserção dos apenados. Existe e é executado o projeto de reinserção social que objetiva ‘efetivamente a ressocializar o apenado para que o ser humano saia do presídio muito melhor do que ele entrou’.

Embora, tivéssemos tido o cuidado de atender as limitações da pesquisa e as categorias de análise estabelecidas, não podemos deixar de relatar o “contexto” que configura, que norteia o “projeto de reeducação e reinserção” existente no Presídio Regional de Tijucas (SC) que, por sua vez, passou a adicionar-se no objeto da investigação pelo fato de que a educação necessita contemplar o “conjunto, o processo” para que, a exclusão social seja superada com bases sólidas de oportunidades, de aceitação, de valorização.

Para o projeto existente são priorizados ‘métodos inovadores’ que mantêm os apenados dentro do mais alto limite possível de dignidade humana com condições efetivas de respeito, solidariedade, recuperação e ressocialização. Estes métodos desenvolvem suas funções abrangendo variadas perspectivas.

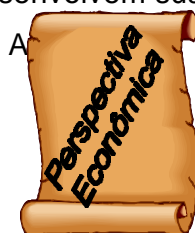


Figura 84.
Projeção 1

A gerenciando cursos profissionalizantes– oficinas com trabalhos em artefatos de madeira, artesanato com papel e confecção (costura) de bolas, tapeçaria em tela, trabalhos de igrês, artesanato em papel e porcelanab, tapeçaria em tela e emborrachado, pintura em tela, tecido e madeira, curso de

cozinheiro, garçom, reciclagem e informática. Destacamos aqui, que nas dependências do Presídio existe uma sala de computação equipada com oito computadores, onde são gerenciadas aulas de informática em três turnos para atender os reeducandos nesta modalidade.

Atualmente, um reeducando, coordena um curso de tapeçaria em tela, pintura e emborrachado com os demais reeducandos do presídio e também, em parceria Presídio e Prefeitura Municipal este curso é desenvolvido como trabalho de ação social à sessenta e três idosos da comunidade.

Além deste trabalho a integração presídio / comunidade acontece com a limpeza de ruas e ao longo da rodovia, e no Hospital Municipal São José alguns reeducandos desempenham atividades burocráticas como auxiliares na administração, recepção, telefonia, copa e serviços gerais. Estes trabalhos além de auxiliarem na reinserção social, oportunizam espaços de cidadania e auxiliam na diminuição dos custos do Hospital, redução de pena e remuneração.


Na  com o intuito de agregar valores no convívio com a família é realizada orientação/terapia, valorização, aproximação e acompanhamento familiar durante e pós-prisão. Estes procedimentos, permitem ao reeducando o fortalecimento de sua auto-estima bem como, melhor entendimento e

Figura 85. Projeção 2

aceitação pelos seus familiares e amigos, frente ao delito cometido.


Na  os princípios básicos de higiene, são valorizados como necessidade para o bem estar dos reeducandos. São oferecidos no espaço prisional, serviços médico odontológico garantindo a saúde bucal, a prevenção as Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS e

Figura 86. Projeção 3

são estimuladas atividades físicas oportunizando desta forma, total atendimento para garantir a saúde dos reeducandos elevando a auto-estima, deste modo melhorando a qualidade de vida.


A  busca desenvolver a ordem e a limpeza, a valorização ao respeito interpessoal e extinguir as lideranças que organizam conchavos e desavenças, para garantir aos reeducandos um ambiente harmônico, almejando o respeito e a ordem, com

Figura 87. Projeção 4

objetivo de estimular

lideranças positivas para que, ao retornarem à sociedade, sejam solidários com as necessidades básicas para bem viver.

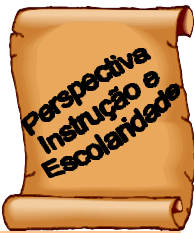
Na  confirmou-se que as oportunidades de educação formal são oferecidas na Educação Básica, como um dos eixos que norteiam as ações da reeducação, sendo gerenciadas em níveis: nivelamento, que incide identificar o estágio educacional que o reeducando possui; a alfabetização, que inicia o processo de aquisição da leitura e da escrita; as demais séries do Ensino Fundamental, através do Ensino Supletivo. A biblioteca existente no presídio, auxilia os reeducandos no desenvolvimento dos estudos, oferecendo maiores oportunidades de acesso ao saber, como também a seriedade e serenidade nos trabalhos oferecidos. O engajamento tanto dos reeducandos quanto da equipe formadora oportuniza resignificar a importância da escolarização como necessidade fundamental para exercer socialmente os espaços de cidadania.

Figura 88. Projeção 5

Nestes espaços, busca-se consolidar a identidade pessoal com a vivência social pautada na produção do conhecimento, priorizando a autoconstrução, a solidariedade, a valorização do ser humano, onde as relações de reciprocidade e credibilidade devem ser evidenciadas no contexto social.

Nestes espaços, busca-se consolidar a identidade pessoal com a vivência social pautada na produção do conhecimento, priorizando a autoconstrução, a solidariedade, a valorização do ser humano, onde as relações de reciprocidade e credibilidade devem ser evidenciadas no contexto social.

Sendo a educação o eixo norteador para o processo de reeducação e reinserção social neste presídio, queremos registrar a fala do “Reeducando L” para confirmar esta realidade: “A educação é muito, muito fundamental pra nós que se encontra aqui no presídio. A gente ganha diploma, é uma coisa muito, muito importante né, pra nossa vida, porque imagina a gente sem estudo não é nada lá fora, imagina com estudo entendeu? Eu acho que é uma coisa fundamental o atendimento no presídio e a gente. Sem essa oportunidade para a sociedade a gente não é nada entendeu? Eu gostaria que não só aqui mas em todos os presídios do Brasil tivesse um estudo. É isso que eu queria pra mostrar pros meus companheiros uma oportunidade na sociedade”.

Certificamo-nos também que a valorização do ser humano foi percebida, nos corredores do presídio pelas pinturas nas paredes com símbolos de paz e frases de incentivo: “Quem vier de onde vier, venha em paz”; Nascemos para voar e temos a obrigação de levantar vôo sempre. Isso digo eu, que cai e me despedi

muitas vezes. E, não obstante, insisto”, demonstrando que sempre existe esperança para melhorar e modificar os caminhos, os rumos de suas vidas.

O incessante trabalho desenvolvido no presídio são gerenciados através de parcerias com a Prefeitura Municipal, a Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI, a Polícia Militar, o Conselho da Comunidade, o Ministério Público, que participam efetivamente dos projetos para atender as necessidades dos reeducandos pois, acreditam piamente que o melhor caminho para reinserir os reeducando na sociedade é pautado pela educação.

A pesquisa realizada nos possibilitou a certeza de que tanto os reeducandos, quanto os envolvidos no processo de reeducação acreditam ser possível e necessário a ampliação do projeto educativo existente, pois, a sociedade do século XXI, não pode excluir nenhuma ferramenta que possa auxiliar na produção e disseminação do



Figura 89. Inovação

conhecimento, nem tão pouco ignorar a modernização e as informações, mas, estarem muito além dos interesses mercadológicos, das tendências inerentes ao consumo, das necessidades meramente politiquieras.

Deste modo, a ampliação dos projetos educacionais, passa a ser entendida como necessidade dos sistemas educativos redesenharem,



Figura 90. Reinserção

redefinirem suas propostas de ação, enfrentando o desafio sobretudo de incluir os jovens e adultos que se encontram afastados, relegados do sistema de ensino buscando, através de uma nova modalidade de ensino, ampliar a oferta de educação para todos, a educação ao longo de toda vida.

Uma educação que na sua dimensão, constituase em gerenciar propostas pedagógicas, visando diminuir a evasão escolar, e contemple a necessidade da inserção de Jovens e Adultos garantindo no mínimo a Educação Básica.

Propõe-se que este redesenho educacional seja oferecido através da implantação da educação a distância para o gerenciamento de oportunidades

iguais, na produção do conhecimento sistematizado. Esta proposta pautase no princípio de maior acesso e condições da conclusão dos estudos básicos e diminuir o número de reeducandos que ao retornarem a sociedade não reincidam ao 'mundo do crime' pela falta da educação básica, requisito mínimo indispensável para o exercício digno da cidadania, no convívio social.

Sabendo-se que a educação a distância é uma modalidade de ensino que rompe as barreiras espaço-temporal que o ensino presencial exige, é premente o seu gerenciamento nos espaços prisionais, superando/quebrando os 'medos' do convívio presencial da relação professor/aluno e redimensionando o processo de ensino e de aprendizagem para estabelecer uma práxis de interação entre 'sujeito, meio, objeto do conhecimento' que segundo Pierri Levy (apud Pimental 2000: p.lvi):

Por trás das técnicas (no sentido de tecnologia), no meio delas, agem e reagem idéias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder – o espectro inteiro dos jogos humanos na sociedade.

Dentro desta perspectiva, para que consigamos nos adaptar a nova realidade social constatamos ser necessário operacionalizar modificações concisas que resultem para o reeducando/aluno na construção do conhecimento como um processo de desenvolvimento contínuo, como refere-se Cirigliano (1983:45, apud Martins 2000: p.lxxxviii) aos componentes fundamentais no que concerne ao processo educativo ao pressupor que:

...um aluno que tenha um instrumento próprio de aprendizagem, possuindo um método ou design para organizar os conteúdos e aprendê-los, organizar sua própria aprendizagem, recorrendo a múltiplas vias e fontes de saber, sendo capaz de empregar, adequadamente, o potencial educativo da comunidade em que está inserido.

Sabemos que a educação a distância não será a 'tábua de salvação' para eliminar a exclusão / evasão escolar, nem mesmo a marginalidade, mas considera-se um caminho, 'A Terceira Onda' como chamou Alvin Toffler para a 'Revolução da Informação' estabelecer relações de respeito e oportunidades iguais a todos os seres humanos é oportunizar-lhes a inclusão nos diversos segmentos sociais.

O final deste trabalho de pesquisa, evidencia a possibilidade de constante construção de novos caminhos, novos fazeres, novas práxis pedagógicas, consolidando novos horizontes para imprimir a perspectiva de implantar nos espaços prisionais, a modalidade de Educação a Distância para que o processo de ensino e de aprendizagem, rompa os paradigmas do ensino tradicional, pois é imprescindível que na era do conhecimento não ocorram alterações curriculares e

adesões as tecnologias de informação e comunicação, pois, as mudanças geradas pelas inovações tecnológicas exigem modelos informais de articular a produção do conhecimento e superar a relação hierarquizada e linear estabelecida pela escola formal, que necessita transcender o paradigma da verticalidade assim, articular a transversalidade, a compreensão dialética dos sujeitos, do mundo e do conhecimento, permitindo a multiplicidade de olhares sobre a multiplicidade de conhecimentos.

Cabe ressaltar, que durante a pesquisa houve a articulação da possível implantação da Educação a Distância no Presídio Regional de Tijucas (SC) para propiciar a escolarização aos reeducandos. Desejamos que esta proposta seja um impulso para novas pesquisas, que instigue críticas e aguace as políticas públicas e em especial àqueles que poderão consolidar esta proposta ou como nosso saudoso educador Paulo Freire (1987: 184) preconizou:

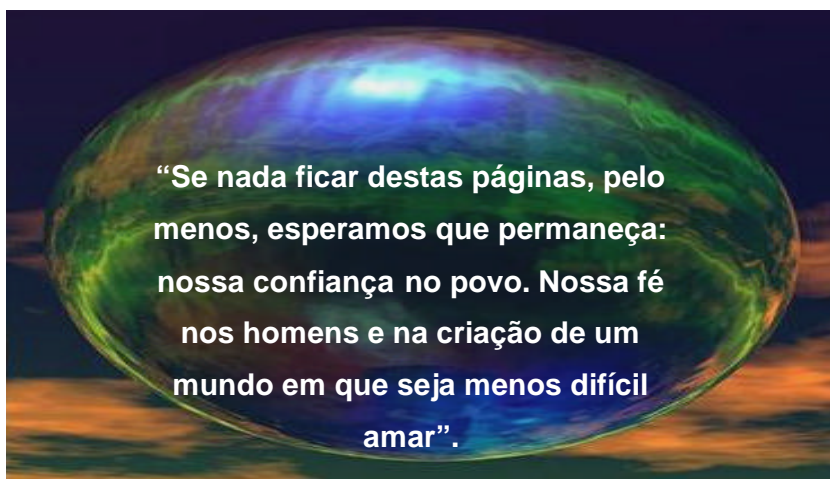


Figura 92. Reeducação mediatizada

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 10., São Paulo: Cortez, 1986
- _____. **Entre a ciência e a sapiência: O dilema da educação**. São Paulo: Loyola, 1999.
- ARANHA, M. L. A.de. **História da educação**. 2., São Paulo: Moderna, 1998.
- ARROYO, M. **Tempos Plurais**. Educação básica de jovens e adultos – escola plural. Belo Horizonte: Secretaria municipal de educação, 1996.
- BARCIA, R. M. Et alii. **Universidade virtual**. Apostila Modelos de EAD. Florianópolis: UFSC, 1998.
- _____. (org). **Introdução à educação a Distância**. Florianópolis: UFSC, 1998.
- BAZZO, W. A. **Ciência, tecnologia e sociedade**. E o conhecimento da educação tecnológica. Florianópolis: UFSC, 1998.
- BRANDÃO, D. M.S & CREMA, R. **Visão Holística em Psicologia e educação**. São Paulo: Summus, 1991.
- BRASIL, Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5., São Paulo: TR, 2000 266p. Atualizada até 31. 12. 1999.
- BRASIL, Lei Nº 9.394, 20 dez. 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.
- BUARQUE, C. **Qualidade de vida: a modernização da utopia**. Revista Lua Nova, São Paulo, n31, p. 157-165, 1993.
- CATAPAN, A. H. **Trabalho & consumo: para além dos parâmetros curriculares**. Florianópolis: Insular, 1999.
- CONZATTI, O. **Educação para os valores**. Philos, Revista Brasileira de Filosofia no 1º Grau. Florianópolis, Ano 5, Nº 9, p. 460, 1º semestre. 1998.
- CHAVES, E. **www. Edutecnet.com.br/edcone.ntm**.
- D'AMBRÓSIO, U. **Educação para uma sociedade em transição**. São Paulo: Papyrus, 1999.
- _____. **Etnomatemática**. 2., São Paulo: Ática, 1993.
- DELORS, Jacques, et alii. **Educação um tesouro a descobrir**. 4., São Paulo: Cortez, 2000.
- DEMO, P. **Sociologia uma introdução crítica**. 2., São Paulo: Atlas, 1985
- _____. **A Nova LDB - Ranços e Avanços**. 8.,ed. São Paulo: Papyrus, 1999.

- DIAS, C. **Aos que não vão ler esta reportagem.** Revista Educação. São Paulo, Ano 25, Nº 210, p. 345, outubro. 1998.
- Educação para a sociedade da informação, **Livro Verde.** Brasília, MCT, 2000.
- FIALHO, F. A. P. **A eterna busca de Deus.** Brasília: EDICEL, 1993.
- _____. **Introdução ao estudo da consciência.** Curitiba: Genisis, 1998.
- _____. **Ciências da cognição.** Florianópolis: Insular, 2001.
- FREIRE, P. **Educação e mudança.** 7., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **A importância do ato de ler.** 3., São Paulo: Cortez, 1983.
- _____. **A importância do ato de ler, em três artigos que se contemplam.** 14., São Paulo; Cortez, 1994.
- _____. **Pedagogia do oprimido.** 30., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, P. & RIVIÈRE, P. **O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon Rivière.** São Paulo: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão.** Trad. de Raquel Ramalhete. 18., Petrópolis: Vozes, 1998.
- GADOTTI, M. **A educação contra a educação: o esquecimento da educação e a educação permanente.** 3., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. **História das idéias pedagógicas.** 6., São Paulo: Ática, 1998.
- GADOTTI, M.; FREIRE, P. & GUIMARÃES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito.** São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1985.
- GENTILI, P. (org.) **Pedagogia da exclusão.** Crítica ao neoliberalismo em educação. 6., Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- GERALDI, J. W. **Portos de passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- GROSSI, E. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 9.394, de Dezembro de 1998. Rio de Janeiro: Pargos, 1997.
- GUTIERRES, P.F. & CASTILHO, D.P. **A Meditação pedagógica: Educação a Distância alternativa.** Campinas: Papyrus, 1994.
- HANNA, Donald E. **Higher Education in an Era of Digital Competition: Emerging Organizational Models.** JALN Vol. 2, Issue 1– March 1998.

- HOLMBERG, B. **Education a distancia: situación y perspectivas**. Buenos Aires, Argentina: Kapelusz, 1981.
- KINCHELOE, J. L. **A Formação do professor como compromisso político**. Mapeando o Pós-Moderno. Porto Alegre: ArTmed, 1997.
- KLEIMAN, A. B. (org). **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- LAFFIN, M.H.L.F. **As vozes de Carolina, José e Daniel**. Campinas: UNICENTRO, 1996. Dissertação De Mestrado.
- LAKATOS, E.M. & MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4., São Paulo: Atlas, 1995.
- LANDIM, C. M.M. P. **F Educação A Distância: Algumas Considerações**. Rio de Janeiro: Copyright ©, 1997.
- LEVY.P. **As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: 34, 1993.
- LIPMAN, M. **A filosofia vai a escola**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.
- LITWIN, E. **Tecnologia educacional**. Política, Histórias e Propostas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- LUDKE M. & ANDRÉ. M. E.D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPV, 1986.
- SOARES, M. **Texto Didático**. Letramento em Texto Didático: O que é letramento e alfabetização. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.
- _____**Linguagem e Escola: Uma perspectiva social**. 14., São Paulo: Ática, 1995.
- MANACORDA, M. **A História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____**A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. 2., Porto Alegre: ArTmed, 1997.
- MARTINS, O.B. & POLAK, Y.N.S. (org) **Educação a distância: Fundamentos e políticas de educação e seus reflexos na educação a distância**. Curso de Formação em Educação a Distância UNIREDE. Curitiba MEC/Seed: UFP, 2000–01.
- _____**Educação a distância: Planejamento e gestão em educação a distância**. Curso de Formação em Educação a Distância UNIREDE. Curitiba MEC/Seed: UFP, 2001 – 02.

_____ **Educação a distância:** Educação e comunicação em educação a distância - UNIREDE. Curitiba MEC/Seed: UFP, 2001 – 03.

_____ **Educação a distância:** Técnicas para a produção em educação a distância. Curso de Formação em Educação a Distância UNIREDE. Curitiba MEC/Seed: UFP, 2001 – 04.

_____ **Educação a distância:** Metodologia da pesquisa e didática do ensino superior Curso de Formação em Educação a Distância UNIREDE. Curitiba MEC/Seed: UFP, 2001 – 05.

_____ **Educação a distância:** Laboratório de produção para educação a distância Curso de Formação em Educação a Distância UNIREDE. Curitiba MEC/Seed: UFP, 2001.

MASON, Robin. **Models of Online Courses.** ALN Magazine. Volume 2, Issue 2 – October 1998.

MATURANA H.R. & VARELA, F. J. **Autopoiésis – a organização da vida.** Prefácio de Standford Beer, 1973.

MINAYO, M. A. C. S. **Pesquisa social.** Teoria, Método e criatividade. 12., Petrópolis: Vozes, 1999.

MIRABETE, J. F. **Lei de execução penal.** 5., São Paulo: Atlas, 1993.

MOORE, Michael G. **Distance education: a systems view / Title: – United States,** 1996.

MORAN, J. M. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica.** São Paulo: Papirus, 2000.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

NEDER, M. L. C. **Formação do professor a distância a diversidade como base conceitual.** Tese de Doutorado. UFMT/IE, 1999.

NÉRI, S. **Gestão estratégica do conhecimento.** Florianópolis: UFSC, 1999.

OLIVEIRA, O.M.de. **Prisão: um paradoxo social.** 2., Florianópolis: DAUSFC, 1996.

NEVES, C.M.C. **TV na Escola e os desafios de hoje:** Tecnologias e educação: desafios e a TV escola. Módulo 1, Brasília; EAD/SEED, 2000.

_____ **TV na Escola e os desafios de hoje:** Uso da televisão e do vídeo na escola. Módulo 2, Brasília; EAD/SEED, 2000.

- _____ **TV na Escola e os desafios de hoje:** Experimentação: planejando, produzindo, analisando. Módulo 3, Brasília; EAD/SEED, 2000.
- PAIVA, J. **Trabalho: a mão-de-obra na massa.** In: Programa um Salto para o Futuro. Série Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: Fundação Roquete Pinto. 16 de maio de 1997.
- PATRÍCIO, Z. M. A. et. all. **Aplicação dos métodos qualitativos na produção de conhecimento:** uma realidade particular e desafios coletivos para compreensão do ser humano do ser humano nas organizações. Trabalho apresentado no 23º Encontro do ENANPAD. Foz do Iguaçu- Pr. de 19 - 22/ o9/ 1999.
- PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- PILETTI, C. & PILETTI, N. **Filosofia e história da educação.** São Paulo: Ática, 1988.
- _____ Didática geral. 23., São Paulo: Ática, 2001
- PILETTI, N. Psicologia Educacional. 15., São Paulo: Ática, 1997.
- PIMENTEL, N.M. (org) **Gestão Escolar:** Programa de qualificação de educadores. Florianópolis, LED/UFSC, 2000.
- PINKER, S. (MOTTA, L.T: Tradução) **Como a mente funciona.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** 3., Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- PRETTI, O. (org). **Educação a distância construindo significado.** Cuiabá: Plano, 2000.
- PROJETO DE RESSOCIALIZAÇÃO **Educação: processo de humanização.** Presídio Regional de Tijucas – SC, 1999.
- REIS, A. M.V. **Ensino A distância...megatendência atual:** abolindo pré-conceitos. São Paulo: Imobiliária, 1996.
- RICHARD, J. F. **Les activités mentales:** Comprendre, raisonner, trouver des solutions. Paris: Armand Colin, 1990.
- QUINN (1996) Revista Veja, edição 1556, ano 31, nº 39, 30. 09. 98.
- SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, Ensino Fundamental e Médio:** Temas Multidisciplinares. Florianópolis: COGEN, 1998.
- SACRISTÁN, J.G. & GÓMEZ, A. I. P. **Comprender e transformar o ensino.** 4., Porto Alegre: ArtMed, 1998.

- SANCHO, J. M. **Para uma tecnologia educacional**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- SANTOS, N. dos **Apostila gestão estratégica do conhecimento**. Florianópolis: UFSC, 2000.
- SERBINO, R. V. Et alii. **Formação de professores**. São Paulo: UNESP, 1998.
- SEVERINO, A. J. **Epistemologia contemporânea e a Educação: Saber, Ensinar e Aprender**. Brasília, Revista, AEC: ano 26, 102, jan/mar, 1997.
- SILVA, V.L.S. **Estudo do vivo: Saber, Ser e Viver na Sala de Aula**. 2., Blumenau: Nova Letra, 2000.
- SCHRUM, Lynne. **On-Line Education: A Study of Emerging Pedagogy**. In CAHOON, Brad (ed). *Adult Learning And The Internet. New directions for Adult and Continuing Education*. Number 78, summer 1998. JosseyBass Publishers.
- SOUZA, P. N. P. **LDB e ensino superior (Estrutura e Funcionamento)**. São Paulo: Pioneira 1997.
- TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____ **O resgate da identidade: investigação sobre o uso da modalidade por adultos não alfabetizados**. Cadernos de estudos lingüísticos, 1986.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8., São Paulo: Cortez, 1998.
- TOFFLER, A. **A terceira onda**. 23., Rio de Janeiro: Record, 1998.
- THOMAL, A. **O processo da educação para a cidadania**. Philos, Revista Brasileira de Filosofia no 1º Grau. Florianópolis, Ano 5, Nº 9, p. 72- 79 1º semestre.1998.
- TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução a pesquisa científica social**. A pesquisa qualitativa em educação. O positivismo. A fenomenologia. o Marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNESCO, CONFINTEA V. **Declaración de Hamburgo sobre la educación de adultos y plan de acción para el futuro**. Hamburgo: UIE/UNESCO, 1997. Resoluciones de la V Conferencia Internacional sobre educación de adultos, 1997.
- VARELLA, D. **Estação carandiru**. 9., São Paulo: Companhia da Letras, 2000.
- VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 8ª ., São Paulo: Libertad, 1999.
- VIANNEY, J. (cord.) et alii. **Introdução em Educação A Distância**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância, 1998.
- VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WINNER, L. **La ballena y el reactor**. Espanha: Gedisa, Barcelo, 1987.

ANEXOS

Anexo 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO

M M. Juiz de Direito da Comarca de Tijucas– SC
Wilson Fontana

Sou aluna do Programa de pósGraduação em Engenharia de Produção na Universidade Federal de Santa Catarina, professora da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, e por meio desta, venho solicitar a V. S^a autorização para efetivar Pesquisa de Campo e Documental no Programa de Reeducação para Jovens e Adultos oferecido pelo Presídio Regional de Tijucas.

Certa de poder contar com sua prestimosa autorização, meus agradecimentos.

Fico no aguardo de seu deferimento.

Atenciosamente

Bernadette Beber Campestrini
Pesquisadora

Itajaí (SC), novembro de 2001.

Prof. Dr. Francisco A. P. Fialho (Orientador)

Anexo 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO****TERMO DE COMPROMISSO ÉTICO**

Eu, _____ autorizo, a pesquisadora BERNADÉTTE BEBER CAMPESTRIN a analisar o processo de educação oferecido aos Jovens e Adultos reeducandos, no Presídio Regional de Tijucas, questionar, gravar e filmar informações com os reeducandos pertencentes ao programa desenvolvido e utilizar falas/imagens na dissertação de mestrado e em publicações técnicas, respeitando o sigilo das identidades.

Vilson Fontana
Juiz de Direito da Comarca de Tijucas

Itajaí (SC), novembro de 2001

Anexo 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Sou mestranda da Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC), na Engenharia de Produção e minha dissertação versa sobre a Inclusão de Jovens e Adultos no processo de escolarização mediados pela Educação a Distância.

Solicito por gentileza sua colaboração e participação nesta pesquisa.

Agradeço sua participação e empenho.

PESQUISA EDUCACIONAL EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

Esta é uma pesquisa educacional de cunho científico com o objetivo de levantar dados no que concerne a Inclusão de Jovens e Adultos no processo de escolarização mediados pela Educação a Distância.

DADOS GERAIS DO (A) ENTREVISTADO (A):

Idade:

Sexo:

Profissão:

Escolarização:

1. O que você entende por estudar?
2. Sabe-se que existem várias formas de estudar, uma delas é na escola. Qual sua opinião sobre o estudo que acontece na escola?
3. Você frequentou a escola?
Sim () Não ()
Por quê?
4. Até que série você estudou?

5. Se você freqüentou a escola, por que não deu continuidade a seus estudos?
6. Na sua opinião, se você tivesse tido oportunidade de ter continuado seus estudos, o rumo de sua vida teria sido diferente?
Sim () Não ()
Por quê?
7. Você não freqüentou a escola. Na sua opinião a falta de oportunidade para estudar interferiu no rumo de sua vida? De que maneira?
8. O presídio oferece cursos para os reeducandos. Quais cursos você está freqüentando?
9. Como estes cursos contribuem na sua reeducação?
10. Ao participar de algum curso, você é beneficiado de alguma maneira? Como?
11. O presídio oferece Educação de Jovens e Adultos. Como você está aproveitando esta oportunidade?
12. De que forma a Educação de Jovens e Adultos está contribuindo para sua vida?
13. Quais as dificuldades que você está enfrentando para estudar na Educação de Jovens e Adultos?
14. Que benefícios a Educação de Jovens e Adultos está lhe oferecendo?
15. Caso você tenha desistido de estudar na Educação de Jovens e Adultos, diga porque isso aconteceu.
16. Se você tivesse oportunidade de continuar seus estudos, você o faria?
17. Se você continuar seus estudos, até que etapa você gostaria de estudar?
18. De que maneira o presídio poderia oferecer oportunidades para que você continue estudando?
19. Uma das maneiras que está sendo oferecida para estudar é através da Educação a Distância. Você sabe o que é Educação a Distância?
Sim () Não ()
Se você respondeu sim explique o que você sabe sobre esta forma de estudo.
20. Se no presídio fosse oportunizado estudar através da Educação a Distância você seria aluno?
Sim () Não () Por quê?
21. Este espaço está reservado para você fazer algum comentário sobre a educação.